REVISTA

Contraponto

Vol.5 | N.1 | Jul. 2018

Trabalhos destaques do VI Seminário Discente do Programa de Pós Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

ISSN: 2358-3541

SUMÁRIO

EDITORIAL 2

ENTRE O CRACK E A CURA: considerações sociológicas sobre tratamento de usuários de substâncias psicoativas 6
Lucas Hertzog Ramos

O CRACK NA ORGANIZAÇÃO FAMILIAR DA RALÉ 24
Ricardo Visser

A INSTITUIÇÃO INCORPORADA? fiscais de vestibular da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e o ritual 45
Ricardo Cortez Lopes

PARTICIPAÇÃO, RENOVAÇÃO E OCUPAÇÃO: limites da representação e experiências de transformação política na cidade de São Paulo 69
Flávia de Faria

QUANDO AS PALAVRAS NÃO SÃO VAZIAS, NEM AS AÇÕES VIOLENTAS 84
Marcelo Rubin de Lima

REDES DE APOYO Y MIGRACIÓN DE PASO: una perspectiva desde los estudios culturales 98
Fanny Margot Tudela Poblete

CONSCIÊNCIA COLETIVA EM DURKHEIM COMO FATO SOCIAL DE REPRESENTATIVIDADE POLÍTICA: interfaces com a legitimidade política em Maquiavel, representação em Hobbes e sistema político em Mosca, Pareto, Dahl e Bobbio. 112
Alysson Hubner

UM ESTUDO SOBRE PRAZER E SOFRIMENTO DE TRABALHADORES NA INDÚSTRIA METALÚRGICA 123
Aline Andrea Arpini e Alvaro Roberto Crespo Merlo

CAUSAS DA EVASÃO DISCENTE NO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO À DISTÂNCIA EM ENSINO DE SOCIOLOGIA/IFCH/UFRGS 136
Alinny Luiza Ricco Ávila

EDITORIAL

É com imenso prazer que trazemos a público o mais novo número da revista Contrapondo, revista de produção discente, coordenada e editada pelos discentes do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Nossa revista, resultado de um esforço intelectual coletivo, não se produz obviamente fora do contexto social e histórico no qual se desenrola a vida contemporânea. Em tempos de “fake news” e de esforços de grupos sociais e políticos que nem sempre deixam claro seus objetivos (talvez, porque inconfessáveis) no sentido do obscurantismo de projetos como “Escola sem partido”, nada como, mais uma vez e sempre, reafirmarmos o valor da ciência e da liberdade de reflexão como princípio básico de uma sociedade livre e que busque a justiça social. A presente edição da Revista Contraponto é um grão de areia, não menos importante, no amplo conjunto de empreendimentos que tem na liberdade de expressão e de pensamento crítico sobre os fenômenos sociais dois de seus objetivos básicos e principais.

O oitavo número da revista apresenta uma seleção multitemática de artigos, todos relevantes e que contribuem para o campo de discussão no qual os artigos se inserem. Pela primeira vez, também, publicamos um artigo internacional, feito de grande orgulho para o corpo editorial, e que demonstra o aumento de visibilidade da revista no campo científico.

Abrindo a edição, o artigo de Lucas Hertzog Ramos, intitulado **Entre o Crack e a Cura: considerações sociológicas sobre tratamento de usuários de substâncias psicoativas** debate os resultados de uma pesquisa realizada com usuários de crack que aderiram a um tratamento no contexto de um CAPSad (Centro de Atenção Psicossocial - álcool e drogas), na cidade de Porto Alegre/RS. O autor trabalha com as trajetórias e histórias de vidas desses usuários, explorando, nas palavras do autor “a história individual dos sujeitos e seus mecanismos de defesa na tentativa de transformar um *ethos* que pôs o crack como elemento central de suas vidas”. Teoricamente, o autor mobiliza a teoria moral durkheimiana, a teoria do reconhecimento social, as teorias interacionistas do desvio e a teoria crítica de

Jessé Souza. Dessa articulação, o autor conclui que o pertencimento de classe desses indivíduos, marcado pela socialização precária e um histórico de esquecimento social e violência, dificulta sua distância do crack, assim como produz estigmas que dificultam sua vida em sociedade.

Em seguida, o trabalho de Ricardo Visser, de título **O Crack na organização familiar da ralé**, na mesma tentativa de uma compreensão sociológica sobre o crack, "explora a temática sobre o uso de crack em zonas metropolitanas e sua relação com a organização familiar", assim como a discussão das dimensões conceituais que delimitam o objeto que o autor analisa. Empiricamente, de forma muito interessante, o pesquisador analisa apenas uma entrevista em profundidade realizada com uma empregada doméstica no Rio de Janeiro, em uma metodologia da sociologia em escala individual. Esse segundo artigo, obviamente, dialoga com o primeiro.

O texto de Ricardo Cortez Lopes, intitulado **A instituição incorporada? Fiscais de vestibular da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e o ritual**, estuda o trabalho do aluno fiscal de vestibular da Universidade Federal do Rio Grande do Sul de um ponto de vista ritual, em uma tentativa de estabelecimento do quanto é incorporada a fala institucional nessa prática. Metodologicamente, o autor produz uma triangulação de fontes empíricas, mobiliza análise documental sobre a instituição UFRGS, um relato etnográfico do momento do vestibular e um *survey* com fiscais que atuaram no concurso. Por fim, o autor analisa os resultados encontrados à luz dos estudos, na sociologia, sobre rituais.

O texto de Flávia de Faria, intitulado **Participação, Renovação e Ocupação: limites da representação e experiências de transformação política na cidade de São Paulo**, analisa como as críticas à fragilidade do sistema político em sua formatação tradicional se inserem em discursos e em práticas ativistas na cidade de São Paulo por parte de ativistas que militam por um sistema político mais "participativo, horizontal e transparente", como define a autora. Flávia atualmente é doutoranda em Sociologia na *École des Hautes Études en Sciences Sociales* (EHESS/Paris-França), e assim como termos nosso primeiro texto internacional publicado, publicar um texto de uma colega brasileira vinculada à uma das mais

prestigiosas instituições universitárias de Ciências Sociais do mundo, também é um fato que dá um orgulho do trabalho realizado pelo grupo de editores da Contraponto.

O texto de Marcelo Rubin de Lima, intitulado **Quando as palavras não são vazias, nem as ações violentas**, realiza uma discussão das possibilidades de aproximação entre as ideias de Hannah Arendt e as de Jürgen Habermas, ambas de grande complexidade e profundidade filosófica. De fundo, o autor realiza uma discussão sobre o poder, balizado pelos posicionamentos desses dois grandes pensadores das Humanidades.

O trabalho de Fanny Margot Tudela Poblete, **Redes de Apoyo y migración de Paso: una perspectiva desde los estudios culturales**, aponta para uma lacuna dos estudos sobre migração que colocam o foco em "paradigmas económicos, geográficos o políticos", deixam escapar as "causas, lazos e interacciones sociales y culturales" presentes e constituintes desse fato social. O artigo da autora argumenta que esas são dimensões relevantes para a análise do fenómeno da migração na contemporaneidade, e para isso é preciso ter um enfoque sobre a agencia dos atores do processo.

Por sua vez, o texto de Aysson Hubner, de título **Consciência Coletiva em Durkheim como Fato Social de Representatividade Política: interfaces com a legitimidade política em Maquiavel, representação em Hobbes e sistema político em Mosca, Pareto, Dahl e Bobbio**,discute "o conceito de consciência coletiva em Durkheim, mostrando como a representação política em Maquiavel e Hobbes pode estar inserida em sua esfera, garantindo coesão social", analisando, em um ensaio interpretativo interessante, a relação contrária, o fenômeno da representação sem coesão social. Via uma revisão teórica e bibliográfica, o autor lança algumas indicações do acerca do papel das elites no sistema político democrático.

O trabalho de Aline Andrea Arpini e Alvaro Roberto Crespo Merlo, **Um estudo sobre prazer e sofrimento de trabalhadores na indústria metalúrgica**, investiga "a dinâmica de prazer e sofrimento de trabalhadores que sofreram demissão em massa, num total de 390 trabalhadores, e que seguem com os seus direitos rescisórios atrasados". A partir de um estudo em uma empresa do ramo metal-mecânico na cidade de Erechim, Rio Grande do Sul. Os autores realizaram realizando entrevistas semiestruturadas com

trabalhadores demitidos e as analisaram à partir do referencial da Psicodinâmica do Trabalho. Por fim, a partir da análise realizada, o estudo apontou que “as vivências de prazer podem estar ligadas ao recebimento da parcela do valor rescisório, e as fontes de sofrimento relacionadas à forma como os trabalhadores foram demitidos e à falta de cumprimento com o acordo gerando atrasos salariais”.

Por fim, o artigo de Alinny Luiza Ricco Ávila, intitulado **Causas da Evasão Discente no curso de especialização à distância em ensino de sociologia IFCH/UFRGS**, analisa, a partir da perspectiva da sociologia de Pierre Bordieu, os fatores que contribuíram para a evasão de alunos no Curso de Especialização à Distância em Sociologia para Professores do Ensino Médio, que contava inicialmente com 300 alunos inicialmente matriculados. O tema é extremamente relevante para se pensar os desafios da universidade contemporânea e o próprio processo de formação de professores em nossa sociedade.

Esperamos que a leitura desse novo número da Revista Contraponto seja prazerosa e que ilumine os domínios de pesquisa daqueles que por aqui chegaram!

ENTRE O CRACK E A CURA:

considerações sociológicas sobre tratamento de usuários de substâncias psicoativas

Lucas Hertzog Ramos[1]

RESUMO: Neste artigo discutiremos os resultados de uma pesquisa realizada com usuários de crack que aderiram a um tratamento no contexto de um CAPSad (Centro de Atenção Psicossocial - álcool e drogas), na cidade de Porto Alegre/RS. As trajetórias e histórias de vidas dos informantes são fortemente marcadas por um contexto de exclusão social, no qual o pertencimento de classe e o patrimônio de disposições sociais são decisivos no sucesso ou fracasso na tentativa de abstinência. A pesquisa empírica qualitativa explorou a história individual dos sujeitos e seus mecanismos de defesa na tentativa de transformar um *ethos* que pôs o crack como elemento central de suas vidas. Os marcos teóricos que auxiliaram a reflexão foram a teoria moral durkheimiana, a teoria do reconhecimento social, as teorias interacionistas do desvio e a teoria crítica de Jessé Souza. A conclusão do estudo aponta que o comportamento individual destes usuários e a dificuldade de manter-se longe do crack são largamente influenciados por seu pertencimento de classe, marcado pela socialização precária e um histórico de esquecimento social e violência. Os elementos trabalho e família são decisivos nas trajetórias de sucesso e na superação dos estigmas, que recaem sobre os usuários e que circunscrevem suas tentativas de inserção social.

PALAVRAS-CHAVE: usuários de crack, tratamento, CAPSad, reconhecimento intersubjetivo.

ABSTRACT: In this article we will discuss the results of a research with crack-cocaine users who joined a treatment in the context of a CAPSad (Psychosocial Care Center - alcohol and drugs), in the city of Porto Alegre / RS. The informants' life trajectories and histories are strongly marked by a context of social exclusion, in which class membership and the patrimony of social dispositions are decisive in success or failure in attempting abstinence. Qualitative empirical research explored individual subjects' history and their defense mechanisms in an attempt to transform an ethos that put crack-cocaine as the central element of their lives. The theoretical frameworks that illuminated our research were Durkheim's moral theory, social recognition theory, the interactionist theories of deviance, and the critical theory of Jesse Souza. The conclusion of the study indicates that the individual behavior of these users and the difficulty of staying away from crack-cocaine are largely influenced by their class membership, marked by precarious socialization and a history of social oblivion and violence. The elements of work and family are decisive in the trajectories of success and in overcoming the stigmas that fall on the users and that circumscribe their attempts at social insertion.

KEYWORDS: crack-cocaine users, treatment, CAPSad, intersubjective recognition.

[1] Doutorando em Sociologia pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFRGS.

INTRODUÇÃO

Recentemente acompanhamos no Brasil uma ampla comoção nos meios de comunicação e no debate público sobre a expansão desenfreada de uma epidemia do crack, que estaria assolando expressivas parcelas da população brasileira (NAPPO e colab., 2012; ROCHA e SILVA, 2016). Este movimento carrega consigo tanto uma desinformação quantitativa, quanto uma produção discursiva sobre um grupo de pessoas, sublinhando uma visão muito peculiar e posicionada politicamente. Percebendo estas forças em combate, destacamos a importância de produções arquetípicas nas quais os usuários são caricatamente retratados, prevalecendo o juízo de valor que condena os próprios como culpados da situação em que se encontram, bem como atribuindo a eles o *status* de causadores de diversos problemas e perturbações sociais como crimes e violência urbana (RODRIGUES, 2016).

Para além desta crença reducionista, o usuário de crack é percebido como um sujeito sem classe social, sendo o consumo do crack uma condição individual ou uma doença, como pensam os grupos preocupados com estes atores e, ao fim e ao cabo, fruto de uma personalidade individual mal constituída (ANDRADA, 2011; PULCHERIO e colab., 2010). Recorrendo ao enunciado já naturalizado em outros contextos do senso comum, como no caso da culpabilidade dos pobres por se encontrarem em condições de miséria por seu próprio arcaísmo (SOUZA, 2009), se consuma a ideologia dominante que pensa ações e posições sociais em termos de méritos individuais, tornando invisível todo um aprendizado coletivo que remonta desde a mais tenra infância e que irá marcar as trajetórias de cada um de nós.

Se completa neste quadro o núcleo de *violência simbólica* (BOURDIEU, 2007) que legitima as mais variadas formas de exclusão, sendo o usuário de crack desclassificado social a figura mais expressiva de uma classe abandonada à própria sorte já que, além de ser miserável, desafia os contornos morais do certo e do errado. O uso de crack é percebido pelo olhar que as classes superiores lançam sobre comportamentos e escolhas, como uma atitude racional levada a cabo pelos indivíduos em plenas capacidades decisórias, aos termos daquilo que se propagou nas Ciências Humanas na esteira das teorias da escolha racional (COLEMAN, 2000). Desta forma e a partir deste pensamento, diferentes mecanismos de opressão são legitimados, através das coerções e ações institucionais violentas, já que os indivíduos livres estariam optando por esta forma de condução de vida.

Essas ideias, repetidas como um mantra nos jornais e na mídia sensacionalista, tentam criar um pânico a respeito do crack, propagando a percepção de que há na própria substância o mal reificado (RODRIGUES, 2016). O crack em si seria a expressão do mal em forma de uma droga; consumi-lo uma vez já faria com que as pessoas ficassem viciadas e seria ele próprio a causa das mortes de quem ousa experimentá-lo[2]. Além disso, o usuário seria corrompido e levado a cometer atos criminosos como por um toque de mágica. Essas teses não poderiam ser mais equivocadas. Elas também são sintomáticas de um pânico

[2] Campanhas publicitárias como “Crack nem pensar”, veiculada pelo Grupo RBS (afiliada da Rede Globo no RS), exemplificam esse tipo de análise. Nesse sentido há uma articulação da produção midiática em íntima conexão com a formação de um imaginário coletivo a respeito do substância e das mazelas correlacionadas ao consumo.

moral alimentado pelo discurso das classes conservadoras, assim como é carregada por um forte preconceito de classe que não percebe os elos sociais que estabelecem as relações entre sujeitos e situações sociais, inseridos em diferentes contextos e ambientes caracterizados por uma crescente e acirrada lutas de classes.

A pergunta que fica é como podemos ir além desta percepção sensacionalista, para que possamos compreender por que certos atores se comportam desta forma e não como outros que, apesar de todas as dificuldades, mantêm comportamentos socialmente aceitos. Como podemos perceber que, afinal, esta fração de classe que usa crack desmedidamente possui um significado sociológico e que as explicações para o comportamento diferencial podem ser encontradas na teia de relações sociais nas quais estão inseridos?

Nesta pesquisa adotamos a postura que percebe o comportamento do usuário de crack como *relacional*, ou seja, como uma resposta tanto aos outros indivíduos, instituições e ambientes sociais com os quais se depararam no curso de suas vidas, como principalmente às formas classificatórias que o senso comum atribui a suas condutas e que incide decisivamente em suas "escolhas pré-escolhidas" (BOURDIEU, 1979). Através da pesquisa empírica aliada a uma perspectiva teórica crítica, a tentativa foi remontar os elos causais perdidos nas explicações imediatistas, desmistificando imprecisões analíticas a respeito dos usuários de crack. Aliados a recentes estudos, pudemos também desconstruir alguns mitos, como o de que os usuários de crack formam um grande grupo dentro da sociedade brasileira[3]. A parcela de usuário de crack é quantitativamente insignificante se compararmos a usuários de outras drogas (BASTOS e BERTONI, 2014), mas nem por isso devemos ignorar o consumo de crack como um importante fenômeno social já que ele representa a adesão a um *ethos* específico dentro de uma classe já marcada por estigmas e preconceitos. É justamente pela importância desta fração de uma classe de despossuídos, que é vital compreender a vida destes atores e que reconstruamos suas histórias para avançarmos no conhecimento sobre o comportamento diferencial *intraclasse*.

Exatamente isto é que tentamos empreender nesta pesquisa empírica. Realizamos um estudo qualitativo, consistindo em entrevistas individuais, sucessivas e em profundidade, com usuários de crack que frequentavam o Centro de Atenção Psicossocial - álcool e Drogas (CAPSad) localizado em Porto Alegre e que atende as populações mais pauperizadas dos bairros Glória, Cruzeiro e Cristal. Intentamos compreender o papel do uso de crack na vida destes atores, suas trajetórias de vida e os mecanismos que utilizam na tentativa de mudar um comportamento que os tem prejudicado e impedido de viver uma "boa vida" (HONNETH, 2003).

Este conceito de "boa vida" e outras concepções advindas da teoria do reconhecimento foram fundamentais para que pudéssemos perceber o papel intersubjetivo na construção das identidades destes sujeitos. As diversas esferas as quais teóricos do reconhecimento se referem como cruciais a formulação de um sujeito capaz de auto remodelação frente às lutas e reveses cotidianos, são fortemente abaladas no histórico de vida de usuários de crack da ralé estrutural (SOUZA, 2012). Histórias de abuso e de violências foram marcantes em diversas entrevistas, como por exemplo, a de um informante que na

[3] Segundo recente estudo conduzido pela FIOCRUZ (BASTOS e BERTONI, 2014), a parcela de usuários regulares de crack no Brasil está muito aquém daquela de consumidores de outras drogas, como álcool, tabaco ou cocaína.

tentativa de legitimação de seu passado sofrido criava narrativas de uma relação afetiva e próxima com o pai, quando na realidade sofria sucessivos espancamentos que só puderam ser captados ao longo das entrevistas. Neste sentido a metodologia disposicionalista foi central para que pudéssemos entender os sujeitos para além de suas projeções imaginárias, ou seja, para que pudéssemos efetivamente acessar os eventos que apontem o *habitus* ou o "patrimônio de disposições individuais" (LAHIRE, 2004), elementos tão decisivos na produção dos sujeitos e de suas condutas frente aos ambientes e situações sociais.

Para teóricos do reconhecimento como Axel Honneth (2003) e Charles Taylor (1997), o reconhecimento intersubjetivo é central nas relações sociais, constituindo um elemento crucial na auto realização dos indivíduos e na construção da justiça social. Com isso, percebemos a importância de costurar os fragmentos biográficos que possuem alto poder heurístico no entendimento da relação entre o que foi vivido, sentido e apreendido no passado, e suas repercussões na vida cotidiana. No caso das histórias dos usuários de crack que foram objeto desta pesquisa, percebemos que foram diversas as dimensões que afetaram a produção de uma personalidade autoconfiante e que pode se adaptar aos problemas e derrotas que surgem no curso da vida de qualquer um de nós. Também na esfera do direito há uma sucessão de abusos, especialmente pelas instituições de controle social, que abalaram o respeito destes sujeitos perante a sociedade, dificultando sua inserção social efetiva que poderia lhes conferir alguma dignidade na vida (DUTRA e HENRIQUES, 2016).

A dimensão teórica do interacionismo simbólico nos auxiliou a compreender o papel crucial de uma sequência de acontecimentos que motivou os indivíduos em suas escolhas "pré-escolhidas". Encetar uma *carreira desviante* (BECKER, 2008), para os padrões comumente aceitos como normais na sociedade, só foi possível através de uma sequência de interações que culminaram no uso do crack. Especialmente as biografias circunscritas no universo masculino dentro das classes populares, foram marcadas pela aspereza com que os homens se relacionam e também pela elaboração de um *status* positivamente atribuído à agressividade e a manutenção da imagem de um *ethos* guerreiro (ELIAS, 1997). Diferentemente do que propaga o senso comum, de que primeiro uso do crack parte de uma escolha individual, pudemos compreender o papel central da pressão social para que as "decisões" fossem tomadas. O primeiro contato com a substância foi muitas vezes configurado em um ambiente social no qual o desafio propulsionava as ações e que os indivíduos se espelhavam no comportamento de outros para, assim, sublinhar seu papel dentro do grupo.

Diversas foram as dificuldades que marcaram este estudo. Como o leitor pode imaginar, não são todos os usuários de crack que continuam a busca por ajuda, já que o contexto de vulnerabilidade em que estão inseridos os coloca em posições desfavoráveis no seguimento de atividades que demandem compromisso e assiduidade como no caso de um tratamento (RUI, 2012). Pelo contrário. A maioria dos entrevistados interrompeu a ida às reuniões e às dinâmicas do CAPSad, o que dificultou a repetição das entrevistas. Entretanto, pudemos verificar naqueles que conseguiam manter maior frequência, uma decisiva tentativa de reconstituição de um sujeito moral. Os estigmas sociais pelos quais que julgam e condenam estes atores de antemão, cria um pesadelo cotidiano na vida daqueles que usam crack. A patrulha moral da sociedade e dos pares cria um inferno diário

em que usar crack abala laços sociais e propulsiona que o usuário de crack abrace um discurso que busca apaziguar este sentimento construído de que ele é a encarnação do mal, um monstro que perambula por entre as pessoas causando estranhamento, pavor, embaraço e até mesmo riso (RUI, 2012). O consenso social de que o usuário de crack é o último colocado da fila, que ele ocupa o posto mais baixo na hierarquia valorativa dos sujeitos, produz uma série de acontecimentos cotidianos marcados pela humilhação e pelo conflito, que criam verdadeiras cicatrizes tanto nos corpos quanto na subjetividade dos atores em questão.

Para que pudéssemos entender este movimento de retorno, uma tentativa desesperada de construção de algo em um solo arrasado, a teoria moral de Émile Durkheim (2008) iluminou diversas situações, precisamente por causa de sua teoria sobre o indivíduo como um ser social em sua própria natureza, que seria a justificativa mais básica para que os indivíduos decidam encetar um caminho em busca da estima perdida. Somente aqueles que possuíam alguma relação em que pudessem se agarrar conseguiram motivar uma mudança comportamental. Como nos relatou um informante, "*eu quero buscar o que eu perdi, porque eu joguei muita coisa fora... não só físico... a minha saúde, a minha família*". Assim, há uma constante relação de auto julgamento e auto crítica na qual os usuários se põem como juízes de si próprios, mesmo que os critérios por eles utilizados sejam alheios às suas concepções de mundo.

Nas próximas seções traremos dois exemplos empíricos que se mostraram muito representativos na compreensão do universo dos usuários de crack que almejam uma mudança em suas vidas. O primeiro é Matias[4], um adulto socialmente integrado que possui trabalho formal e fortes laços familiares. O segundo é Silvio, um jovem ex-usuário de crack que luta cotidianamente para manter a abstinência.

METODOLOGIA

Os dados discutidos neste artigo fazem parte de uma pesquisa qualitativa conduzida no Centro de Atenção Psicossocial álcool e drogas – Glória – Cruzeiro- Cristal (CAPSad-GCC) na cidade de Porto Alegre/RS entre os meses de março e junho de 2012. O projeto de pesquisa passou por análise do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Secretaria Municipal de Saúde de Porto Alegre (SMS), obtendo aprovação para realização[5]. No início da investigação foram feitas coletas de informações exploratórias sob forma de um diário de campo. A partir destas observações, definimos quais grupos seriam o foco da pesquisa, sendo estes, dois Grupos Terapêuticos, que acontecem nas tardes das terças e quintas. A amostra foi determinada através da "saturação de informações" (BRUMER et al., 2008, p.140) e foram feitas entrevistas semiestruturadas em profundidade com seis informantes com a utilização de um questionário [6]. Na análise dos dados especificamente para este artigo foram utilizadas as entrevistas de dois dos informantes em adição aos dados etnografados durante as sessões terapêuticas. As entrevistas foram conduzidas em uma

[4] A identidade dos informantes será mantida pela troca dos nomes.
[5] Ver Anexo I.
[6] Disponível em (HERTZOG, 2012)

sala disponibilizada no CAPSad-GCC e nas mediações do Centro de Saúde Vila dos Comerciários (CSVC).

Foram três as razões que motivaram a escolha deste local para a realização da pesquisa. Primeiramente, trata-se de um centro ligado a uma instituição pública de saúde e segue o modelo de universalização do atendimento proposto pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Teoricamente, todos podem se tratar, desde que residam na região de atendimento do CSVC. Em segundo lugar, o Centro é a expressão de um novo modelo de trabalho no sistema de saúde em relação às drogas, que se contrapõe à "instituição total" (GOFFMAN, 1996) [7], na qual os sujeitos eram internados em manicômios e tratados sem distinção com qualquer outro paciente que apresentasse distúrbios mentais. Por último, e relacionado com o segundo motivo, está a presença do profissional da saúde e até mesmo do espaço, localizado dentro de um posto de atendimento médico. Paradoxalmente, mesmo que o novo modelo proponha novas formas de tratamento e a busca da desospitalização, tanto o ambiente como as formas de tratamento ainda se ligam às categorias clínico-morais do vício e da doença.

"MINHA FAMÍLIA, MINHA VONTADE DE LARGAR"

À primeira vista Matias não aparenta sua condição de classe ou seu longo histórico com as drogas. O cabelo grisalho bem cortado, as roupas limpas e o odor da colônia que usa o distanciam da imagem que o senso comum insiste em formular sobre usuários de crack. Reconstruindo sua narrativa através das entrevistas, podemos perceber um momento crucial de sua trajetória, quando aos 12 anos de idade dois caminhos iniciados marcaram sua condição hoje: seu primeiro contato com drogas e sua inserção no mercado de trabalho. Quando ia buscar cachaça para o pai no bar, a recompensa era poder tomar uma dose quando chegasse. Isso inflava seu orgulho. Pensava que isso o tornava mais adulto, mais homem. Também aos 12 anos começa a trabalhar para "dar uma mão" com as finanças da casa. Nessa época o alcoolismo do pai se agravara, o que dificultava que esse conseguisse os "bicos" de pedreiro, que vinham sustentando a família até então. Matias sentiu-se impelido a fazer algo, uma vez que a mãe estava de mãos atadas, já que uma "mulher de família" não poderia sair para trabalhar.

Matias é o quarto filho dos sete que seus pais Lorena e Alfredo conceberam. Na primeira entrevista ele representa o pai como um herói, sem defeitos, mas essa narrativa vai sendo desconstruída ao longo da pesquisa. Quando relata a separação dos pais, retrata uma família desestruturada e danificada pela violência de Alfredo. Ainda assim, orgulha-se de ter sido o único filho a perdoá-lo: *"... apanhei muito, mas quando ele faleceu fui o único que tive com ele. Adorava meu pai... Não abandonei meu pai... Meu pai chorava pedindo perdão, porque sabia que eu não era o único a ter abandonado ele*". A violência é um elemento presente em boa parte dos lares da ralé estrutural, dificultando a formação de pessoas autoconfiantes, elemento crucial na luta por bens escassos no mercado competitivo. Os resultados dos espancamentos cotidianos de Alfredo se mostram no destino dos irmãos, que pouco não se veem e não se sentem como uma família. "*Ficou eu*

[7] Ver Capítulo 2.

meu irmão mais velho com a minha mãe e o resto foi pra cada lado [...] foram criados pelos avós, não consideram minha mãe".

Depois da separação, Lorena partiu para uma vida nova com Matias e seu primeiro filho Carlos. Entre faxinas em bares do centro da cidade nas madrugadas e bicos de cozinheira, não conseguia ter muito tempo para os filhos. Matias lembra os efeitos das precárias condições de trabalho da mãe:

> [...] eu rolei, de passar no centro, de passar no colo da minha mãe, de dormir em lancheria, dormir em hotel. Passar a noite na casa dum, passar a noite na casa dotro, de apanhar de relho, pontapé, soco na cara.

Aos poucos os anos foram passando e a esperança de uma mudança mágica sempre perambulava na mente de Matias. Tendo completado até a quarta série do ensino fundamental, suas possibilidades não eram muitas. As únicas coisas que sabia fazer estavam relacionadas ao trabalho braçal. As perspectivas melhoraram quando conseguiu um trabalho temporário em uma cooperativa do Departamento Municipal de Limpeza Urbana (DMLU), no final da década de 1980. Esse foi um marco em sua vida, em que passava a ser "funcionário público".

Passava a ter um emprego formal e relativamente estável, o que lhe possibilitava fazer planos para o futuro. Mas também, lembra-se desse período por ter sido a época em que começou a cheirar cocaína. Muitos colegas faziam uso contínuo de droga. Cheiravam, bebiam, até mesmo no local de trabalho, o que Matias se orgulha de nunca ter feito, "trabalho é trabalho né". Mas nas "noitadas de farra", como relata, aí era diferente. Na saída do trabalho, cada colega punha uma quantia de dinheiro e compravam a droga juntos. Saíam para fazer festa no centro da cidade, e nesses momentos nada lhe parecia impossível.

Ao completar um ano e oito meses na cooperativa, Matias perde seu emprego. Lembra-se que foi nesse momento que conheceu Solange, com quem se casou e teve quatro filhos. Solange *"... implicava comigo para que eu parasse. Eu até tentava, mas vinha os guri [colegas de trabalho] e eu não conseguia me segurar. Tentei esconder um tempo, até que um dia ela me viu cheirando..."*. Os filhos traziam consigo a necessidade de arrumar trabalho e durante anos Matias fez bicos e batalhou com os poucos recursos que teve para ajudar em casa. Em um destes trabalhos temporários e informais, soube de uma "oportunidade de ouro" que surgira, de entrar efetivamente no DMLU como funcionário estável. Um amigo lhe avisou de um concurso, "que só precisa de quarta série". Em 1992 Matias presta o concurso e é efetivado, agora passa a ser funcionário público, trabalhando em tempo integral como gari.

Hoje em dia Matias divide sua semana entre duas casas. Nos dias de semana fica com sua mãe, pois ela mora na zona norte, mais perto de seu trabalho. Também diz que fica lá para "cuidar dela", o que se mostra ambíguo em suas narrativas. Na realidade, ficar na casa da mãe foi uma maneira que Solange e Lorena, esposa e mãe, viram como uma forma de afastá-lo do crack. De sete anos para cá, o uso de crack virou uma rotina na vida de Matias. Sempre que chegava do serviço, ia para o bar e se encontrava com Diego, com quem cultiva uma amizade desde a infância. No início tomavam "*umas cachaça e no*

máximo dava uma cheirada, mas daí nos venderam a pedra num dia". Parece que este momento, há mais ou menos sete anos, foi quando se alastrou o uso de crack na comunidade em que vive na zona leste de Porto Alegre. Hoje em dia, diz que "*70% dos meus amigos [na zona leste] são usuários*". Mas como conta, alguns não continuaram usando, como no caso de Diego. Hoje em dia, a casa de Diego delimita a fronteira que sabe não poder transpor:

> [...] onde eu moro, é o final da rua. Do final da rua pra cima, eu não saio mais. O máximo que eu vou é assim... o Diego, que é digamos assim um irmão. A gente usava junto e ele parou primeiro que eu. Ele consegue beber, toma cachaça e não fuma... quando começamos a usar junto, ele largou. Ele continuou com o álcool... mas a gente sempre se deu bem.

Essa proximidade com o crack é um dos fatores mais difíceis de transpor nas tentativas de "largar":

> [...] o problema pra mim é aqui em casa [zona leste], se eu tomar um gole de bebida ali eu acredito que eu recaio... eu tenho droga no meu portão... tenho um cunhado que é dependente químico. Se eu esticar 'um pila' pra fora do portão tenho droga na mão...

Lorena e Solange fazem com que Matias passe a semana na Zona Norte, onde pode ficar sob a vigilância da mãe e nos finais de semana fica com a esposa, que pode assim garantir que não haverá recaídas. Essa medida foi decidida entre elas depois que se instaurou um processo administrativo contra Matias no DMLU, pois as faltas ao trabalho tornaram-se constantes nos últimos sete anos. Mesmo assim, em seu discurso a ida ao tratamento foi por escolha própria, sem interferência da família ou de alguma sanção que lhe foi imposta:

> [...] o bom é se tratar, eu quero é seguir o tratamento. Eu já tive aqui, já parei. Eu sempre procurei ajuda. Pela primeira vez que digamos assim... através do processo [processo administrativo a qual está submetido] eu fui encaminhado. Não foi pela minha família, não foi por juiz. **Tem muitos que vem obrigados, encaminhado por juiz... eu não, sempre procurei tratamento**. Só que dessa vez vim por causa do trabalho.

Matias assume um discurso de legitimação da própria realidade, mesmo que isso não condiga com a verdade, justificando que está em tratamento porque quer e não porque lhe foi imposto. No máximo, foi "por causa do trabalho", como se a imposição do trabalho não contasse, pois, afinal de contas, quem se trata por obrigação é um delinquente, o que não é seu caso. Esse recurso de manter uma aparência externa não condizente com a realidade, também foi identificado por Pierre Bourdieu em seus estudos na Argélia (1979), no contexto da pesquisa com subproletários desqualificados que salvaguardavam-se pelas aparências de estarem ocupados, mesmo que isso não condissesse com a verdade. Bourdieu notou que a aparência externa de estar ocupado é o último recurso contra a

degradação maior, que é viver às custas dos outros. As aparências são um recurso acionado contra a desmoralização dos agentes, no intuito de manutenção da autoestima. No caso de Matias, a degradação moral maior seria assumir que a busca de tratamento se dá por fatores externos e não por vontade própria.

Criar uma realidade própria para "continuar seguindo em frente", é recorrente em situações nas quais a realidade é demasiadamente dura para ser exposta pragmaticamente nos discursos. Como destaca Bourdieu, a manutenção da imagem perante os outros é o último recurso utilizado contra a degradação perante a comunidade. A estima de Matias depende deste recurso, uma vez que se fosse por determinação e não por livre arbítrio que buscasse tratamento, isso o afastaria da imagem do "ser moral" que está almejando.

Não só nesse caso específico, mas em muitas outras histórias relatadas, Matias sempre tenta apaziguar a realidade, como tentando criar uma imagem de alguém que ele gostaria ser. O relacionamento com os quatro filhos é um desses exemplos, que na sua narrativa é tido como algo "*muito na boa, sou tranquilo com eles*". Mas as contradições surgem a cada história relatada, onde a dor e o sofrimento cotidiano tentam ser encobertos por uma realidade fantástica e mágica que ele tenta passar quando diz que "*está tudo bem*":

> [...] eu quero buscar o que eu perdi, porque eu joguei muita coisa fora... não só físico... como é que é... material, a minha saúde, a minha família... como eu falei mais cedo, eu perdi os 15 anos da minha filha... eu mandei o presente, dei um rádio pra minha guria. E esse radio eu fumei, ela sabe que eu fumei. Isso pra mim é muito difícil.
> [...] Não digo que eu espanquei meus filhos, eu já bati nos meus filhos quando eu tava drogado. Já quebrei janela, já gritei...

Os exemplos de Matias mostram o quão difícil é quebrar o elo formado na tenra infância, na qual a socialização é marcada pela incorporação de um *habitus precário* (SOUZA, 2012) que se reproduz na relação com os filhos. Ainda que tenha tido alguns sucessos na vida, o melhor exemplo que pode passar é "o que não ser", como relatou da primeira conversa que teve com seu genro:

> [...] só que tem uma condição [para namorar a filha]... pra tu continuar namorando a minha guria... o dia em que eu te pegar usando droga e **fazendo o que eu faço**, tu some da minha frente...

Seja o que for não faça o que eu faço. Esse discurso paradoxal é um elemento central da identidade de Matias, que incorpora na representação de si o *estigma* que lhe recai (GOFFMAN, 1988). O tratamento no CAPSad nada mais é do que o cumprimento de uma sanção que lhe foi imposta, e que lhe é possibilitado por um ambiente familiar que o suporta. Como disse, para conseguir crack é só esticar o braço pela janela com "um pila na mão", o que dificulta fortemente que se pare de usar sem que haja uma rede de apoio. Curiosamente, um fator central para deixar de usar crack é o próprio estigma quanto ao usuário de crack. Em reposta a uma pergunta hipotética que faço, se "usaria drogas se fosse de graça", Matias responde que usaria cocaína, crack não. Ou seja, usar crack é o

final da fila moral entre usuários de drogas. Pior que isso não há. Também é um fator central o próprio efeito e forma de uso de crack, que segundo ele se faz solitariamente, podendo gerar muitas vezes sentimentos de medo e paranoia.

Pensando em tipos ideias, Matias seria aquele usuário de crack que possui família e trabalho formal, um adulto socialmente integrado. Certamente esse tipo não constitui a totalidade dos usuários, muito pelo contrário. Mas suas histórias são emblemáticas para pensarmos em alternativas em que é possível desengajar-se do *ethos* do drogado. Desde a última vez em que vi Matias, ele estava "limpo". Desde o momento em que ingressou no CAPSad são 6 meses sem usar crack. Se isso se sustentará, ninguém pode ter certeza.

"EU IA PRO COLÉGIO SÓ POR IR E FICAVA PELA RUA"

Lembrar-se daquela seca do início da década de 1990 é muito dolorido para seu Geraldo. Desde muito tempo - que sequer recorda quanto - vinha arrendando umas terras, onde mantinha um plantio básico para a subsistência de sua família - e mais aquele pouquinho que poderia conseguir nos anos "gordos". Todos acabavam envolvidos com a lida no campo: a mulher "pegava junto" e os três filhos já iam aprendendo "como segurar a enxada". "Mas a seca...". Tudo mudou quando as chuvas pararam e a horta já não era mais tão exuberante e a "roça" já não vinha alimentando todas as bocas. Aos poucos foi ficando mais difícil "pendurar" a conta no "bolicho" e se achando em um beco sem saída, resolveu "largar tudo" e vir para a cidade com a mulher e os três filhos.

Chegando a Porto Alegre tudo era diferente. O ritmo era mais rápido; parece que as pessoas falavam outra língua. Quando saía de manhã cedo para procurar emprego, nada que fizesse parecia útil ao funcionamento daquela cidade. Até que um dia foi conseguindo uns bicos de jardineiro. O trabalho de sol a sol na jardinagem foi então uma maneira de seu Geraldo se adaptar à vida na cidade, utilizando um conhecimento adquirido ao longo da vida. "Não era a mesma coisa", mas era o jeito de "ir levando".

No interior lembra que tudo era diferente. Enquanto "lidava na roça" passava aos filhos o seu vasto conhecimento sobre o momento de plantar, sobre quando colher. Sentia-se orgulhoso por ser visto como uma fonte de conhecimento. Já na cidade os filhos precisavam estudar e passar a eles o conhecimento do homem do campo não lhe parecia mais útil em meio ao asfalto. Ao longo dos anos Geraldo foi aprendendo a viver com esse ressentimento, afinal, que mais poderia fazer?

Sílvio é o caçula de Geraldo, tendo completado 25 anos no ano passado. Ele mal se recorda da vida no campo, de onde partiu aos cinco. "*Lembro que a gente tinha umas galinha... umas coisa assim*". Mas de certa forma nunca se sentira como sendo parte daquela cidade gigantesca, como se lhe tivessem tirado algo que ainda estivesse por aprender no campo e que lhe garantiria uma vida digna. Depois de uns anos "indo daqui pra lá", seus pais conseguiram estabelecer uma residência, num barraco que compraram na Vila Cruzeiro. A partir dali puderam matricular os filhos na escola, agarrando-se na possibilidade de "dar um rumo" na vida das crianças.

Aos 13 anos Sílvio mal começara a primeira série e já percebia que aquele não era seu lugar. Nem a matéria ou a professora conseguiam prender seus olhos no quadro negro. No caminho de casa para a escola, sempre parava na "pracinha", para jogar uma bola ou para conversar com os amigos. Foi assim que, depois da primeira série do ensino fundamental largou os estudos e a vida "na rua" parecia cada vez mais interessante do que aquele universo de letras que o deixava sem referência alguma. "*Eu ia pro colégio, eu estudava, só que eu falhava muito as aulas. Eu ia pro colégio só por ir e ficava pela rua...*".

Sílvio já vinha tentando se inserir no mercado de trabalho de diversas maneiras, mas foi como catador de lixo aos 15 anos que conseguiu "ver a cor do dinheiro". Até ali, só havia conseguido bicos: "*Trabalhei em obra também... eu era... eu alcançava pros outros o cimento a areia... fazia de servente*". Catando alumínio e papelão conseguia lucrar alguns poucos reais por dia e não se sentia tão cansado como antes, afinal, como justificou, "latinha é leve né".

Voltando de um dia de trabalho encontrou um amigo na pracinha e foi convidado a fumar um *beck*[8]. Para não "pagar um mico" aceitou. A primeira sensação foi muito estranha, não sabia exatamente o que estava acontecendo. Mas aquele sentimento inicial foi se transformando, no momento em que poder comprar a droga com o próprio dinheiro servia como fonte de auto-estima. Agora que ele "estava grandão", pois o trabalho de catador lhe rendia algum dinheiro, poderia comprar quando quisesse: "*eu sempre fumava um pitito sabe, que é a maconha com o crack*". A maconha do *pitito* passou a não importar; o que mais queria todos os dias era crack.

As palavras lhe faltam para descrever como era estar sob efeito da droga. A sensação mais próxima com que consegue fazer alguma analogia é a do prazer sexual:

> [...] a sensação como é igual sabe... como é que eu posso te explicar... é igual um prazer, prazer que tu tem... o mesmo prazer que tu vai, assim, ter com a tua mulher tu vai ter com o crack, só que com o crack, ele vai te estragar. Ele vai te levar pro fosso, e tu vai te levar mais pro buraco... o crack é uma droga que vem pra matar [...] é a mesma sensação com a tua mulher. A tua mulher ta do lado ali, tu vai sempre querer o crack do lado, tu não vai querer te separar dele...

Também havia momentos desconfortáveis, que cada vez tornavam-se mais frequentes: "*tinha aquelas paranoia, de catar, ficar ajoelhado catando, ou olhar pelas fresta... ou se alguém tava me seguindo... vai piorando, tu ouve vozes*". As características das alterações produzidas pelo crack são muito particulares, fazendo com que se tenha um uso diferenciado do que há com outras drogas "coletivas", ou seja, que possibilitam formas diversas de sociabilidade. "*O crack eu me escondia, ele não deixa tu fumar na frente da pessoa que tu gosta, ele faz tu te esconder. Faz tu fumar até no meio do mato... bah é cruel! [...] eu fumava dentro da vila, me escondia pra poder usar*".

Por alguns anos as únicas preocupações e ocupações do cotidiano resumiam-se em conseguir dinheiro suficiente para comprar uma pedra. No início essas práticas foram se sustentando. Acordar, juntar lixo, vender, fumar. Mas logo o desejo pelas sensações

[8] Cigarro de maconha.

proporcionadas por fumar aumentava e isso dificultava que Sílvio mantivesse a concentração para trabalhar. Os usuários de crack também são extremamente mal vistos e rechaçados pelos catadores de lixo, uma vez que deterioram a imagem daqueles trabalhadores honestos que tentam manter distância do estigma do drogado e delinquente. Sílvio fazia parte daqueles últimos colocados da fila da dignidade e era necessária uma mudança radical para retomar seu "ser moral".

A opção mais viável que a família encontrou foi interná-lo em uma fazenda para dependentes químicos. Ironicamente foi nesse momento, de retorno a terra, que surgiu alguma esperança na vida de Sílvio. O tratamento na fazenda exigia abstinência total, não poderia sequer fumar um cigarro. Assim como no caso de Matias, Sílvio conta a história de sua internação como se tivesse escolhido esse caminho por conta própria, mas a realidade diverge, podendo ser encontrados indícios nas inconsistências de suas narrativas:

> [...] eu tive que procurar uma fazenda assim ligeiro, minha mãe foi buscar um celular dela o celular que eu roubei dela e falaram pra ela que iam me matar. Daí **eu fui lá e procurei uma fazenda pra me internar** de novo e era isso...
> [...] a minha família sempre falava que eu não tinha caráter, que eu não tinha responsabilidade [...] daí **minha mãe me deixou lá na fazenda e disse que só era pra eu voltar quando tivesse parado**.

A criação de uma realidade mais amena através da alteração dos fatos faz com que Sílvio possa reconstruir sua autoestima, uma vez que se vê assim como sujeito de suas mudanças. A centralidade da família nas internações – especialmente de sua mãe - aparece repetidas vezes em seus discursos, o que nos faz inferir que muitas das ações que ele julga serem tomadas por vontade própria, foram imposições ou ações da família.

Foi na segunda internação em uma fazenda que Sílvio conheceu Cristina. Ela estava lá num domingo à tarde para visitar João, um dos internos que vinha se tornado um grande amigo ao longo das três semanas que passara lá. A partir dali não pensava em outra coisa senão sair da fazenda, ir para casa e ter uma vida com ela.

Depois de alguns meses se encontraram em um churrasco na casa dos pais de João e finalmente Sílvio conseguiu "ficar" com Cristina. Passaram-se meses e a vontade de usar crack havia parado, foi quando soube que Cristina estava grávida. Num misto de pânico e alegria, contou para João, e para comemorar compraram três pedras de crack. A partir desse momento João e Sílvio passam a empreender uma jornada para compra e consumo de crack. Ficaram mais íntimos e Sílvio passava a confiar cada vez mais no amigo:

> [...] meu cunhado sempre me chamava, eu sempre fui um cara que ele confiou, me chamava duas três horas da manhã, pra buscar a droga pra ele... ele é um irmão mais velho que eu nunca tive. Daí **fui aprendendo com ele ali**, vendo o jeito que ele fazia, o jeito que ele usava, o jeito que ele furava a latinha, fui aprendendo com ele só no ver sabe, ele não deixava eu chegar perto dele.

Apesar de o crack ter se mostrado, tanto nesta como em outras entrevistas, como uma droga “solitária”, as formas de aquisição e o aprendizado das técnicas são muitas vezes em dupla. O cunhado que ensina a usar a lata para fumar, o amigo que conhece o traficante. Os agenciamentos são, então, formas coletivas, nas quais os sujeitos tornam-se usuários de drogas. Fica claro para qualquer leitor de boa vontade que não se trata de uma doença, pelo menos não do corpo individual.

O tratamento no CAPSad entra em sua vida quando não há mais formas institucionais de se lidar com aqueles “do fim da fila”. Por muita insistência de Cristina, Sílvio frequenta as reuniões com certa frequência, mas até mesmo nas reuniões ele se sente como “um peixe fora d´agua”. A política da instituição visa a não separação dos usuários por substâncias: vício é vício, não importa se álcool, cigarro ou crack. Isso faz com que, apesar das oportunidades de mudança que o tratamento proporciona, Sílvio saiba que mesmo ali, onde todos teoricamente estão no “fim da fila”, ele está mais atrás: “*eles são álcool, eles beberam só... Teve alguns que usaram crack ou maconha, mas eles são mais do álcool*”.

O futuro é incerto para Sílvio. Morando agora com os pais, a esposa e a filha, ele sabe que o que já era difícil antes de usar drogas – a inserção no mercado de trabalho, aceitação, legitimação, respeito... -, tornaram-se ideais dificilmente alcançáveis depois de ter “pisado na bola”, como me conta com olhar cabisbaixo e amargurado:

> [...] agora vai ser um pouco mais difícil como eu sair, não sei se vão me aceitar de volta... agora pra poder trabalhar, tem que fazer aquele.. .como é o nome daquela folha? Tem que ter uma folha agora que tem que preencher sabe, eu não sei como é que é o nome... e daí tem que preencher aquilo ali pra poder trabalhar... currículo!!!

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluímos que o comportamento individual dos entrevistados e a dificuldade de manter-se longe do crack podem apresentar fatores causais relacionados ao pertencimento de classe, marcado pela socialização precária e um histórico de violência e desrespeito nas principais esferas de reconhecimento, fontes de estima necessários para qualquer empreendimento intersubjetivo na vida contemporânea. Os elementos trabalho e família são decisivos nas trajetórias de sucesso e na superação dos estigmas, que recaem sobre os usuários e que circunscrevem suas tentativas de inserção social, possuindo as mulheres um papel central na desarticulação de um *ethos* de engajamento cotidiano com o crack, bem como no gerenciamento das narrativas futuras e aberturas no campo das possibilidades, quer seja, como efetivamente “desfazer” os efeitos do crack e “virar a mesa” em novas formas de interação social.

A decisão de parar de consumir crack parte, em certa medida, dos contínuos constrangimentos aos quais estão expostos os atores, em eventos rotineiros que demarcam as fronteiras simbólicas entre um “cidadão de bem” e um “craqueiro”. Entretanto, tais constrangimentos só são direcionados em momentos de avaliação e crítica, drasticamente estimulados por agentes externos (aqui, novamente em especial as mães e esposas).

Elementos externos são cruciais para que o indivíduo sinta que é necessário parar de usar e é a ameaça de perda do “ser moral” que potencializa uma mudança de rumos. Para além disso, a constante ameaça de nunca mais conseguir voltar ao “caminho certo”, onde se faz necessário a alimentação de atores sociais constantemente por afluxos de energia que proporcionam o sentimento de integração coletiva (WEISS, 2010).

A presença familiar é neste contexto o principal fator de mudança, tanto para o estimulo da motivação pessoal de querer parar, como para efetivamente buscar tratamento. Quando no interior dos núcleos familiares há forte rejeição àquilo que o filho/marido/irmão “perdido” se tornou, é patente a condição de fragmentação subjetiva e de pavor que os atores enfrentam. Ser rejeitado por aquelas (e aqui usamos o feminino enfatizando-o) que poderiam mostrar o caminho da salvação, suspende os elos e conexões intersubjetivas nas quais os atores se fiam ao buscar um reconhecimento necessário para “seguir em frente”, suspendendo a possibilidade de projetar e sonhar com uma vida diferente. Como resume Mathias “... quero buscar o que eu perdi não só físico [...] a minha saúde, a minha família”.

A inserção no mercado de trabalho, claramente um fator externo ao sujeito (embora as teorias meritocráticas da moda queiram insistir na culpabilidade do sujeito por seu próprio fracasso), dialoga com o elemento familiar nas possibilidades de “recuperação” do sujeito dilacerado. Percebemos que esta centralidade e importância do trabalho estão mais no empreendimento de atividades diárias, ou seja, o estabelecimento de uma rotina rígida de sair de casa, trabalhar, manter-se limpo com aparência aceitável, do que no sentido de sentir-se produtivo e útil, de sentir-se integrado ao mercado produtivo como realizando uma atividade importante ao funcionamento da sociedade. A questão torna-se estar sempre ativo, no emprego de alguma função, embora a possibilidade de reconhecimento via esfera laboral seja um panorama distante e quase utópico.

A inserção dos agentes no mercado competitivo se dá em posições de fraca reputação e estima, frequentemente rebaixados como posições de baixo valor social e recompensa monetária. Posto de outra forma, dificilmente tais atividades serão fontes de reconhecimento social a partir importância valorativa e hierarquizante no ocidente moderno sobre o que é essencial e digno de valoração (tanto simbólica como material). Nesse sentido e contexto, como bem destacou Bourdieu (1979), manter as aparências e ser visto como estando ocupado é utilizado como o último recurso à degradação moral, da situação em que se é sustentado por outra pessoa, e fazer qualquer atividade é melhor do que “estar parado”.

Além destes fatores externos cruciais, há também dois fatores que se mostraram como um estímulo à vontade de parar. O primeiro deles advém do próprio efeito do crack. O uso continuado faz com um sentimento de ‘paranoia’ cresça e foram diversos os relatos sobre o medo que esses momentos se repetissem. Os indivíduos se encontram em um momento decisivo, no qual passam mensurar a relação custo/benefício de fumar, o que estimula o debate sociológico com outros campos de conhecimento que tragam a complexidade das alterações provocadas pelas substâncias.

Finalmente, o elemento transformador é traduzido no desejo e vontade de se integrar ao corpo social, na interação com coletividades diversas, o que só pode emergir quando houve em algum momento de suas vidas em que sentiram essa forma de pertencimento. O tratamento é visto como um retorno de algo que foi perdido ao longo dos anos. O estigma

que recai aos usuários de crack dilacera a imagem dos indivíduos, o que aos poucos vai sendo incorporado às suas identidades.

O maior fator motivacional parece ser a negação deste estigma, num dado momento em que as pessoas se sentem impelidas a uma mudança. No entanto, o surgimento e manutenção desta vontade são dificultados por uma realidade de fácil acesso e amplo consumo de crack. Os entrevistados têm que conviver diariamente com o tráfico e o consumo de drogas muito próximos de si, elemento que pode reverter qualquer equação por mais estável que esta possa se apresentar.

REFERÊNCIAS

ANDRADA, N. C. **Abuso e Dependência: Crack**. Revista da Associação Médica Brasileira, v. 58, n. 2, p. 141–153, 2011.

BASTOS, Francisco Inácio e BERTONI, Neilane (Org.). **Pesquisa nacional sobre o uso de crack**. Rio de Janeiro: Editora ICICT/FIOCRUZ, 2014.

BECKER, Howard. **Outsiders: estudos de sociologia do desvio**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BOURDIEU, Pierre. **A Distinção: crítica social do julgamento**. Porto Alegre: Zouk, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **Algeria 1960**. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.

COLEMAN, James Samuel. **Foundations of social theory**. 3. ed. Cambridge, Mass.: Belknap Press of Harvard Univ. Press, 2000.

DURKHEIM, Émile. **A educação moral**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

DUTRA, Roberto e HENRIQUES, Vanessa. O poder discricionário dos agentes institucionais que lidam com usuários de crack: invisibilidade de classe e estigma de gênero. SOUZA, J. (Org.). . Crack e exclusão social. Brasília: Ministério da Justiça e Cidadania, 2016. .

ELIAS, Norbert. **Os alemães : a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

GOFFMAN, Erving. **Estigma notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

HERTZOG, Lucas. **O desengajamento do êxtase: estudo sociológico sobre usuários de crack em tratamento**. 2012. 57 f. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – UFRGS, Porto Alegre, 2012.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento : a gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: Ed. 34, 2003.

LAHIRE, Bernard. **Retratos sociológicos: disposições e variações individuais**. Porto Alegre: Artmed editora, 2004.

NAPPO, Solange Aparecida e SANCHEZ, Zila M. e RIBEIRO, Luciana Abeid. **Is there a crack epidemic among students in Brazil?: comments on media and public health issues**. Cadernos de Saúde Pública, v. 28, n. 9, p. 1643–1649, 2012.

PULCHERIO, Gilda e colab. **Crack–da pedra ao tratamento**. Revista da AMRIGS, v. 54, n. 3, p. 337–343, 2010.

ROCHA, Maria Eduarda e SILVA, José Augusto. Pânico social e animalização do usuário: o crack na Folha de S. Paulo. SOUZA, J. (Org.). . Crack e exclusão social. Brasília: Ministério da Justiça e Cidadania, 2016. p. 251–286.

RODRIGUES, Igor. Crack, a nóia da mídia. SOUZA, J. (Org.). . Crack e exclusão social. Brasília: Ministério da Justiça e Cidadania, 2016. p. 287–304.

RUI, Taniele. **Corpos Abjetos: etnografia em cenários de uso e comércio de crack**. 2012. 335 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – USP, São Paulo, 2012. Disponível em: <http://www.neip.info/downloads/Taniele_Rui_Tese.pdf>. Acesso em: 6 maio 2014.

SOUZA, Jessé. **A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica**. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012. (Humanitas).

SOUZA, Jessé. **A ralé brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. (Humanitas).

TAYLOR, Charles. **As fontes do self : a construção da identidade moderna**. São Paulo: Loyola, 1997.

WEISS, Raquel. **Émile Durkheim e a Fundamentação Social da Moralidade**. 2010. 280 f. Tese (Doutorado em Filosofia) – USP, São Paulo, 2010.

Anexo I

Prefeitura Municipal de Porto Alegre
Secretaria Municipal de Saúde
Comitê de Ética em Pesquisa

PARECER CONSUBSTANCIADO

Pesquisador (a) Responsável: Raquel Andrade Weiss
Registro no CEP: 745 **Processo Nº.** 001.003488.12.8
Instituição onde será desenvolvido: Secretaria Municipal de Saúde - CAPs AD GCC
Utilização: TCLE
Situação: APROVADO

O Comitê de Ética em Pesquisa da Secretaria Municipal de Saúde de Porto Alegre analisou o processo N 001.003488.12.8 , referente ao projeto de pesquisa: "**O desengajamento do êxtase: Estudo sociológico sobre a desconstrução de projetos associados ao uso de drogas por usuários em tratamento** ", tendo como pesquisador responsável Raquel Andrade Weiss cujo objetivo é "Compreender de que forma os projetos associados ao uso de drogas são desconstruídos por usuários submetidos ao tratamento. OBJETIVOS ESPECÍFICOS : • Identificar os mecanismos e estratégias adotados para que se aceite uma nova ética que privilegia a vida em sua extensão. • Investigar as expectativas dos usuários quanto ao tratamento. • Averiguar os elementos que interferem na associação dos usuários a novos projetos de vida".

Assim, o projeto preenche os requisitos fundamentais das resoluções. O Comitê de Ética em Pesquisa segue os preceitos das resoluções CNS 196/96, 251/97 e 292/99, sobre as Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisa Envolvendo Seres Humanos, do Conselho Nacional de Saúde / Conselho Nacional de Ética em Pesquisa / Agência nacional de Vigilância Sanitária. Em conformidade com os requisitos éticos, classificamos o presente protocolo como APROVADO.

O Comitê de Ética em Pesquisa, solicita o atendimento aos itens abaixo:

1. Enviar primeiro relatório parcial em seis meses a contar desta data e a apresentação do trabalho em CD no final;
2. Informar imediatamente qualquer evento adverso ocorrido;
3. Comunicar qualquer alteração no projeto e no TCLE;
4. Entregar junto com o relatório, todos os TCLEs assinados pelos sujeitos de pesquisas e a apresentação do trabalho, e o formulário de relatório que esta no site.
5. Após o término desta pesquisa, o pesquisador responsável deverá apresentar os resultados junto à equipe da unidade a qual fez a coleta de dados e/ou entrevista, inclusive para o Conselho Local da Unidade de Saúde.

Porto Alegre, 12/03/2012.

Elen Maria Borba
Coordenadora do CEP

Comitê de Ética em Pesquisa da Secretaria Municipal de Saúde de Porto Alegre – CEP SMS/PMPA
Rua Capitão Montanha, 27, 7º andar – CEP 90010-040
Fone : 32895517 / 91441379

O CRACK NA ORGANIZAÇÃO FAMILIAR DA RALÉ

Ricardo Visser[1]

RESUMO: O artigo explora a temática sobre o uso de crack em zonas metropolitanas e sua relação com a organização familiar. Também adentra a dinâmica conceitual entre formas de violência e vigilância parental, como tipos categoriais norteadores à caracterização da organização familiar. Os efeitos práticos desses dois quesitos serão arrolados junto à trajetória profissional da entrevistada. Por fim, serão explicitados os desdobramentos da tentativa de mudança no seu comportamento. Tais análises têm como base empírica uma entrevista em profundidade realizada com uma empregada doméstica no Rio de Janeiro, seguindo a metodologia da sociologia em escala individual.

PALAVRAS-CHAVE: Organização familiar – Crack – Classes sociais – Desigualdade

ABSTRACT: The article explores crack abuse in the metropolitan zones and its interplay with the familial organization. It elects the conceptual dynamics between forms of domestic violence and parental vigilance as one of the main conceptual frameworks to analyze the empirical case of familial organization. The practical effects of these two elements will, then, be crossed with the professional trajectory of the interviewee. Lastly, the effort on changing her own behavior will be explicated. These analyses base themselves on an interview conducted with a made in Rio de Janeiro, following the methodological approach of Sociology in individual scale.

KEYWORDS: familial organization – Crack – Social classes - Inequality

INTRODUÇÃO

Nas sociedades modernas, fundou-se a concepção de que a violência física arbitrária teria paulatinamente minguado diante da racionalização disciplinar do corpo, exigida por instituições jurídicas, econômicas, educacionais, políticas e etc. Emerge um tipo de correção que tivesse como finalidade a "docilização" corporal, em contextos determinados, permitindo a reconstrução temporal e afetivo-cognitiva da mesma. Isto é, sem dúvida, um dos elementos mais fundamentais na incorporação do sentimento de culpa, cuja direção não aponta apenas para o eterno autoflagelo moral de si, mas também para a chance de autorreflexão. A ação não resulta mais, portanto, de fontes ou condições externas alheias ao controle do indivíduo engajado em relações sociais.

[1]Pesquisador pós-doutoral em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Contato: ricardovis@gmail.com.

Aliada a este tipo de correção, originário nas famílias burguesas (HORKHEIMER, 1987), surge outra forma de violência junto ao processo de institucionalização da cultura através do sistema educacional, da indústria cultural, do mercado de trabalho, das casas de correção disciplinar, da política, mas, sobretudo, do monopólio de violência do Estado.

O conceito mais bem-acabado deste tipo de opressão silenciosa foi formulado por Pierre Bourdieu (1970) como "violência simbólica". Sua característica principal é a aceitação imediata do ato de imposição comunicativa, sem suscitar o questionamento acerca das razões últimas pelas quais esta imposição se impinge. Ela provoca o reconhecimento desprovido de conhecimento das regras culturais impostas. A autoridade moral se vale de formas ideais e de categorias de percepção que impedem os indivíduos de compreenderem a arbitrariedade da ordem social na qual vivem. Horkheimer e Erich Fromm (1987) chamavam atenção para essa mudança enquanto processo de 'espiritualização' da autoridade (*Vergeistigung der Autorität*), o que conduzia a maioria à dependência intelectual, excluindo a dúvida como componente fundante da dialética da razão. A percepção do mundo social como entidade formal-abstrata objetiva - governada por leis gerais universais - cujos fins são pré-constituídos, encontra, na postura teórica realista e na pretensão à neutralidade imparcial, seus maiores representantes. Ignora-se o aspecto construído e historicamente contingente dos esquemas de pensamento e de convenções culturais.

Será que um conceito puramente dicotômico de violência - sendo uma a física (seja a arbitrária ou a disciplinar) e a outra simbólica (comunicativa) – bastaria para compreender, decerto, sua função nas interações em sociedades modernas? Cremos que são dois polos de uma escala. Já podemos, então, esclarecer desde já nosso pressuposto inicial: não opor pura- e simplesmente a violência física à simbólica, mas respeitar suas especificidades. Dentro de uma ordem coletiva, todo *exercício* de poder envolve, em maior ou menor medida, tanto identificação quanto coerção, raramente resultando da imposição unilateral da vontade subjetiva de quem o exerce. (SIMMEL, 1998, p. 160).

Desse modo, não partimos de uma definição negativa de violência física como um estado hobbesiano "natural", "pré-cultural", ou "pré-social", mas como produtora e produto de condições sociais. Ela reveste a forma e o conteúdo das interações intersubjetivas e exibe um tipo de pedagogia particular implícita, constituindo também, ao seu modo, uma violência performativa e comunicativa. Em parte, aqui reside o elã normativo da violência (HONNETH, 2012).

A seguir, analisaremos um estudo de caso feito com uma empregada doméstica no Rio de Janeiro. Em sua trajetória, encontra-se a constante tensão entre o passado marcado por formas punitivas violentas e a baixa vigilância no cotidiano familiar. Porém, a experiência de seu filho com o *crack* opera uma reconversão de seu comportamento. Ela busca, mesmo com duras dificuldades, instituir uma esfera de diálogo. Eis a distensão entre estrutura e mudança. O modo de tratamento do material empírico tem como mote uma aplicação à moda qualitativa da dinâmica conceitual das escalas de valor, geradas no projeto *Radiografia do Brasil Contemporâneo* 2015-2016 (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada/ IPEA). O espectro categórico analisa, sobretudo, no que tange à estrutura familiar, fatores fundamentais, como vigilância, violência doméstica, punição comunicativa e etc.

Além de nos indagarmos sobre a crítica da oposição simplista entre violência física e simbólica permear a prosa, o elo entre violência doméstica e baixa vigilância das práticas cotidianas também aparece como escopo conceitual norteador da análise. Elas influenciam a organização familiar e, de igual maneira, a relação que se desenvolve com o *crack*.

Em terceiro plano, mas ligada à questão anterior, reside a feição pela qual os dois termos categoriais se relacionam com a trajetória profissional da entrevistada de modo que influenciam sua inserção empregatícia. Por conseguinte, tal inserção dificulta a fixação de comportamentos estruturantes no seio familiar.

Em quarto lugar, será tematizada a contradição entre um processo de socialização calcado em violência doméstica, baixa vigilância e a tentativa tardia de a entrevistada formar uma interação discursiva com seu filho. Esta investida em direção à mudança da conduta tem nexo direto com os problemas advindos do uso do *crack*.

Postos os pontos de análise, vale advertir que o texto não tem como ambição defender que o acesso privilegiado a uma forma historicamente definida de modelo familiar (o patriarcal burguês) signifique a inserção *automática* em um tipo de socialização familiar bem-sucedida. “Politizar”, “romantizar” e tecer uma elegia a qualquer forma particular de família como “ideal de família” seria sociologicamente infértil e estéril. Contudo, a relativização radical da família, inserida na hierarquia de classes, como instância socializadora seria igualmente ilusório. Por fim, recordamos que o intento principal do artigo é exploratório.

A TRAJETÓRIA DE CAMILA

Camila, uma empregada doméstica de 49 anos, chegou ao Rio de Janeiro com 13 anos, fugida de sua cidade natal. Sua fisionomia é de uma mulher acima do peso, com olhos e cabelos castanhos e de fala direta, sem muitos rodeios. Tem uma renda mensal variando entre R$1.500 a R$2.000. Nascida no interior de Minas Gerais, ela conta que o relacionamento com sua mãe sempre foi conturbado. Esta também era empregada doméstica que, tendo um caso com um jovem de família rica e nobre, acabou gerando-a. Segundo seu depoimento, a família de seu pai mandou matá-la para que não houvesse maiores complicações devido ao relacionamento do casal. Cada qual localizado em um polo extremamente oposto ao do outro na hierarquia social de classes. Além de não ter convivência com o pai, sua mãe teve que escondê-la inúmeras vezes.

Com uma coexistência insuportável com sua mãe, ela recorda:

> "A minha mãe ficava com homens mais novos do que ela, então eu vi uma vez... Nós "morava" numa choupana de barro com bambu e telha porque antes era capim, mas aí conseguimos botar de telha. Era um quartinho só. Aí, a minha mãe ficou com um rapaz lá e era duas camas, uma assim e outra assim (paralelas) e eu estava acordada e eu vi tudo aquilo, mas eu não podia me mexer. Meu coração acelerou, acelerou e eu não podia me mexer porque se eu me mexesse ela ia e me batia depois..." (Camila, 49 anos, empregada doméstica).

Ao presenciar o relacionamento sexual de sua mãe, torna-se patente como a ralé estrutural (SOUZA et al., 2009), nos casos em que mais se aproxima da tipologia conceitual, encontra óbices para constituir uma esfera familiar na qual a intimidade individual é preservada. De acordo com sua definição conceitual, a ralé é a classe social marginalizada, cuja incidência - em países de desenvolvimento capitalista predominantemente periférico - tem o poder de cunhar qualitativamente sua estrutura social.

Ela notabiliza-se pela exclusão em quase todos os campos e as esferas de valor decisivas da sociedade, como economia, família, educação, política e etc. Por encontrar-se em condições de extrema precariedade, incorporada sob formas de disposições inadequadas à inserção na sociedade competitiva, sua exclusão histórica é normalmente naturalizada e fragmentada. Torna-se comumente percebida a partir do estatuto moral subumano. Contudo, tal efeito apenas se perpetua porque as causas de sua humilhação tornam-se obscurecidas. Exibindo frágil fixação de comportamentos disciplinares no cotidiano, essa classe social está muito mais vulnerável ao uso autodestrutivo e patológico de drogas.

Para uma definição sociocultural mais exata da ralé, faz-se imperativo entender a economia como um dos fatores contribuintes para sua reprodução, mas não é a causa unívoca. Além do mais, a esfera econômica não contém apenas uma definição instrumental, mas igualmente normativa. Tão substancial para a definição é sua legitimação moral da autonomia econômica. Hegel foi um dos que perceberam esse pilar (HONNETH, 2008, p. 55).

Como vemos, Camila narra que as punições de sua mãe, além de violentas, não permitiam um rastreamento de suas motivações. Ou seja, tendem a ser arbitrárias e sem propósito. Em algumas organizações das camadas inferiores dessa classe (para marcar a fração marginalizada dessa classe) [2], há um esquema fragilmente constituído de motivações para o emprego da violência física. Ela carrega em seu bojo um fraco efeito de aprendizado de uma regra ou de um costume, pois não há uma restrição legitimada de sua aplicação. A tortura do corpo no ambiente familiar da Ralé pouco tem a ver com a correção, que já supõe o autocontrole do agressor e a interdição das pulsões agressivas que conduzem *à violação da integridade moral do outro*. Ela, assim, se desenha enquanto possivelmente arbitrária, inibindo a reconstrução mínima das razões pela punição. Uma distinção aqui poderia ser feita em relação ao que se poderia chamar de correção disciplinar do corpo, cuja encarnação em praticamente todas as instituições modernas foi analisada por Michel Foucault (1993). Em famílias de classe minimamente integradas no âmbito familiar, a finalidade e o significado prático da violência corporal se transformam por completo, pois pressupõem o autocontrole do agressor. Em meio aos estratos inferiores da ralé, como o agressor não incorporou autocontrole, não há garantias contra o uso da violência em determinados contextos.

A socialização familiar que combina violência doméstica e baixa vigilância dos comportamentos cotidianos, expressa um lábil componente prospectivo. Ela é tão mais presente quanto menos se tencionar com formas de punição disciplinar e discursiva. Isto posto, é possível dizer que, em distinção a este tipo combinado de socialização familiar, formas punitivas diferenciadas, como a disciplinar, trazem em seu bojo uma extensão temporal sobre a qual a sanção se aplica, constituindo elos de confiança e autonomia (LAHIRE, 2012, p. 44). Por conseguinte, esse aspecto da imposição da autoridade parental

[2]Ver SOUZA, J. et al. **Crack e exclusão social**. 1. Ed. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, 2016. Também disponível em versão eletrônica: www.justica.gov.br.

também deixa suas marcas na estrutura temporal do patrimônio de disposições dos agentes, sobretudo, no que tange à incorporação de regras abstratas, dado que pressupõem a construção de um "respeito tácito" e manifestam - via de regra - suas exigências anteriormente aos eventos cotidianos. Os laços de confiança são igualmente laços de fiança e de "crédito", englobando um futuro abstrato e não palatável no momento da interação. Assim sendo, constitui-se um elo prático entre expectativas e disposições, isto é, tendência à ação.

A ausência da delimitação contextual da punição acaba por reforçar uma construção simbólica do mundo objetivo como imprevisibilidade e acaso, no qual a capacidade de reação ativa frente ao medo se vê enfraquecida. Outro entrevistado, Josuel, morador de rua, usuário de *crack* e vítima de violência doméstica, conta que a "onda" do *crack*: "não é muito diferente das outras, entendeu? Ela é tipo uma forma assim... De você lidar com um problema. É que nem você colocar uma máscara, colocar uma capa, sei lá. Fica uma onda diferente. Você fica acordado, não sente medo" (Josuel, 25 anos, morador de rua). O efeito da droga encontra-se com a busca pela autoconfiança que nunca aprendeu a ter, já que esta depende da previsibilidade temporal e contextual mínima das interações nas quais participa. Ora, se a arbitrariedade da violência se torna geral, ela também assume basicamente a forma estruturante e totalizante do conteúdo das interações interfamiliares.

Contudo, é preciso ponderar que a agressão doméstica conforma *uma* das variáveis que auxiliam na explicação da organização familiar das classes marginalizadas. Vigilância e proteção são igualmente relevantes, constituindo fatores relativamente independentes. Assim, Camila narra que sua mãe tentou "dá-la" para outras pessoas ou estranhos. Isto ocorreu não apenas com ela, mas com algumas de suas irmãs. Em resposta a essa incapacidade de estabelecer cuidado afetivo primário, ela afirma: "Minha mãe não me protegia. Acho que uma gata tem mais afinidade com a minha mãe do que ela tinha com a gente".

Ao pôr em risco a integridade pessoal de Camila, sua mãe mostra-se incapaz de produzir um encerramento básico das relações familiares em contraposição ao "mundo exterior", normalmente representado pelo risco da delinquência, para os meninos, ou da prostituição, para as meninas. Certa vez, aos 9 anos de idade, sua mãe mandou-a visitar sua irmã mais velha em outra pequena cidade do estado mineiro. À beira da estrada, sua progenitora encontra, então, um caminhoneiro que para lá se endereçava. Trajada com um vestido e um pequeno casaco amarelo, ela embarca no caminhão. Ao passar pela cidade designada, o homem tenta boliná-la e impedir sua saída do caminhão até que, passando

por um quebra-molas, enquanto o veículo se deslocava vagarosamente, ela abre a porte e salta. Após rolar no chão, ela corre. Com alguns hematomas, devido à queda, e o joelho ralado, ela finalmente escapa. Alguma consciência de sua fragilidade perante um possível estupro aos 9 anos de idade reflete a explicação quase mística que confere à circunstância. Camila ainda relata que sua mãe tentou "dar" suas irmãs para outros desconhecidos, muitas vezes para trabalhar em serviços domésticos na casa de outras pessoas.

Bem, se a violência doméstica era uma realidade na juventude de Camila, ela não constitui o critério único e determinante para definir a organização familiar dos excluídos e esquecidos; tão fundamental é a chave conceitual da vigilância, sua constância, e sua potência em racionalizar o cotidiano. Tal distinção analítica é relevante, pois ajuda a compreender casos nos quais não há necessariamente a presença explícita de violência doméstica. A lábil coesão familiar corresponde igualmente à improbabilidade de produzir coerência nas interações e alicerçar o cotidiano. Em outras entrevistas de usuários de *crack*, era comum eles usarem a expressão de terem sido "criados soltos na rua", de modo a exemplificar esta circunstância (SOUZA et al, 2016).

A este ponto, poderíamos novamente mobilizar Foucault (Ibidem, p. 166-176) para mostrar como a racionalização do cotidiano conecta-se com a ideia de repartição e secção de intervalos e movimentos. De fato, o filósofo social francês entendia seu surgimento, arrolando como escopo, as instituições disciplinares modernas, como escola, fábrica e exército. Não obstante, a função social da organização familiar está intimamente conectada com todos estes complexos institucionais e de interações. A arte das repartições define e ordena o espaço de atuação, imprimindo um ritmo contínuo e regular do tempo, agora planejado. Emerge uma pedagogia "econômica" – no sentido da poupança de forças - tendo em vista a adequação, a antecipação obediente às regras. A coordenação da conduta individual pressupõe, de um lado, a constância da ação num intervalo temporal cronológico, acumulativo e linear alongado e, de outro, a diferenciação espaço-temporal interna das ações: a arte das repartições é um apanágio fundamental da tecnologia disciplinar de poder.

De igual maneira Bernard Lahire (2012), ao observar a conexão entre famílias das classes populares e sua relação com o ambiente escolar, verifica que, em famílias com baixa vigilância e racionalização cotidiana, isto é, um cronograma mais ou menos fixado de atividades extraescolares, costuma prevalecer tipos de punição verbal e física violentos ou explícitos. Elas geralmente engendram, segundo Lahire, algum tipo de permissividade implícita, com pouco poder de antecipação à infração. Portanto, trata-se de certa

complacência pré-reflexiva, independendo relativamente do capital cultural ou escolar dos pais.

Aos 13 anos, Camila foge de casa e viaja para o Rio de Janeiro tendo a certeza de viver uma vida melhor e de evitar o destino da mãe. Na casa de sua nova patroa, que conhecera no ponto de ônibus, ela conta que se encarregava dos serviços domésticos, mas que raramente era paga por eles. Esta indefinição entre trabalho e moradia complementa a pressão de sua mãe para que ela enviasse parte de sua renda para ela. É notória, nesse caso, a diferença do significado do trabalho infantil para a ralé e para os Batalhadores (SOUZA et al., 2010). Se para os últimos, a família e o trabalho reforçam-se mutuamente, para Camila, o trabalho é uma forma de escapar das mazelas encontradas em seu ambiente familiar.

Ainda na casa de sua primeira patroa, ela relata que se apaixona por seu filho mais velho. Ao ser descoberta, ela é mandada embora e consegue uma quantia em dinheiro para voltar a Belo Horizonte. Retorna, então, ao Rio, desempregada, e declara que, à época, era uma menina frágil e que chorava por qualquer motivo, muito diferente de hoje em dia. Um dia, sai por Copacabana, procurando espairecer, mas não consegue. Senta-se na Praça do Lido e desaba aos prantos. Nesse ínterim, Camila é abordada por uma mulher, em torno dos 40 anos, que lhe oferece um emprego como cuidadora. No início do novo emprego, ela logo descobre que sua patroa era, na verdade, a antiga doméstica, que, agora mantinha um relacionamento amoroso com o marido de uma diplomata. Esta sofre de obesidade mórbida. Além de ter que dar banho, Camila tinha que preparar comida e lavar roupa. Ela narra que, por estar indignada com a relação de seu marido e a empregada, a diplomata obesa cuspia comida nela, além de xingá-la. Em meio a tal ambiência conturbada, Camila opta pela demissão, mas rapidamente consegue outro emprego.

Agora com 17 anos, e morando numa casa de família em Ipanema, ela nos conta um pouco sobre sua conturbada trajetória escolar. Camila chegou até a 5ª série. Na verdade, é preciso assinalar que a escola nunca teve importância capital para ela, visto que o trabalho infantil, somado ao abandono familiar, tornava a escola um ambiente estranho e refratário. Seus hábitos de estudo são completamente esparsos. Quando tinha uma prova ela “às vezes eu dava uma lida, alguma coisa assim, entendeu? Às vezes, no intervalo”. Na circunstância da entrevista, nota-se que o assunto não é carregado de tanta importância. Ela é um tanto lacônica ao referir-se à vivência escolar. Mas uma situação talvez ilustre como nenhuma outra as barreiras que se colocam em seu caminho.

Certa vez, ainda em Ipanema, ela adverte sua patroa de uma prova final prestes a ocorrer. Havia sido combinado que haveria espaço para que ela pudesse conduzir seus estudos. Ela recorda que:

> "(...) numa sexta-feira de final de ano, eu limpei o apartamento todinho. Só faltava o chão da cozinha pra lavar. Cozinha, azulejo... já tinha limpado. Falei com ela que eu tinha passado um pano e amanhã, sábado, porque eu morava lá, eu não tinha onde morar... Amanhã eu lavo o chão da cozinha, porque amanhã eu vou fazer a minha prova de final de ano, porque se eu não "fazer" essa prova eu perco o ano. Ela disse pra mim que eu não ia fazer prova nenhuma, ela disse que eu ia lavar a cozinha. Eu disse que já eram 6:30min e eu tinha que estar 7h no colégio aqui na praça do Lido. Ela disse: "você não vai fazer nada de prova não! Você vai lavar o chão da cozinha!". Eu falei: "Toma sua vassoura, toma o seu balde, então a senhora vai fazer.". Ela disse: "Você vai embora!". Eu peguei minhas coisas, eu deixei como porteiro, vim e fiz a minha prova, que era pra passar pra 5ª série e depois eu não tinha onde dormir".
>
> (...) Aí, eu dormi na Praça Afonso Pena perto de uma cabine num banco, esperando até de manhã até ele vir me pegar (ela se refere ao seu namorado à época). Fiquei uma semana na casa da tia dele aguentando nome de piranha, de puta... Até eu conseguir arrumar emprego porque eu não tinha onde ficar". (Camila, 49 anos, empregada doméstica).

A intermitência, o baixíssimo valor no pagamento, bem como ser alvo de constantes boicotes, abusos físicos e morais no ambiente de trabalho, nos mostra como o trabalho de empregada doméstica exige, muitas vezes, a incorporação de disposições para submissão e de contenção repressiva. Há aqui, além da rentabilidade do trabalho, os tipos de disposições realizadas em seu local. Na moderna divisão do trabalho social, há funções que exigem a incorporação de disposições para acatar ordens, o que, no caso das empregadas domésticas, às vezes, beira o contorno extremo de abuso moral e sexual.

São ocupações nas quais se recebe exclusivamente ordens, complementadas pela gama de fatores que permitem ou impedem o reconhecimento sócio econômico. Por outro lado, há outros trabalhos que podem exigir um conjunto de disposições similares, mas exibem compensações tanto no seu reconhecimento financeiro (rentabilidade futura e estabilização temporal do futuro) quanto na chance de, por estar posicionado numa hierarquia intermediária, repassar, redistribuir, modificar ordens e comandos (expressão pessoal). Seus efeitos são, assim, atenuados. No caso de Camila, ao lado de ter que desenvolver as disposições de submissão, a esfera do trabalho é praticamente global, pois dormia na casa dos patrões. Após esse infeliz episódio, ela conta com a ajuda de uma

amiga, também empregada doméstica, que a acolhe em segredo em seu quarto. Grávida, Camila segue seu caminho, mas é abandonada por seu namorado.

CAMILA E SEU FILHO REINALDO

No que tange à convivência com seu filho mais velho Reinaldo (34 anos), Camila descreve que reproduziu a mesma conduta de sua mãe na infância. Somada a isso, mais um evento marca o período da vida infantil de Reinaldo:

> "Ele com cinco anos de idade ele foi estuprado pelo meu sobrinho de 13 anos, mas só que o meu sobrinho de 13 anos tinha o tamanho de 10. Eu trabalhava fora dia e noite, eu tinha que deixar... E eu sempre trabalhado, acabava deixando com outras pessoas. Pedia pra elas colocarem de castigo...". (Camila, 49 anos, empregada doméstica).

Uma vez mais, o fator explicativo principal aqui é a quebradiça, a inconstante vigilância e a garantia de proteção legada à autoridade parental. Sobre a relação de Reinaldo com seu irmão mais novo, Washington, Camila conta: "foram crescendo como Caim e Abel!". Incapaz de instaurar alguma forma de vigilância e controle sobre seu filho mais velho, ela literalmente delega sua autoridade parental, ao pedir aos cuidadores (muitas vezes vizinhos e amigos) que o colocassem de castigo. Além disso, a fala ilustra claramente a violação da integridade física e moral de Reinaldo por seu primo mais velho.

Essa delegação guarda afinidade contraposta com a observada por Jean-Claude Chamborebon e Jean Prevot (1973, p. 308) no fenômeno analisado por eles: o novo papel pedagógico-escolar da mãe, devido a modificações culturais e estruturais, como urbanização, entrada das mulheres no mercado de trabalho, e escolarização de faixas etárias mais jovens (aumento da escolarização de crianças entre 2-5 anos), se correlaciona com o aumento de maternais. O trabalho pedagógico da mãe, cujas condições positivas se encontram em mulheres localizadas nas classes superiores e, em menor medida, nas médias, equivale à extensão do maternal e não à delegação de autoridade, como em nosso caso empírico. Os autores notam que as mulheres oriundas dos estratos superiores têm acesso a maquinário e a serviços domésticos, permitindo o direcionamento do tempo para sua função de transmissora cultural. Os autores afirmam o fortalecimento do significado moral da socialização familiar em função da urbanização, que destrói comunidades residenciais locais (onde as famílias se conhecem há gerações) e a família estendida (Idem).

Nesse sentido, a reprodução geracional da ralé – sob a forma de passado familiar incorporado - ganha mais um fator reforçador: a esfera do trabalho. Ela nos parece ser o elo objetivo entre os padrões de socialização que pautam a estrutura de classe nas famílias, nos permitindo, desse modo, romper decerto com a tese do "familismo", isto é, de que a família compõe uma região social fora da dinâmica de classes como um todo.

Um dos pontos absolutamente nodais para compreender esta organização familiar de classe se deixa transparecer, assim, no papel que o trabalho cumpre na desagregação da mesma. Há uma tensão entre família e trabalho tanto do ponto de vista econômico quanto da dinâmica moral, isto é, do respeito/desrespeito. Segundo esta ótica, o trabalho desqualificado (MACIEL; GRILLO, 2009) requer um altíssimo grau de disposições de sujeição passiva como: aceitar ordens, humilhações, abusos sexuais, simbólicos (ex.: boicotes) dos patrões, horários rígidos etc. Geralmente inseridas em configurações monoparentais, as mães das classes marginalizadas encontram mais dificuldades na reconversão temporal do seu patrimônio de disposições na família, ou seja, em dedicar de modo substancial uma parte de seu tempo cotidiano para o cumprimento das funções familiares. Trata-se da dificuldade de uma reconversão temporal *estruturante* do *habitus* em campos sociais diferenciados. A partir deste ponto de vista, torna-se muito difícil "aprender a ser mãe", dado que o tempo social disponível na inculcação dessas disposições não lhes permite o desempenho dessa função social de modo estável através da repetição e da insistência de ações.

Em si, o fato de ser monoparental não explica muita coisa, tampouco a tese psicanalítica da ausência da figura paterna, enquanto símbolo da imposição da autoridade. Em contraste, esse fator torna-se explicativo quando o relacionamos com a tese da divisão sexual do trabalho doméstico e com o acesso a redes de fiança fora do núcleo familiar imediato, ou seja, se seus recursos de parentesco de segundo grau constituem malhas de confiança e até auxílio econômico.

O conceito simmeliano de desempenho (*Leistung*) nos auxilia nesse tópico. Ele torna as relações profissionais em interações progressivamente impessoais (SIMMEL, 2009). No mercado do trabalho, não ocorreria mais, como no regime escravocrata, por exemplo, a entrega total e a redução total da personalidade ao trabalho. No limite, o escravo era a propriedade do senhor. Assim sendo, o resultado do trabalho moderno torna-se, com a padronização dos procedimentos (processo de objetivação da cultura) e das máquinas, cada vez mais rotinizado, enquanto a jornada delimita o tempo de exploração do trabalhador. Com o advento do trabalho assalariado, desencadeia-se um processo de

diferenciação temporal, seccionando o tempo dedicado à profissão e o aplicado em outras esferas da vida social. Eis o nascimento da liberdade pessoal (Ibidem, p. 433). A relativa liberdade da personalidade individual se realiza em vista de não estar reduzida a uma única forma de compromisso laboral, podendo empregar seu tempo em outras áreas da vida social (família, arte, amores, *hobbys*, esportes e etc.).

Precisamente, este elemento que define o tempo social do trabalho e o do fora do trabalho é que parece problemático na ralé. A esfera, além do trabalho ou extraprofissional, em alguns estratos da ralé, inserida nas ocupações mais degradantes da divisão do trabalho, se encontra tantas vezes num estágio tão minguado, que seus membros não conseguem senão desenvolver uma gama de disposições fracas e descontínuas em outros campos. No caso de Camila, isto não é difícil de ser ilustrado, pois durante uma boa parcela de sua vida dormia na casa dos patrões ou deixava os filhos com outras pessoas para poder trabalhar. Esta entrega quase total do trabalhador ao trabalho entra em direto atrito com a esfera familiar, inibindo a reconversão do tempo social dedicado às atividades tanto parentais quanto de parceiro erótico-amoroso (esposa/esposo). Um possível contexto de atualização (LAHIRE, 2001), no qual tais papéis sociais vêm a ser fixados, encontra-se desfalecido.

A inserção no mercado de trabalho desqualificado (MACIEL; GRILLO, 2009) e a reprodução social da ralé estrutural enquanto classe nos revelam, por vezes, aquilo que poderíamos chamar, aqui, de *exploração extensiva* desta enquanto força de trabalho. Nestas ocupações desqualificadas, nas quais a incidência da ralé estrutural é mais contundente, perdura o lábil recorte delimitador do trabalho, configurando a arbitrariedade temporal e a entrega, nesse caso, quase total do trabalhador ao posto. Em nosso estudo de caso, a exploração do lado braçal e físico do trabalho prevalece apesar de nenhum trabalho poder ser classificado como sendo exclusivamente braçal.

De acordo com os princípios desta exploração extensiva do trabalho, ser força de trabalho “pronta para qualquer trabalho pesado”, o “exército igualmente desarmado” (BOURDIEU, 1977) para a competição no capitalismo moderno, ou “em busca de qualquer bico no curto prazo para sobreviver”, torna o tempo social experimentado na esfera familiar de tal modo esparso, que a possibilidade de fixação de um processo e aprendizado envolvido na constituição de um verdadeiro patrimônio de disposições duráveis é muitíssimo constrangida. É neste espectro que se esboça a interpenetração entre trabalho e família.

Na difícil passagem da infância para a adolescência, Reinaldo começa a fazer uso de maconha no pátio de seu colégio, aos 16 anos. Ele fazia parte de uma turma com mais cinco jovens na mesma situação. Na análise de trajetórias masculinas da ralé, a passagem da fase infantil, na qual a "rua" ainda pode ter um caráter lúdico, para a adolescência é fundamental (ROCHA; TORRES, 2009). Aqui, as antigas brincadeiras são abandonadas e a vida começa a ganhar outro contorno. É preciso provar-se destemido. Outro aspecto nodal é que a iniciação do uso da maconha dá-se não por vontade própria isolada, mas com um grupo de amigos. Ela remonta seu contexto de uso e de sociabilidade no qual experiências são compartilhadas. Não é possível, portanto, desvincular o uso da droga desse pano de fundo.

Com essa mesma turma, Reinaldo começa a frequentar bailes *funk*, onde também faz uso do "loló". Muito embora Camila tenha sido avisada por outros moradores, custa a acreditar que seu filho está ingerindo tais drogas. A esse ponto de sua vida, Reinaldo não apenas passava seu tempo livre com seus amigos, mas com sua namorada Jeniffer. Desconfiada, Camila resolve ir a um dos bailes e tirar suas próprias conclusões. Ao chegar ao evento, suas expectativas são confirmadas com a desagradável cena de seu filho inalando "loló", um entorpecente composto por clorofórmio e éter. Ao deparar-se com tal situação, Camila não sabe o que fazer até que chama seu filho para morar com Jeniffer na sua casa. Sua impressão é de que assim ela poderia proteger seu filho contra problemas maiores no futuro.

Todavia, o relacionamento do casal torna-se conturbado e Reinaldo separa-se de Jennifer. Após alguns meses, começa a namorar Lucia, com quem também mora na casa de Camila. Os conflitos entre os namorados geralmente são resolvidos da mesma forma. Segundo Camila seu filho:

> " (...) Tem um problema, porque ele é bipolar e ele só arruma mulher otária que ele bate. Bate mermo! Aí deu uns tapas na Juliana na minha frente, aí eu dei outras porradas nele e botou a Jennifer pra correr. Aí se juntou com essa menina Lucia. Aí veio morar com essa menina dentro de casa. Essa menina, ele sempre... Ele batia nela. Ele fazia ela de empregada: calça sapato, não sei o quê, tal e tal... Então eu sempre defendi as mulheres dele. O fato "dele" bater nas mulheres... Aí eu dava nele também. Porque na minha casa... Os meus dois filhos, pra eles eu sou o coronel, o sargento, o soldado e o capitão. A minha palavra é a que vale.". (Camila, 49 anos, empregada doméstica).

No excerto acima, fica clara a forma de interação entre Camila e o filho. De certa forma, é factível intuir que a socialização primária de Reinaldo se transponha na relação

que mantém com outras pessoas, sobretudo, suas companheiras. Tendo quase nenhum espaço para diálogo, a forma de trato tendencialmente violento torna-se uma tônica na família. Seis meses após Lucia mudar-se para a casa de Camila, ela fica grávida. Reinaldo não a poupa e continua a espancando, chegando, uma vez, a chutar sua barriga até que ela desmaiasse. À época, Reinaldo trabalhava de entregador numa famosa cadeia de supermercados especializados em frutas e legumes. Tão logo nascera sua filha, ele e Lucia se mudam para uma quitinete, localizada nas proximidades da casa de sua mãe.

Certo dia, Camila narra que Lucia sai escondida de madrugada com o pretexto de encontrar uma "amiga" que iria oferecer-lhe um emprego. Depois do encontro, Camila a avista subindo para casa. Assustada, Camila roga para que Lucia volte imediatamente para casa, com medo de que seu filho a espancasse de novo. Algumas horas mais tarde, Reinaldo desce com Lucia, nervoso e segurando seus braços com certa agressividade. Alegando que fora traído, Reinaldo aparenta estar fora de si. Camila, então, tenta acalmar o filho, dizendo que seus pensamentos são apenas suposições. Contudo, o suposto amante liga; um vizinho, também casado. Nesse momento:

> "Aí ele bateu nela, mas bateu muito nela. Aí ligou o cara e ele atendeu. Quer dizer não era a colega. Ele bateu nela e ela foi lá pra casa. A menina apanhou muito... Meu Deus do céu, nesse dia ele ia matar ela. Aí bateu, bateu, bateu, puxava ela pelos cabelos e batia a cabeça dela na parede e eu atrás dele. Quando ele pegou a faca pra dar a facada de misericórdia, aí eu peguei a faca, taquei ele na cama e dei-lhe umas porradas nele. Aí ele foi chamar os bandidos...". (Camila, 49 anos, empregada doméstica).

Com a fuga de Lucia, Reinaldo chama alguns bandidos para dar cabo da situação do amante. Eles chegam, diz Camila, querendo "madeirar" ambos, ou seja, matar a pauladas o amante e a mulher adúltera. Na presença da mãe do amante, Camila intervém em prol da suspensão da pena, culminando na "reclusão" de Lucia na casa da tia.

Neste momento, há mais uma guinada na vida de Reinaldo: ele começa a fumar *crack* "no copinho". Até então, o *crack* era fumado misturado com maconha (zirê)[3]. Sem a atenuação da maconha, o *crack* tem um efeito mais intenso, acelerando mais o metabolismo. Pouco tempo depois, ele perde seu emprego e vem a cometer pequenos furtos para sustentar seu vício. Eles começam dentro da própria família, com o roubo de um celular de Camila. Num curto período, começa a trabalhar como assistente em uma rede informal de transporte de vans. Com alta desconfiança, Camila conta que procura

[3] Zirê é um termo usado na região metropolitana do Rio de Janeiro.

ajuda em clínicas públicas, mas crê que não melhorarão a situação de seu filho, porquanto o período de tratamento e de internação é muito curto. Eis que ela percebe a relação entre o uso da droga e seu contexto de sociabilidade, visto que acabado o tempo de 45 dias da internação, Reinaldo voltaria ao mesmo ambiente e ao contato com as mesmas pessoas.

Em tom nervoso e atônito, Camila afirma que brincou com a possibilidade de assaltar um banco ou até mesmo se prostituir. No entanto, tão logo profere tais pensamentos, ela descarta a possibilidade, dada a degradação moral e a humilhação engendrada em vender o próprio corpo: “é melhor enfrentar o tanque da madame do que vender o meu corpo”, diz ela.

Um dia no trabalho, Reinaldo encontra Carlos, um menino estimado pelos traficantes locais. Reinaldo então pede seu telefone para fazer uma ligação e o rouba. O furto de um objeto de algum familiar pode até ser perdoado, mas de alguém da comunidade é algo mais sério. Sem saber o que fazer, Camila vai atrás do rapaz a quem Reinaldo revendeu o celular. O pai de Reinaldo cogita amarrá-lo em casa, mas é dissuadido da ideia. A situação parece estar fora de controle, até que Camila recupera o telefone móvel após conseguir dinheiro emprestado com um amigo, para, então, ressarcir o comprador. Vemos que seu endividamento tem caráter emergencial e sendo mediado por instituições financeiras.

Nesse ínterim, Reinaldo se envolve em outro roubo; agora um celular da esposa de um traficante bem posicionado. Ao retornar para casa, ela encontra a esposa e lhe garante que vai recuperar o celular. Contudo, já estava avisado na boca de fumo que, caso o encontrassem, haveria recompensa. Com sua captura, muito provavelmente seria assassinado.

Camila não sabe, no entanto, do paradeiro de seu filho. Após longa procura junto a Lucia, ela o encontra indo comprar uma pedra de *crack*. Reinaldo se encontrava letárgico, sem dormir há três dias. Com extrema cautela, Camila leva-o para casa e o esconde lá. Sob tais circunstâncias, confessa em tom desalentado:

> “Nesse dia eu comprei crack duas vezes pro meu filho (em tom choroso), eu mandei comprar crack pra ele usar dentro de casa, porque se ele fosse pra boca, ele ia morrer. Você tem a consciência disso? Ele usou pedra de crack, ficou com mais fissura, ele tava com mais dinheiro. Eu falei: “meu filho, você não vai sair não. Fica aí, se você for lá na boca, você vai morrer” (Camila, empregada doméstica, 49 anos).

Com o filho escondido dentro de casa, Camila pede mais dinheiro emprestado a amigos e pede para outro comprar maconha e *crack*, no intuito de aplacar a “fissura” de

Reinaldo. Forçada a encarar esta conjuntura, Camila, ainda preocupada como iria contorná-la e ainda dar conta do trabalho, contata uma amiga de longa data e resolve hospedar-se com seu filho lá. Para tanto, saem às 5h da manhã, de modo a não levantar suspeitas. O deslocamento até Alcântara durara cerca de uma hora e meia e Camila tinha dinheiro apenas para a viagem de ida. Todavia, ao chegar à casa da amiga, Camila se dá conta que ela finge não estar em casa. Sem ter aonde ir, liga para uma antiga patroa. Com o aval dela, Camila segue para o bairro do Flamengo, mas não tem dinheiro para pegar o ônibus, o que a forçou a pedir carona. Por fim, ela chega com Reinaldo, que come e em seguida dorme profundamente sob efeito de remédios.

No dia seguinte, Camila sai para procurar um quarto, de forma a esconder o filho das ameaças. Contudo, não tinha dinheiro suficiente. Com sorte, consegue a soma com sua antiga patroa. Também angaria dinheiro com o ex-marido e aluga um quarto em Jacarepaguá. Lá habitam Reinaldo, Lucia e a filha do casal. Dentre despesas com remédios e suprimentos, Camila se vê endividada e sem recursos financeiros. Por um breve período, Reinaldo volta a trabalhar num hotel. Não obstante, sua relação com Lucia extrema-se novamente e volta a fazer uso do *crack*.

Nesse momento, Camila nota que sua conduta em relação ao filho transforma-se: ela agora se preocupa em fornecer cuidado e a conversar com ele; ser uma espécie de "psicóloga", segundo sua expressão. Na trajetória de Camila, há realmente uma transformação, uma ruptura relativa na maneira como passou a tratar o filho depois que ele se viciou em crack. Ela procura estabelecer de algum modo uma esfera discursiva com este. Porém, ainda que essa interação dialógica tenha emergido, ela não cumpre um papel formador e constitutivo do patrimônio psicossocial primário da socialização. Ela tem, por um lado, uma dimensão disciplinadora, de estabelecer limites e acordos, ao passo que de outro, constitui laços de confiança e solidariedade entre pais e filhos. No caso de Camila e Reinaldo, a constituição de tais tendências à ação é tardia, sendo, portanto, enfraquecidas e pouco estruturantes, englobando a minoria das interações familiares.

Mesmo que, para Camila, a emergência de uma esfera discursiva com o filho dependente seja uma tentativa posterior de modificação da conduta e, se reforce enquanto disposição fraca (LAHIRE, 2017, p. 55), tal metamorfose é sociologicamente nodal. Ela revela o jogo de forças intrínseco a cada patrimônio de disposições. Embora, em sua trajetória, a violência doméstica tenha sido a tônica reproduzida intergeracionalmente, ela se mantém em tensão com outras inclinações. A este ponto, observamos o estreito liame entre expectativas e disposições fracas. Elas confirmam o início da constituição de novas

tendências para ação, podendo se tornar fortes ou não. Certamente, o efeito prático de tais expectativas projetadas se subordina diretamente à presença de autocontrole no cotidiano.

Entretanto, há comumente a chance de aprendizado na medida em que a constituição de uma esfera de mediação discursiva entre pais e filho(s) pode remediar uma situação, mas não se introduz enquanto cláusula constituinte. Em famílias de classes sociais integradas, essa esfera discursiva tende a ser estruturante. Ela também é base do reconhecimento intersubjetivo, pois os pais reconhecem a criança como sujeito fonte de desejos, pensamentos e sentimentos, se realiza em maior ou menor grau dependendo do quanto a família carrega traços autoritários tradicionais. Sob este prisma, a esfera discursiva e dialógica pode estar mesclada com outros traços mais ou menos marcantes da estrutura familiar.

Além disso, esta esfera discursiva do reconhecimento familiar (que atua junto à correção disciplinar do corpo) pode ser lida como prolongamento do que Honneth (2012) chamou "comunialidade simbiótica" (*symbiotische Gemeinsamkeit*) inicial. Ela se desenvolve entre a mãe e o bebê, que passa paulatinamente a se enxergar como "individualidade". Essa unidade simbiótica, tal qual ele a define, pressupõe a divisão sexual do trabalho familiar própria das classes médias (e superiores)[4] (CHAMBOREDON; PREVOT, 1973), na qual a mãe pode dedicar seu tempo integralmente "a ser mãe", seja porque o pai garante a renda familiar e a segurança existencial no futuro, seja em função de haver o direito à licença maternidade. Em famílias nas quais a mãe tem que lidar diretamente com o mundo do trabalho extensivo (com jornadas de longa duração), surge a tensão entre trabalho e família de modo a dificultar a reconversão do tempo social para a família, sobretudo, no tocante às funções afetivas e pedagógicas.

A consolidação de uma esfera dialógica é um dos quesitos fundamentais da socialização disciplinar na família, diante da qual os aspectos mais casuísticos e arbitrários da violência corporal se veem enfraquecidos. Em suma, os tipos de punição baseados na correção autocontrolada do corpo e na esfera familiar discursiva presentes nas outras classes se constituem em tipologias diametralmente opostas à socialização familiar ricas em violência doméstica e em baixa vigilância parental.

[4] Não se trata de afirmar que a configuração familiar de outras classes sejam inferiores. Em contraste, trata-se demonstrar que as classes médias dispõem de melhores *pré-condições* para cumprir a função moral do cuidado afetivo (no sentido honnethiano) e de desenvolvimento da esfera discursiva, embora também apresentem fraturas internas nas disposições familiares. Por ser abstrata, essa função moral pode se acoplar a outras formas contingentes de organização familiar.

Atualmente, o suplício de Camila com o filho perdura. Ele continua fazendo uso do *crack*. Tendo o levado à clínica novamente pouco tempo depois da última ruptura com Lucia, ele cessa o uso por breve período. No desfecho da entrevista, Camila ainda conta que ele já tentou, inclusive, vender sua filha em um surto de “fissura”.

CONCLUSÃO

Na trajetória de Camila, o caráter intergeracional da reprodução de práticas familiares fica claro. Nosso intento principal com essa história foi refletir sobre alguns fundamentos conceituais, tendo como foco uma sociologia de classes e da família. Tal objetivo, contudo, não pode ser atingido ao acoplar um arranjo organizacional concreto da família ao pertencimento de classe, por exemplo, a associação direta da família nuclear às classes médias ou superiores. Não se trata de negar seu poder explicativo ou existência fática, mas seus atributos mais ou menos estáticos podem vir a desembocar em uma infértil discussão sobre valores. Sociologicamente mais relevante, parece-nos a investigação das funções abstratas da instituição familiar e a sua contribuição na socialização do indivíduo. Por tais funções, entendem-se a geração de identificação, coesão, coerção, conflito e distinção por meio do cuidado afetivo, disciplina, pedagogia lúdica e etc.

Retomemos brevemente as questões teóricas: a) a falsa oposição pura entre violência física e simbólica, já que a violência corporal não é pré-social e constitui uma forma de comunicação em um processo de socialização. A relação de Camila com a mãe e posteriormente com seu filho é violenta ao mesmo tempo em que engendra um processo de socialização. Ademais, esta instabilidade comportamental prévia agrava o vínculo de Reinaldo com o *crack*, fragilizando-o. O fator social e familiar exibe uma afinidade eletiva com o propriamente psico-químico; b) A dinâmica entre violência doméstica e baixa vigilância no cotidiano, o que para Reinaldo resultou na violação da integridade moral de seu corpo. Destaca-se que nem sempre este par conceitual pode ser identificado em todas as formas de organização familiar da ralé, mas sua combinação geralmente notabiliza-se por ser um agravante; c) Dentro deste mesmo complexo de reflexões verifica-se como a baixa vigilância pode ainda ser aprofundada por um tipo de exploração extensiva do trabalho no qual o agente encontra dificuldades para estabilizar suas práticas em outras esferas de valor, como a familiar. A exploração extensiva dificulta a constituição de uma esfera pessoal relativamente independente, facultando ao agente tornar suas práticas familiares fortes e duráveis. Torna-se, então, problemática a tensão entre atividades

laborais e familiares; d) A estória de Camila apresenta um paradoxo entre seu início e desfecho. Se na primeira infância de Reinaldo, ela tende a reproduzir o comportamento aprendido com sua mãe, primando pela combinação entre violência doméstica e baixa vigilância da conduta cotidiana dos filhos, presenciamos sua exasperada tentativa de romper com este padrão de comportamento, ao tentar instituir uma esfera discursiva com Reinaldo. Ela busca “conversar”, “orientar” e “cuidar” dele. Muito embora nascente, tal comportamento parece ter efeito prático fraco e tardio, não sendo capaz de remediar sua situação. Contudo, o significado sociológico do florescimento de tal comportamento não é nada desprezível e demonstra a heterogeneidade em seu patrimônio de disposições (LAHIRE, 2017).

Mesmo massacrada por condições adversas e desvantagens estruturais, Camila é capaz de *ensaiar* se relacionar de outra maneira. Mesmo onde a reprodução do poder impera, há sinais de moralidade. Observar a dialética entre os dois termos é central para evitar uma teoria social do poder que acabe por naturalizar suas próprias premissas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BOURDIEU, P. **Algérie** *60*: structures économiques et structures temporelles. Paris, Les Éditions de Minuit, 1977.

CHAMBOREDON J-C ; PREVOT, J. « Le métier d'enfant »: Définition sociale de la prime enfance et fonctions différentielles de l'école maternelle : In *Revue* **française de sociologie**, 1973, 14-3. pp. 295-335. Disponível em : http://www.persee.fr.

FOUCAULT, M. **Surveiller et punir**: la naissance de la prison. 1. Ed. Paris: Gallimard (collection Tel), 1993.

FROMM, E. Sozialpsychologischer Teil. In: Max Horkheimer (Hrsg.) **Studien über Autorität und Familie.** Zweite Auflage, Frankfurt am Main: Dietrich zu Klampen Verlag, 1987.

LAHIRE, B. **Tableaux de familles**: Heurs et malheurs scolaires en milieux populaires.1.Ed. Paris : Éditions Gallimard/Le Seuil, 2012.

LAHIRE, B. De la Théorie de l'habitus à une sociologie psychologique. In: LAHIRE, Bernard (Org.) **Le Travail Sociologique de Pierre Bourdieu**: dettes et critiques. 2 ed. Paris, La Découverte, 2001.

LAHIRE, B. Patrimônios de disposições: para uma sociologia em escala individual. In: VISSER, Ricardo; JUNQUEIRA, Lília (Org.) **Dossiê Bernard Lahire**, 1 ed. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2017.

HONNETH, A. **Kampf um Anerkennung**, 7 Auflage, Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 2012.

HORKHEIMER, M. Allgemeiner Teil. In: Max Horkheimer (Hrsg.) **Studien über Autorität und Familie**. Zweite Auflage, Frankfurt am Main: Dietrich zu Klampen Verlag, 1987.

MACIEL, F; GRILLO, A. O trabalho que (in)dignifica o homem. In: SOUZA, Jessé (Org.) **A ralé brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2009.

MARX, K. **O capital**: crítica a economia política. 13. ed. São Paulo: Bertrand Brasil, 1989.

ROCHA, E; TORRES, R. O crente e o delinquente. In: In: SOUZA, Jessé (Org.) **A ralé brasileira: quem é e como vive.** Belo Horizonte, Editora UFMG, 2009.

SIMMEL, G. **Philosophie des Geldes**. Erste Auflage, Köln: Anaconda Verlag, 2009.

SIMMEL, G. **Soziologie**: Untersuchungen über die Formen der Vergesellschaftung. Otthein Rammstedt (Hrsg.). Erste Auflage. Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 1992.

SOUZA, J et al. **A Ralé Brasileira: quem é e como vive**. 1. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

SOUZA, J. et al. **Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?** 1. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

SOUZA, J. et al. **Crack e exclusão social**. 1. Ed. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, 2016. Também disponível em versão eletrônica: www.justica.gov.br.

VISSER, R. O telemarketing como formalidade precária. In: **Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?** 1. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

A INSTITUIÇÃO INCORPORADA?

fiscais de vestibular da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e o ritual

Ricardo Cortez Lopes[1]

RESUMO: Este trabalho pretende estudar o trabalho do aluno fiscal de vestibular da Universidade Federal do Rio Grande do Sul de um ponto de vista ritual, buscando estabelecer o quanto é incorporada a fala institucional nessa prática. Nesse sentido, foi realizada uma triangulação: uma análise documental sobre a instituição UFRGS (a partir do estatuto da UFRGS e do manual do fiscal), um relato etnográfico (sobre momentos em que aconteceu o concurso vestibular) e um *survey* (com fiscais). Concluímos que o fiscal garante que os candidatos permaneçam como liminares, seguindo estudos sobre ritual.

PALAVRAS-CHAVE: ritual; fiscais concurso vestibular; Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

ABSTRACT: This work intends to study the work of the vestibular fiscal student of the Federal University of Rio Grande do Sul (UFRGS). It was made from a ritual point view, establishing how much “institutional speech” is incorporated. Data was analysed in a triangular activity: documentary analysis was executed on UFRGS institution documentation (based on the UFRGS’s statute and the fiscal handbook), an ethnographic report (about moments in which the examination took place) and a survey (with formers fiscal). We conclude that the fiscal guarantees that the candidates remain as injunctions.

KEYWORDS: ritual; vestibular contest fiscal; Federal University of Rio Grande do Sul.

1 - INTRODUÇÃO

O já tradicional concurso vestibular da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) - que define quais alunos serão aprovados para as vagas disponíveis nos respectivos cursos de graduação - é o maior concurso público do estado do Rio Grande do Sul em número total de participantes. Dos participantes, podemos averiguar a separação primária entre candidatos e organizadores. E, dos organizadores, podemos realizar o corte entre a comissão permanente (composta por funcionários da universidade) e os fiscais - os alunos e os servidores que tomam contato constante e direto com os candidatos. O recorte desse estudo são os fiscais, que, por sua vez, são divididos entre aqueles que são de sala

[1] Doutorando pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Mestre pelo mesmo programa e licenciado em Ciências Sociais pela mesma universidade. É professor de Sociologia da ONG por uma Educação Popular (ONGEP), e pesquisador associado do Núcleo de Estudos da Religião e o Núcleo de Estudos Durkheimianos.

- que permanecem com os candidatos no local de prova - e aqueles que são volantes - utilizados para a comunicação entre a comissão e os fiscais e para deslocar os candidatos para fora da sala em momento de provas). Esse estudo pretende observar essa dinâmica social a partir das lentes de estudos de rituais.

O nosso objeto de estudo foi o modo como os alunos da instituição - que podem ser fiscais volantes ou de sala - incorporam a moral da UFRGS em seu momento de atuação, no lide com os candidatos. Em um ambiente em que não existe uma vigilância oficial constante, como os fiscais acabam por ressignificar as normativas e as orientações de acordo com as suas vivências prévias como alunos? Nossa metodologia, para responder a esse problema, partiu da triangulação entre os dados de uma análise documental (do material institucional da UFRGS, desde regimento até manuais do candidato), de um relato etnográfico (realizada em 5 concursos vestibulares, 2012, 2013, 2015, 2016, 2017 e 2018, com a observação participante dos concursos em seu desenrolar) e de um *survey* realizado com fiscais que já participaram da organização (com 102 respondentes anônimos). O objetivo de adotar tal metodologia foi o de complexificar o fenômeno ao máximo por via dessas diferentes coletas e do seu intercruzamento.

Nosso percurso será o de, após uma revisão teórica, contextualizar melhor o concurso vestibular (o ritual) para, em um segundo movimento, analisar os princípios e as normativas da própria UFRGS. Em um terceiro momento, vamos cotejar o trabalho de campo realizado para comparar a dimensão cotidiana com a fala institucional, composto pelo cruzamento entre análise documental, relato etnográfico e a aplicação de um QUESTIONÁRIO.

2 - MORAL E RITUAL

A moral é o conjunto de valores que interpretam o mundo e dizem, ao mesmo tempo, como ele deve ser. É na operação de interpretar e de comparar com um ideal que reside a moral: o julgamento nasce dessa comparação com parâmetros previamente estabelecidos. Esses parâmetros, no entanto, também se alteram quando desse “cotejo” com aquilo que é percebido:

> É relevante enfatizar isso, quando assumimos a moral como um fenômeno complexo, que permite uma abordagem por diferentes disciplinas [...] Portanto, assumir a moralidade como um fato socialmente construído não exclui esforços filosóficos para fundamentar uma moral melhor, verdadeiramente justa, e tampouco discutir seus princípios, etc. [...]. Ao mesmo tempo, assumir a moralidade como um fato social não significa

> ignorar a participação individual em sua criação, nem considerar irrelevante o foco em como diferentes indivíduos assimilam - ou não – diferentes princípios morais, como reagem a esses ao formar suas próprias identidades, e até pavimentam o caminho para esforços conjuntos. Isso nos permite refletir, por exemplo, nas consequências – para a sociedade e para o indivíduo – de encorajar socialmente diferentes tipos de ego [...] (ROSATI, WEISS, 2015, p. 123)

O ritual é uma das maneiras de se expressar a moral em termos concretos no mundo objetivo, por reafirmar com uma performance e, ao mesmo tempo, ressignificar nos diferentes contextos em que é praticada, religando, assim, a comunidade à moralidade. O ritual é prescrito e limitado de uma maneira moral: nesse caso, é possível que alguém consiga absorver para si a autoridade moral, mas isso não se faz sem uma purificação, realizada através do ritual, que “retira” o indivíduo de uma mundanidade. É nesse momento que, por exemplo, um indivíduo tribal pode se tornar um chefe, pois consegue ignorar suas idiossincrasias em prol dos sentimentos comunais.

É de se ressaltar, no entanto, que existem fases nesse processo de purificação. O procedimento começa com um isolamento do indivíduo que se pretende adjucador, o que compõe a primeira fase:

> A primeira fase (de separação) abrange o comportamento simbólico que significa o afastamento do indivíduo "ou de um grupo, quer de um ponto fixo anterior na estrutura social, quer de um conjunto de condições culturais (um "estado"), ou ainda de ambos. Durante o período "limiar" intermédio, as características do sujeito ritual (o "transitante") são ambíguas; passa através de um domínio cultural que tem poucos, ou quase nenhum, dos atributos do passado ou do estado futuro. Na terceira fase (reagregação ou reincorporação), consuma-se a passagem. O sujeito ritual, seja ele individual ou coletivo, permanece num estado relativamente estável mais uma vez, e em virtude disto tem direitos e obrigações perante os outros de tipo claramente definido e "estrutural", esperando-se que se comporte de acordo com certas normas costumeiras e padrões éticos, que Jvineülam "Os incumbidos de urna posição social, num 'sistema de tais posições (TURNER, 1974, p. 117)

Após o primeiro isolamento da comunidade, a segunda fase é a da liminaridade, na qual o indivíduo abdica de suas características próprias e se torna ambíguo, etapa crucial para se conseguir transcender uma condição atual. Mas só é possível concluir a transformação na última fase, denominada como reagregação, na qual o indivíduo retorna ao grupo, mas, desta vez, mudado em relação ao que já fora:

> Os atributos de liminaridade, ou de *personae* (pessoas) liminares são necessariamente ambíguos, urna vez que esta condição e estas pessoas furtam-se ou escapam à rede de classificações que normalmente determinam a localização de estados e posições num espaço cultural. As entidades liminares não se situam aqui nem lá; estão no meio e entre as posições atribuídas e ordenadas pela lei, pelos costumes, convenções e cerimonial. Seus atributos ambíguos e indeterminados exprimem-se por uma rica variedade de símbolos, naquelas várias sociedades que ritualizam as transições sociais e culturais. Assim, a liminaridade frequentemente é comparada à morte, ao estar no útero, à invisibilidade, à escuridão, à bissexualidade, as regiões selvagens e a um eclipse do sol ou da lua. (TURNER, 1974, p. 117)

Após esses momentos dramáticos de rompimento é que se torna possível que novos conteúdos (sagrados) sejam introduzidos no indivíduo. O indivíduo consegue, deste momento em diante, assumir os valores caros à sua comunidade como um todo, ao que o autor denomina como *comunnitas*: o momento em que há uma moldabilidade para uma posterior coletivização:

> Para Turner [...] um estado de “regressão” coletiva no qual os indivíduos perdem sua consciência de compartimentalização, autonomia e interioridade, para se transformarem em matéria-prima a ser moldada de acordo com certos valores sociais. Para ele, esse processo, que no livro O Processo Ritual (1974) desemboca no conceito de communitas, é, essencialmente, uma forte e singular (para não dizer, anômala) coletivização, marcada pelo contato com o que ele, usando uma expressão de Martin Buber, chama de “nós essencial”, uma das dimensões mais importantes na constituição de um estado “antiestrutural”, um estado destituído de individualidade e compartimentalização (DAMATTA, 2000, p.16)

Não é sem razão que muitas tribos adotam práticas de humilhação contínua, cujo objetivo é que o futuro chefe se coloque abaixo do coletivo, o que o torna posteriormente um espelho deste. Todo esse flagelo se dá por conta da sacralidade envolvida:

> Certos cargos fixos nas sociedades tribais têm muitos atributos sagrados; na realidade toda posição social tem algumas características sagradas. Porém este componente "sagrado" é adquirido pelos beneficiários das posições durante os "rites de passage", graças aos quais mudam de posição. Algo da sacralidade da transitório humildade e ausência de modelo toma a dianteira e modera o orgulho do indivíduo incumbido de uma posição ou cargo mais alto (TURNER, 1974, p. 117)

Argumentamos que o vestibular se trata de um ritual moderno[2], visto que a universidade, por si só, possui uma sacralidade própria na sociedade contemporânea. Podemos observar esse caráter transcendente nesta fala representativa, por exemplo: “O papel da universidade, considera como produtora de conhecimento mais elaborado, deve também assumir um compromisso mais social, corroborando para que a liberdade do sujeito aprendiz encontre novas formas de ultrapassagens às violências vivenciadas por nossa era” (SANTOS, SATO, 2006, p. 32). Para além dos membros da universidade pensarem isso, ainda há um imaginário social:

> Ninguém mais duvida do mérito que a educação de boa qualidade e o cumprimento dos estudos formais efetivamente têm no imaginário do cidadão, no mundo do trabalho e das relações sociais, ou melhor, em todos os aspectos da sociedade (FREITAS, 2009, p. 248)

No decorrer do texto, explanamos sobre a aspiração dos candidatos e investigamos o modo como a instituição concebe um membro que possa adentrar em seu espaço sagrado. Os dados vão ser abordados de acordo com as categorias já explicitadas, ritual, *communitas* e liminaridade.

3 - O RITUAL: O VESTIBULAR DA UFRGS COMO EVENTO ANUAL

Como costuma acontecer com a dominação burocrática, a integração de um indivíduo na universidade pública acontece por via também burocrática, através de um concurso público. Assim, para alguém se tornar funcionário (professor e técnico), é preciso passar pelo concurso público correspondente e será construído um vínculo trabalhista. Para se tornar aluno, o concurso público acontece ou por vestibular (para o ingresso de novos alunos), por extra-vestibular (no qual alunos de outras instituições podem tentar uma transferência) ou por seleção (para os alunos da pós-graduação, cujo mecanismo depende de cada programa). O que há de comum é que todos esses procedimentos possuem um edital que protocoliza as ações.

[2] “Em qualquer tempo ou lugar, a vida social é sempre marcada por rituais” (PEIRANO, 2003: 7)

Nosso foco é no concurso vestibular para o ingresso de novos alunos para os cursos de graduação, mais especificamente na equipe que garante a sua viabilidade, que é formada por alunos e por servidores. Ou seja: não se trata exclusivamente de pessoas com vínculo empregatício que garantem a lisura do concurso. Vale notar que toda uma rede de cursos preparatórios - particulares ou populares - se articulam em torno desse concurso, o que mobiliza um grande montante financeiro, o que ajuda a demonstrar a sacralidade do ritual, que atrai muita atenção.

O concurso vestibular é dotado de uma periodicidade, ele deve acontecer em intervalos regulares:

> O concurso vestibular da Universidade Federal do Rio Grande do Sul ocorre anualmente, em Porto Alegre e em cidades do interior do estado do Rio Grande do Sul. Geralmente as provas são aplicadas no mês de janeiro. A Coperse é a comissão responsável pelo vestibular da UFRGS[3]

E, apesar de não haver a repetição exata de datas ano a ano, há sempre uma faixa temporal um pouco aproximada descrita no edital: “As inscrições para o vestibular 2017 da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) serão realizadas de 20 de outubro a 3 de novembro” (INSCRIÇÕES, 2016) e o concurso costuma acontecer entre os meses de janeiro e de fevereiro, em diferentes cidades do estado. Outra diferenciação é entre as provas comuns e as provas específicas (EDITAL, 2017: 13), estas últimas realizadas para os cursos que já exigem habilidades anteriores ao curso de graduação - como a proficiência em música ou em artes, que são analisadas por comissões específicas dessas áreas. As segundas são realizadas anteriormente às primeiras, e o aluno que não for aprovado em uma prova específica implica em não poder prestar uma prova comum.

A prova comum é composta por questões de múltipla escolha (separadas por área) e por uma prova de redação. A pontuação de cada candidato é medida de acordo com um cálculo de média harmônica e há um “ranqueamento” após a aplicação de critérios de desempate. Os candidatos com as pontuações mais altas são aqueles que aparecem no listão de aprovados e que podem ingressar em algum curso de graduação.

[3] https://pt.wikipedia.org/wiki/Universidade_Federal_do_Rio_Grande_do_Sul#Vestibular

Portanto, se a aprovação do concurso é garantida pela média harmônica, há ainda uma dimensão moral que deve ser garantida pelo trabalho da comissão de seleção. Isso fica bem claro nas palavras do reitor para os postulantes:

> A conquista de uma vaga na Universidade *é resultado de muito estudo e dedicação*, o que se faz necessário para garantir o acesso a uma das mais qualificadas instituições de ensino superior do país e da América Latina. Uma vez que, além das atividades em sala de aula, a UFRGS oferece diferentes *oportunidades acadêmicas*, culturais e esportivas que contribuem de maneira decisiva para o desenvolvimento de seus estudantes (MANUAL, 2017, p. 5) [grifos nossos]

Portanto, impedir a fraude ou a cola[4] é uma maneira de se garantir o mecanismo *estudo e dedicação*, pois é esse princípio que garante que os candidatos se diferenciem entre si e, daí, saia uma seleção em condições de igualdade. Pois, apenas se passando por esse estágio, será possível usufruir das oportunidades acadêmicas oferecidas pela instituição. Não é sem razão que o reitor termina sua declaração com duas frases: “Desejo a vocês, candidatos a uma vaga na Universidade, sucesso no Concurso Vestibular de 2018. Será uma satisfação recebê-los como novos membros de *nossa Comunidade*! ” (MANUAL, 2017, p. 5). Oficialmente, a UFRGS utiliza os termos de comunidade, na ideia de comuns no sentido de compartilhar determinadas características.

4 - A *COMMUNITAS*: A INSTITUIÇÃO ATRAVÉS DE SEUS DOCUMENTOS

A instituição deseja atrair para seu interior indivíduos que tenham algum tipo de afinidade com a sua moral, para que possa engendrar a sua reprodução temporal - membros desengajados prejudicam, portanto, essa continuidade. A universidade corresponde a um dos valores sociais hegemônicos, que se constituem na *communitas*. Mas, diferente de outras dessas ideias hegemônicas, aquelas referentes à universidade estão codificadas em protocolos.

[4] Procedimento de um candidato obter a resposta pronta de outro candidato ou de consultar material não permitido pelas regras do exame.

Uma análise documental vai nos permitir observar que moral é essa descrita em protocolos para, em um segundo momento, observar os mecanismos de como a universidade a operacionaliza - para além do óbvio, que é o saber escolar. Assim, existem algumas ideias morais que localizam o indivíduo no interior da instituição, e que aparecem, de certa maneira, no decorrer do ritual de entrada. Nesse sentido, o que seria a instituição Universidade para a própria UFRGS?

> A universidade, pela heterogeneidade de sua composição e de seu ambiente, pela qualidade das relações que são estabelecidas, suas inquietudes e descobertas, seus desafios e suas conquistas, é, sem sombra de dúvida, um cenário de excelência para o desenvolvimento de um processo formativo que resulte um cidadão consciente da necessidade de uma vivência social democrática, amparada em valores de justiça e de responsabilidade social. Como *locus* da produção do conhecimento, a Universidade tem maior possibilidade para movimentar-se com velocidade na direção de um engajamento em outros setores da sociedade para o enfrentamento das desigualdades e injustiças sociais (INSTITUCIONAL, 2003, p. 10)

A universidade seria a própria heterogeneidade incorporada, algo que permite a formação de um "cidadão consciente da necessidade de uma vivência social democrática, amparada em valores de justiça e de responsabilidade social". Cabe ressaltar que essa informação não é localizada temporalmente, uma vez que a universidade surgiu na Idade Média, quando a democracia em um dos sentidos mais atuais não era um sistema político solidificado. Podemos observar que o valor máximo da universidade é esse: a purificação culmina nesse cidadão, que, além de concordar com ele, também consegue se engajar em enfrentamentos contra o *status quo*. Essa seria, portanto, a função primária da universidade para a UFRGS.

Mas o texto institucional da UFRGS parece verificar que há diferentes vieses para as diferentes unidades universitárias, de modo que identifica as instituições públicas com o papel de efetuar a aspiração da universidade como um todo, uma vez que ela pode travar relações com uma sociedade mais concreta:

> Em se tratando de Universidade Pública, tem o dever de ampliar suas alianças com a sociedade com vistas ao combate da desigualdade social e, em função disso, ao fomento de mudanças possíveis na sociedade,

> usando o conhecimento como o mais eficiente e eficaz instrumento para a inclusão social (INSTITUCIONAL, 2003, p. 10)

Existe uma desigualdade que se origina de um desvio da justiça social - acerca do qual não se especificou no documento. A "cura" desse desvio não se dá por um retorno temporal, mas, sim, por uma inclusão social, que só é possibilitada através do conhecimento (porque apenas este muda o estado de coisas). Essa ideia inicial desemboca em uma visão de futuro:

> Consolidar seu papel como expressão da sociedade democrática e pluricultura, inspirada nos ideais de liberdade, de respeito pela diferença e de solidariedade, constituindo-se em instância necessária de consciência crítica, na qual a coletividade possa repensar suas formas de vida e suas organizações sociais, econômicas e políticas (INSTITUCIONAL, 2003, p. 13)

Ou seja, o aluno precisa, de certa maneira, encarar o seu conhecimento como atuante no mundo. Há, também, no trecho, a ideia de que existe uma herança cultural constantemente em perigo, e que esta perpetuar-se-á apenas se houver a continuidade da universidade funcionando como uma instituição. Por outro lado, nem só de melhorias vive a universidade pública: ela também tem relação com a sociedade em uma interferência mútua:

> É preciso que seja capaz também, de sofrer as mudanças que a sociedade lhe impõe e transformar-se junto com ela. A Universidade Pública deve buscar o seu engajamento com a plena consciência de sua força para assumir a liderança desse processo em busca de um mundo melhor (INSTITUCIONAL, 2003, p. 10)

Assim, a sintonia com a sociedade é um valor que a UFRGS entende como essencial para poder exercer sua liderança, correspondendo à sua função descrita. Um aluno tem de ser capaz de não se fechar em seus interesses - "ultrapassando possíveis sentimentos ou

ambições individuais" (INSTITUCIONAL, 2003, p. 10) - e tem de ser capaz de ser afetado pelo seu entorno para não exercer algum autoritarismo não embasado. O processo de modernização é guiado pelo convencimento, e a prova de redação, por exemplo, pode cumprir com esse ideal.

Há um tópico colocado pela própria documentação no que se refere à "Finalidade e compromissos éticos da UFRGS", este é apontado como: "A UFRGS tem como finalidade a educação superior e a produção de conhecimento filosófico, científico, artístico e tecnológico integrados no ensino, na pesquisa e na extensão" (INSTITUCIONAL, 2003, p. 12). É a produção do conhecimento o que move a UFRGS para o seu objetivo, o que talvez ajude a explicar a opção por um vestibular com várias disciplinas exigidas para as provas de múltipla escolha. Mas há um aprofundamento desse princípio no seguinte trecho:

> A crença no conhecimento como patrimônio social e na educação como um bem público é a base do compromisso permanente na Universidade junto à sociedade brasileira, que se expressa pela sua contribuição, à construção da identidade social e do projeto de Nação. Para isso, a UFRGS oferece educação superior de qualidade, visando à formação de profissionais cidadãos e à produção de conhecimento que possa assegurar um desenvolvimento endógeno, genuíno e sustentável (INSTITUCIONAL, 2003, p. 12)

O conhecimento é o patrimônio e a educação é um bem público, ambos contribuindo para o projeto de Nação endógena, genuína e sustentável. Há, portanto, uma propensão para a colaboração, o que se reflete na capacidade primária de se "acumular" conhecimento através do estudo individual. Ou seja, para se começar a pensar em solidariedade, é preciso antes o domínio do conhecimento - daí a não admissão de consulta no momento da prova, que consiste no contrário da ideia de solidariedade e a sua protocolização a partir do edital do concurso.

É interessante notar, todavia, que esse princípio mais geral é consolidado a partir de um tríplice: "A universidade, como instituição antecipatória e comprometida com o futuro,

assume o tríplice e permanente desafio de Pertinência Social, da Excelência das Atividades e da Excelência sem Excludência" (INSTITUCIONAL, 2003, p. 12). No documento há uma preocupação em detalhar mais esses princípios:

> O princípio da Pertinência é visível na formação educativa oferecida e na **produção científica, artística e tecnológica** desenvolvida em perfeita consonância ao que a sociedade espera, precisa, deseja e tem direito a **receber de uma instituição pública** (INSTITUCIONAL, 2003, p. 12)

A pertinência permite que se detecte mais necessidades da *communitas*, complementando, assim, a função do estado (que é o público por excelência). Ou seja, se trata de uma capacidade de ação integrada. Os alunos são separados pela prova, portanto, e depois precisam se juntar novamente nos cursos de graduação. Mas é preciso ser "legalista" neste ponto para se poder avançar para uma dimensão mais transcendental. O princípio da Excelência é quase que um simulacro da própria esfera pública moderna[5]:

> O princípio da Excelência das Atividades corresponde ao desafio permanente de buscar os melhores resultados no ensino, na pesquisa, na extensão e na gestão e à valorização da qualidade acadêmica, que colocam a UFRGS na fronteira do conhecimento e entre as grandes instituições internacionais (INSTITUCIONAL, 2003, p. 12)

Trata-se, portanto, de uma auto regulação da própria comunidade acadêmica, sem a intervenção propriamente estatal. É mais uma questão moral: o aluno deve ser capaz de, em primeiro lugar, ambicionar essa qualidade e se mobilizar para mantê-la. Aparentemente, a instituição considera que já a atingiu em tempos passados e a mantém no presente, embora pareça querer expandi-la no futuro: "A UFRGS, em sua atuação, revitaliza constantemente o paradoxo: ao ser contemporânea, está sempre inserida em seu

[5] A esfera pública é o local de circulação de ideias que são independentes do Estado (HABERMAS, 1984). Na esfera pública está o potencial deliberativo, que dá o caráter racional da modernidade.

tempo; buscando ser atual, deve pôr-se, permanentemente, à frente de seu tempo" (INSTITUCIONAL, 2003, p. 12).

Por fim, há o princípio da não-excludência, que parte do aluno e se irradia para outras instâncias:

> Esse desafio constante é conjugado no princípio da Excelência sem Excludência, em que a excelência atinge todas as áreas da Universidade, acadêmicas e de gestão administrativa, ao mesmo tempo em que suas atividades são oferecidas, sem restrições, a estudantes, à população em geral e aos diversos setores da sociedade (INSTITUCIONAL, 2003, p. 12)

Mesmo partindo da área da pesquisa, a busca da excelência não pode se restringir a ela, porque há um todo orgânico - talvez essa ideia seja resquício de uma espécie de teleologia positivista, como afirma Lewgoy (2001) - que precisa de manutenção. Assim, o aluno, mais do que buscar a excelência técnica, deve ser capaz de colaborar, seguir regras (como as do edital) e de buscar uma boa convivência (conseguir colaborar com os fiscais e não trapacear parece se constituir como um bom começo de trajetória).

Uma outra fonte interessante de reflexão é a própria organização da UFRGS, que se articula em órgãos: Reitoria, Pró-reitorias, Pró-reitorias adjuntas, Coordenadorias, Secretarias, Unidades universitárias, Sistema de Bibliotecas, Cursos de graduação, Cursos de pós-graduação, Campus e Hospital universitário. Podemos observar que esses órgãos se articulam nos eixos Pertinência Social (Reitoria, Pró-reitorias, Pró-reitorias adjuntas), da Excelência das Atividades (Cursos de graduação, Cursos de pós-graduação, Cursos de graduação, Cursos de pós-graduação, Coordenadorias, Secretarias) e da Excelência sem Excludência (Hospital universitário, Unidades universitárias, Sistema de Bibliotecas). Evidentemente, alguns desses órgãos entram em mais de um eixo, apenas queríamos mostrar que todos eles possuem no mínimo algum tipo de iniciativa da própria instituição. Essa organização burocrática se reflete na capacidade de auto-organização: se a instituição se organiza dessa maneira o aluno também é instigado a adquirir essa característica para

conseguir dar conta das tarefas difíceis que lhe aguardam - daí o nível de exigência da prova, que é a maior do estado no que se refere a vestibulares.

Um último documento importante é o estatuto da própria UFRGS. Nele podemos encontrar uma parte de seus valores em alguns pontos do regimento geral da instituição. Por exemplo, no artigo 2º:

> Art. 2º - A UFRGS, como Universidade Pública, é expressão da sociedade *democrática e pluricultural*, inspirada nos ideais de *liberdade, de respeito pela diferença, e de solidariedade*, constituindo-se em instância necessária de *consciência crítica, na qual a coletividade possa repensar suas formas de vida e suas organizações sociais, econômicas e políticas* [grifos nossos]. (UFRGS, 2014)

Ou seja, semelhantemente ao documento anterior, o valor mais profundo da UFRGS é o da crítica no sentido de gerar ideias distintas das "formas de vida" habituais, para permitir o repensar destas formas. O fato de ser uma expressão significa que a UFRGS se associa a um conjunto de ideias historicamente orientadas. Ou seja, o aluno precisa assumir essa postura de continuidade, o que fica comprovado com a assunção de determinados comportamentos. No artigo 6º, o objeto são os princípios constitucionais, estes se constituem em:

> I - Liberdade de ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
>
> II - Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
>
> III - gratuidade do ensino;
>
> IV - Gestão democrática;
>
> V - Valorização dos profissionais do ensino;
>
> VI - Garantia de padrão de qualidade;
>
> VII - indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;

> VIII - respeito à dignidade da pessoa humana e seus direitos fundamentais (UFRGS, 2014)

Esses princípios apontam para a questão da crítica - através da existência do pluralismo e dos mecanismos que garantam que essa pluralidade permaneça no interior da instituição: a gestão democrática, a valorização dos profissionais, a garantia de padrão de qualidade, e o respeito à dignidade humana. Todos esses valores se originam da introjeção das disposições necessárias para a aprovação no processo seletivo do vestibular.

No artigo 5º, observamos que toda a estrutura se volta para a produção de conhecimento (filosófico, científico, artístico e tecnológico). E a pluralidade aparece no exercício de profissões de diferentes campos de conhecimento e na relação orgânica entre a Universidade e a Sociedade, através de diferentes agentes:

> Art. 5º - A UFRGS, comunidade de professores, alunos e pessoal técnico-administrativo, tem por finalidade precípua a educação superior e a produção de conhecimento filosófico, científico, artístico e tecnológico, integradas no ensino, na pesquisa e na extensão.
>
> [...]II - ministrar o ensino superior visando à formação de pessoas capacitadas ao exercício da profissão nos diferentes campos de trabalho, da investigação, do magistério e das atividades culturais, políticas e sociais;
>
> III - manter ampla e diversificada interação com a comunidade, traduzindo uma relação orgânica entre Universidade e sociedade, pela articulação entre as diversas Unidades da Universidade e as entidades públicas e privadas de âmbito regional, nacional e internacional;
>
> [...]VI - constituir-se em fator de integração da cultura nacional e da formação de cidadãos, estimulando o desenvolvimento de uma consciência ética na comunidade universitária;
>
> VII - cooperar com os poderes públicos, universidades e outras instituições científicas, culturais e educacionais brasileiras, estrangeiras e internacionais; (UFRGS, 2014)

Ou seja, a UFRGS se concebe como uma continuidade histórica aglutinada em torno de uma concepção de conhecimento que ambiciona a pluralidade pelo mecanismo da crítica. Assim sendo, as estruturas da instituição deveriam agir segundo esses princípios e fins - e espera-se que os alunos os sigam também. Isso fica bem patente em uma das regras do manual:

> 5.14.1 - Durante a realização das provas não serão permitidas consultas de qualquer natureza, bem como o uso ou porte de telefone celular, pagers, fones de ouvido, relógio digital ou quaisquer outros aparelhos eletrônicos e/ou similares. O candidato que necessitar de aparelho auditivo terá de prestar as provas conforme o item 2.25 deste Edital (MANUAL, 2017, p. 5)

Sem dúvida, trata-se de um marcador epistemológico, que distingue candidatos pelo seu saber. Mas ainda há uma série de outros comportamentos que são desejáveis para os alunos e que o seu não cumprimento gera uma desclassificação, tais como:

> 5.14.15 - Será excluído do Concurso Vestibular o candidato que:
>
> a) não se comportar de acordo com normas adequadas de conduta e urbanidade[6];
>
> b) comunicar-se com outro candidato durante a realização das provas, bem como se utilizar de consultas e/ou portar, mesmo que desligados, quaisquer dos equipamentos não permitidos;
>
> c) utilizar quaisquer recursos ilícitos ou fraudulentos, em qualquer das etapas da realização do Concurso;
>
> d) não permitir a coleta da impressão digital;
>
> e) não permitir a realização de revista eletrônica. (MANUAL, 2017, p. 5)

[6] Essa palavra significa: “Reunião dos costumes, formalidades e comportamentos que expressam respeito entre pessoas; demonstração de civilidade; afabilidade”. Disponível em: https://www.dicio.com.br/urbanidade/

Dentro dessas condutas, percebemos que se deseja que o aluno seja capaz de cumprir normas, de contar com o resultado do próprio esforço, de não infringir regras e de se colocar em uma situação de não passar por algum dos procedimentos impessoais, como a coleta de impressões digitais. Então, o fiscal tem a função de aplicar estes princípios e garantir o seu cumprimento.

Mas seria ingenuidade supor que os membros da UFRGS seguem totalmente ou já leram esse estatuto e regimento em parte ou na íntegra. Alguns destes princípios ou fins certamente são compartilhados mesmo que indiretamente, como ilustra a escrita de uma professora da instituição (SOARES, 1989, p. 30):

> Se quisermos ser modernos, é necessário ampliar a capacidade de pensar do povo, sua racionalidade, o espírito crítico através da democratização e da generalização das oportunidades de educação; aumentar significativamente os investimentos em pesquisa e desenvolvimento e estabelecer uma política coerente, em larga escala e de longo prazo, de formação de recursos humanos qualificados, crucial para sairmos da menoridade e construirmos, sobre bases sólidas, nosso próprio projeto de modernidade

Pudemos observar até agora, então, o rito e o *communitas*. Possuímos a maneira de se chegar ao cargo sagrado e o que é esperado de quem ocupa esse quadro. Agora podemos observar a atuação do fiscal na etapa crucial da liminaridade.

5 - LIMINARIDADE: O FISCAL COMO SEU GARANTIDOR E O LEGALISMO

Há outras culturas em que a liminaridade é imposta por conta de descendência ou da necessidade[7]. A situação do vestibular, no entanto, precisa ter um garantidor dessa liminaridade, pois o candidato pode tentar fraudar o processo para obter o resultado da

[7] Um exemplo poderia ser dado por algum chefe tribal que fosse morto e que precisasse ser substituído logo em seguida. Nisso é necessário o ritual, independente da concordância do futuro chefe.

aprovação e, assim, não adquirir os valores que a UFRGS pretende. O garantidor formal é o medo da desclassificação, mas há o burocrata em nível de rua (LIPSKY, 2010), o fiscal.

Vamos observar que há normativas escritas que descrevem essa função. Ou seja, há uma segunda análise documental a ser executada no manual do fiscal que aparece online (cujas regras se repetiram no relato etnográfico, como veremos). Juntamente com esses dados, trouxemos uma pesquisa quantitativa com 102 respondentes que participaram do concurso como fiscais, respondendo a onze perguntas disponibilizadas online e divulgada através de redes sociais, ressaltando-se o anonimato dos participantes. Durante o texto vamos cotejar estes dados do questionário com o campo, pois a sua maior ou menor convergência dá uma ideia de o quanto as amostras são representativas.

Existe uma norma para a seleção de fiscais. Nos documentos *online*, podemos observar que alunos de pós-graduação podem concorrer ao sorteio sem restrições, mas o mesmo não ocorre com os alunos de graduação: estes devem já estar matriculados na UFRGS ao menos por um ano: “1) Alunos de Graduação – com matrícula regular e com ingresso anterior ao ano de 2015. 2) Alunos de Pós-Graduação Stricto Sensu – com matrícula regular” (EDITAL DE, 2016, p. 1). É preciso, portanto, que o aluno seja mais “universitário” do que “candidato”, o que só acontece com a vivência institucional.

O vestibular, nesse sentido, é um rito de passagem que seleciona alguns candidatos para transcenderem até a *communitas*, ou, ao menos, para avançar nesta trajetória, que só será integralmente alcançada após a formatura. Ser capaz de estudar sem trapacear parece ser o valor, o do respeito a essa herança de produção de conhecimento.

Após cursar a escola, alguns alunos optam por tentar cursar uma universidade, e outros não. Essa é a primeira separação, que inclui uma segunda separação mais longa, que é aquela para o estudo. Neste momento de estudo (seja em estudos individuais, seja em cursos preparatórios ou aulas particulares), o candidato está numa situação de ambiguidade: não está numa formação, mas também não está no mercado de trabalho. E vamos ver que a atuação do fiscal é essencial nessa dinâmica.

As normas do concurso são lidas para os fiscais no seu treinamento, procedimento que é obrigatório – a falta implica dispensa do fiscal – e ocorre um dia antes do concurso. Uma análise mais detida mostra que algumas normas se relacionam ao momento prévio ao início da prova:

> [...] 17 - Feche a porta. Não permita a entrada, na sua sala, de candidatos retardatários, a não ser quando acompanhados por um representante da Sala Central. [...]
>
> 20 - Circule pela sala, verificando o correto preenchimento da identificação das Folhas de Respostas e oriente os candidatos que tiverem dúvidas. [...]
>
> 24 - Passe a lista de presença para que cada candidato assine ao lado de seu nome e proceda à coleta de impressão digital, conferindo nome, assinatura (que deverá ser igual a do documento) e número do documento de identidade. Confira os preenchimentos obrigatórios das Folhas de Respostas. Caso exista algum problema ou negativa do candidato em autorizar a coleta de sua impressão digital, peça ao Fiscal Volante que chame a Coordenação Local. [...]
>
> Mantenha uma fiscalização permanente para evitar "cola". Atente para fios ou objetos estranhos na região das orelhas, roupas inadequadas ou volumes anormais sob a roupa (MANUAL, 2006)

Observemos detalhadamente que são descritos os procedimentos de ação. A relação com o candidato é de condução: a entrada na sala, a identificação, e a lista de preenchimento de dados. A atitude não processual é a fiscalização permanente, uma vigilância para evitar o que a instituição chama de cola. Na observação, pudemos apreciar que os fiscais conversavam bastante entre si, antes de iniciar a prova do dia - geralmente começando a interação indagando sobre o curso que o outro fiscal cursava, pois seus nomes já constavam nos adesivos-crachás. A conversa parecia mais constante no momento em que os fiscais se dirigiam para os seus postos, e cessava no momento do "trabalho". No primeiro dia, na sala central, a conversa não era espontânea como nos outros dias.

É como se a instituição "autorizasse" a aproximação ao iniciar os trabalhos do concurso. No campo pode ser observado que a maioria dos participantes era nova na função, o que entra em consonância com os dados quantitativos: 86,1 % dos respondentes estava tendo de primeira até terceira experiência, seguido de 11,9% que já estava da quarta até a sexta experiência. Observamos que os fiscais de sala pareciam a maioria - é possível haver poucos fiscais para o corredor, mas no mínimo devia haver dois disponíveis por sala, preferencialmente um masculino e um feminino - tal percepção foi corroborada pela amostra quantitativa, composta por 87,1% de fiscais de sala, 29,7% de fiscais volantes, 9,9% de sinalizadores e 3% de coordenadores. Um dos pontos que parece ter ficado um pouco destoante foi o do gênero dos participantes: se, nas observações, os gêneros eram mais distribuídos, nos dados do questionário apareceram 71,6% de respondentes declarando-se mulheres contra 28,4% respondentes masculinos. Outro ponto foi a questão da idade: em

campo, a maioria dos alunos parecia mais próximo dos trinta e com mais experiência em ser fiscal de vestibular, algo que não se reproduziu nos números: 52,9% se declararam com idades variantes entre 19-25 anos, seguidos de 24,5% com 26-30, complementados por 16,7% de 31-20, 4,9% de 41-60 anos e, finalmente, 1% com 60 anos em diante. A disparidade entre esses dados específicos pode derivar de a amostra não ser representativa.

Os procedimentos seguintes, descritos nos documentos, referem-se ao momento durante a prova. Neste momento, o papel não é mais o de condução, pois neste momento o fiscal começa a vigiar:

> i) não permita que o candidato se ausente da sala. Em casos especiais (uso do banheiro) deverão ser acompanhados por um Fiscal de Sala (quando há mais de um fiscal por sala), ou por um Fiscal Volante.
>
> k) não tente resolver sozinho eventuais ocorrências não-previstas. Comunique imediatamente, através do Fiscal Volante, a Coordenação
>
> - Confira rigorosamente se a Folha de Respostas e a de Redação contêm os preenchimentos solicitados e se o candidato assinou nos locais apropriados. Este trabalho deve ser feito ao lado da carteira do candidato.
>
> n) não permita, em hipótese alguma, que os candidatos se retirem antes de duas horas do início da prova. O candidato poderá levar o caderno ao retirar-se.
>
> o) não permaneça sozinho com apenas um candidato, conforme o Edital, os dois últimos sairão juntos. Se necessário, acione o fiscal volante.
>
> p) Não se distraia com qualquer tipo de leitura, são proibidas “visitas” a outras salas ou agrupamentos (MANUAL, 2006)

Ou seja, neste momento, o fiscal deve assumir a prescrição de acordo com a delimitação de sua ação - para delimitar as ações dos candidatos, que só podem agir fora da prova se for acompanhado por um fiscal, cenário desfeito após 2 horas do início do certame. Todavia, é importante que o candidato não possua motivos para reclamar da atuação do fiscal, daí a necessidade de os últimos saírem no mínimo em dupla. O fiscal deve resolver apenas ocorrências previstas, e volta a ser condutor no momento de entregar a documentação final e de não se distrair com os outros fiscais *durante* a prova, a ocasião sagrada.

Após a entrega da prova, há mais prescrições para a ação do fiscal. A primeira delas é a de colocar seu “corpo” à disposição da instituição, que pode precisar de outras tarefas para além daquelas descritas formalmente:

> q) execute tarefas *adicionais* relacionadas ao Concurso sempre que solicitadas pela Coordenação.
>
> 34 - Leve o material de prova para a Sala Central.
>
> 35 - Acompanhe a conferência junto ao Coordenador. Os fiscais só poderão retirar-se do local com a liberação expressa do Coordenador [...] (MANUAL, 2006) [grifos nossos]

Se não houve maiores problemas - relatados aos coordenadores na Sala Central - os candidatos não eliminados podem continuar liminares com a entrega da prova - se não houver a entrega de sua folha de respostas, suspende-se a candidatura e há um reencaixe na sociedade. Por isso observamos que os fiscais, muitas vezes, tentavam evitar a cola entre candidatos interpondo entre eles os próprios corpos, o que nos pareceu ser proteger o candidato de seu impulso e da consequente eliminação do concurso. O fiscal, assim, aponta evidências para que a coordenação possa aplicar sanções, o seu testemunho é que gera a possibilidade de uma fraude ser descoberta. Eles representam a instituição na questão da vigilância, cabendo à face da punição final aos fiscais coordenadores.

É interessante que o manual do fiscal aponta para uma supervisão constante por parte dos coordenadores, mas ela não acontece dessa maneira descrita em todos os locais de prova, porque alguns deles são maiores (o que inviabiliza) e outros menores (o que já viabiliza). Mesmo assim, pode se observar que os fiscais realizavam suas funções, muitas vezes de maneira bem-humorada - a despeito das várias horas de prova, que eram desgastantes não apenas para os candidatos. Essa atitude pode apontar para uma camaradagem diante de uma situação que é compartilhada, e que é revivida como candidato de outrora. Os dados quantitativos apontaram para essa direção também: 99% dos fiscais buscaram seguir as normas do manual do fiscal, apenas 1% afirmando que não o fizeram – o fato de o *survey* ter sido voluntário, anônimo e de não contar com o apoio institucional aumenta a probabilidade de a resposta ter sido sincera. O mais interessante é que não há um “medo da vigilância”: 49,5% dos participantes relataram vontade de manter as normas do concurso, 37,6% relataram seguir as normas por questões éticas particulares e apenas 12,9% ficaram com medo de serem flagrados em irregularidades. Quando

perguntados sobre os fiscais de sua convivência, 74,4% dos respondentes afirmaram que os perceberam como seguidores espontâneos da norma, seguidos dos 20,8% que perceberam os seus colegas como tementes a uma punição e 4% que afirmaram presenciar descumprimentos das normas. Esses números se mostram ainda mais interessantes quando se averigua a porcentagem de iniciantes na função: 85,1% estavam vinculados à UFRGS, quando de sua função de fiscal, entre 1 a 4 anos, seguidos de 10,9% de 5 a 9 anos e 1% de 4 anos para mais. Se a instituição pode ser mais ameaçadora seria, justamente, contra quem nela é recém-chegada, e não foi o que os dados apontaram.

Um último dado relevante é o da área de estudo dos fiscais, pois esta informação permite que se compreenda parcialmente a relação dos estudantes com a universidade intermediados, em um primeiro momento, pelos seus cursos. Na observação em campo, a impressão que se construiu é a de que havia muito mais cientistas naturais do que os humanos na prova, fiscais de áreas como Ciências Sociais Aplicadas ou das Ciências da Saúde apareceram mais esparsamente. Indagações no campo deram a entender que um dos filtros do sorteio era o nível do ensino, se o aluno era da pós-graduação ou da graduação, mas as áreas de estudo não apareceram como parâmetros. Os dados apontaram as seguintes presenças dos respondentes: Ciências Humanas (28,4%), Ciências Exatas e da Terra (28,4%), Linguística, Letras e Artes (4,9%), Ciências da Saúde (20,6%), Ciências Biológicas (2,9%) e Ciências Sociais Aplicadas (14,7%). O único respondente que afirmou não seguir as regras espontaneamente pertencia às Ciências Humanas mas, como não foi uma resposta que teve outras adesões, trata-se de uma resposta que não é amplamente significativa e que reforça o compartilhamento de algumas ideias que independem das áreas.

Todos esses dados apontam para um nível de concordância com as normas institucionais do concurso, que é percebido tanto no participante quanto nos outros fiscais. Levando-se em conta variáveis como grau de experiência, idade e gênero é possível notar que há uma diversidade nessas experiências e também é viável apontar para uma *communitas* sendo incorporada, o que se reflete no momento de seleção de novos membros: na medida em que há essa adesão isso se reflete na vontade de fazer prevalecer a liminaridade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, nos dedicamos a refletir sobre a incorporação de uma instituição (a UFRGS) através do momento do concurso vestibular. Analisamos esse momento pelas lentes dos estudos dos rituais, focando em três momentos: na *comunittas*, no ritual e na liminaridade. Concluímos, no geral, que o fiscal do vestibular é aquele agente que garante que os candidatos (tal como definidos pela documentação) continuem na condição de liminaridade. O legalismo com que a condição foi tratada pelos fiscais e a sua tentativa de o generalizar para os candidatos nos pareceu uma ressignificação das próprias regras do concurso, já que não se restringe no agir apenas quando em condição de vigiado. Assim, ele assegura a etapa do isolamento do ritual, servindo de evidência para a exclusão de candidatos - que voltam para a sociedade no sentido geral se não observarem as regras.

O fiscal não formula as regras, mas as aplica, tal como um burocrata a nível de rua, o que permite uma analogia como os policiais em ao menos um aspecto de seu trabalho, o da vigilância. O fiscal segue um número muito menor de regras do que aquelas formuladas pelo concurso vestibular, mas tomam contato direto com os candidatos, que, muitas vezes, estão em estado de tensão ou não colaboram com os procedimentos por vontade própria. Mas a faceta da punição, aqui, não aparece no fiscal, a instituição opta por delegá-la para servidores, aparentemente os mais próximos dos valores institucionais durante todo o ano.

O hábito da cola sem dúvida é uma prática cultural muito interessante de ser analisada pelas ciências sociais. Se, no caso da escola básica, a sua coerção fica a cabo do professor – profissional que também se responsabiliza pelo ensino – e que adicionalmente aplica a sanção correspondente, no concurso vestibular a cola é concebida como uma fraude e uma ruptura e implica em um desligamento imediato – para além de uma nota baixa, como costuma acontecer nos ensinos básico e superior, nos quais ainda há a possibilidade formal de aprovação na disciplina. Mas há um sentido diferente no termo. Isso porque, obrigatoriamente, no vestibular a avaliação está completamente desvinculada com os outros elementos do ensino:

> Parece que um dos grandes problemas da avaliação é que ela é feita desvinculada dos demais elementos do processo. O professor desenvolve sua atividade pedagógica sem se preocupar com a avaliação. No entanto, a escola exige um *resultado* e ele passa a preocupar-se com a avaliação apenas com a função de controle. Assim, a finalidade da avaliação fica descaracterizada. Avalia-se para atribuir um resultado e o aluno estuda

> para obter uma nota. A consequência deste ciclo é o temor que os estudantes, em geral, têm de avaliações e, especialmente, testes escolares. Pois, quando a avaliação é feita apenas com função de controle, são considerados somente aos momentos avaliativos, representados por um teste, trabalhos em grupos ou individuais (MELCHIOR, 1994, p. 20)

Assim, as aulas e os recursos didáticos não correspondentes à avaliação, que inclui também o ensino em um processo global. Os primeiros são relegados às escolas de ensino básico dos candidatos, mas estas não são uniformes e os candidatos chegam com diferentes conhecimentos prévios - o que se complica quando são colocados na equação os cursos preparatórios voltados para o exame vestibular. Dessa maneira, a cola na escola teria um quê de imoralidade (pois as condições de aprovação já foram dadas pelo professor), mas talvez alguns candidatos encarem a cola como um *reequilíbrio social*. Essa hipótese somente poderia ser confirmada com pesquisa empírica focada no candidato.

Por fim, concluímos que a instituição busca atrair indivíduos com valores parecidos com os seus, e o fiscal colabora nisso a partir de uma capacidade de vigilância. Na perspectiva do planejamento, ele é essencial para que o ritual seja efetivado e que os alunos mais alinhados com a UFRGS sejam aprovados.

REFERÊNCIAS

DAMATTA, Roberto. Individualidade e liminaridade: considerações sobre os ritos de passagem e a modernidade. **Mana**, Porto Alegre, v. 6, n. 1, p. 7-29, 2000.

EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES PARA SELEÇÃO DE FISCAIS. 2016. 2016. Disponível em: http://www.ufrgs.br/coperse/coordenadores-e-fiscais/colaboradores/copy_of_EDITALFISCAL.pdf

EDITAL DO CONCURSO VESTIBULAR DE 2018. 2018. Disponível em: http://www.ufrgs.br/coperse/concurso-vestibular/vestibular-2018/concurso-vestibular-2018/EDITALCV2018FINALPGINA.pdf

FREITAS, Katia Siqueira de. Alguns estudos sobre evasão e persistência de estudantes. **EccoS Revista Científica**, São Paulo, v. 11, n. 1, , 2009, pp.247-264.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

INSCRIÇÕES para vestibular 2017 da UFRGS começam em 20 de outubro. G1. Disponível em: http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2016/10/inscricoes-para-vestibular-2017-da-ufrgs-comecam-em-20-de-outubro.html

INSTITUCIONAL, Divisão de Planejamento. *Balanço Social.* Porto Alegre: Editora da Universidade, 2003.

LEWGOY, Bernardo. Secularismo e Espiritismo nas Ciências Sociais: discutindo os resultados da UFRGS. **Debates do NER**, Porto Alegre, ano 2, n. 2, , 2001, pp. 103-116.

LIPSKY, Michael. **Street-level bureaucracy**. Nova Iorque: Russell Sage Foundation, 2010.

MELCHIOR, Maria Celina. **Avaliação pedagógica: função e necessidade.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994.

PEIRANO, Mariza GS. **Rituais ontem e hoje.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

ROSATI, Massimo; WEISS, Raquel. Tradição e autenticidade em um mundo pós-convencional: uma leitura durkheimiana. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 17, n. 39, 2015, pp.110-162.

SANTOS, J.E, SATO, M. Universidade e ambientalismo – Encontros não são despedidas. In: SANTOS, J.E., SATO, M (org.). **Contribuição da educação ambiental à esperança de Pandora**. São Paulo: Rima, 2006.

SOARES, Maria Suzana Arrosa. (Re) pensando a modernidade latino-americana. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, v.1, n.1, mai/jun 1989, pp. 24-31

TURNER, Victor. **O Processo Ritual: estrutura e anti-estrutura.** Petrópolis: Vozes, 1974

UFRGS. **Estatuto e Regimento Geral da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.** 2014. Disponível em: http://www.ufrgs.br/engenharia/wp/wp-content/uploads/2014/10/regimento-geral-da-ufrgs.pdf. Acessado em: 09/06/2017

PARTICIPAÇÃO, RENOVAÇÃO E OCUPAÇÃO:
limites da representação e experiências de transformação política na cidade de São Paulo

Flávia de Faria[1]

RESUMO: Nos anos 2010 a legitimidade da democracia representativa é questionada em diversos países. Experiências de inovação democrática e de participação cidadã surgem dentro de movimentos alter-ativistas que reivindicam um sistema mais participativo, horizontal e transparente. Movimentos contemporâneos de ocupação política denunciam a fragilidade e a ineficiência do modelo de democracia representativa tal como instituído, apontando os fenômenos de profissionalização da política e de sub-representação como fatores de ilegitimidade democrática. Como alternativa crítica ao sistema eleitoral partidário, movimentos de renovação política vêm surgindo nos últimos anos em diferentes estados brasileiros. Nesse contexto de renovação e de experimentação política, propomos analisar como as críticas à fragilidade do sistema político se inserem em discursos e em práticas ativistas na cidade de São Paulo.

PALAVRAS-CHAVES: Subjetivação; Ativismo; Democracia; Ocupação; Instituição.

INTRODUÇÃO

Porque falar sobre participação política em um país democrático, no qual o povo estaria convocado a gozar de seus direitos e a exercer os seus deveres? Para responder essa questão, o presente artigo propõe um olhar crítico sobre o processo de construção da cidadania brasileira. Cidadania compreendida como reivindicação normativa, e também como constante exercício de participação e de subjetivação política (NEVEU, 2013). Pretende-se nesse sentido, argumentar que o processo de democratização brasileira – construído com base em mecanismos de centralização do poder e de participação regulada – engessou o processo de construção de cidadania, limitando-o a uma relação corporativa e normativa entre Estado, instituições e pessoas. O objetivo é confrontar esse processo de

[1] Flavia de Faria, graduada em filosofia pela PUC-SP, mestre em Sciences Sociales – Sociétés Contemporaines: enjeux éthiques, politiques et sociaux pela Université Paris V - SHS Sorbonne. Doutoranda em Sociologia na École des Hautes Etudes en Sciences Sociales (IIAC/CNRS), com regime de duplo diploma em Antropologia Social na Universidade de São Paulo (PPGAS/GEAC). Cocoordenadora do Réseau Thématique 21 “Mouvements Sociaux” da Association Française de Sociologie, e jovem pesquisadora convidada no SMAG – Social movements in the global age, da Université Catholique de Louvain.

cidadania engessada com práticas contemporâneas de renovação e de experimentação política na cidade de São Paulo. Assim, ao analisar o processo de construção do exercício da cidadania, um olhar crítico aponta a falência da representatividade como único modelo legítimo de democracia.

Primeiramente, será abordada a participação política como força de barganha, como forma de atribuir valor ao voto. Nessa parte do texto, mecanismos coronelistas e clientelistas de reprodução social (BOURDIEU, 2012) revelam-se como práticas inerentes ao processo de democratização do país – desde que o sistema eleitoral foi adotado na Primeira República. Não pretende-se porém esmiuçar esta análise, mas evocá-la como contexto histórico-político do processo de construção da cidadania brasileira. Na segunda parte do artigo, serão abordadas a transformação do significado e do exercício da participação cidadã nos anos 1970 e 80. A partir da emergência de movimentos de luta por direitos sociais[2] e políticos, a participação política começa a ganhar outro sentido e a cidadania passa a ser uma palavra de ordem dentro dos movimentos (HOLSTON, 2013). Em seguida, na terceira parte, a crítica da representação será apontada como o principal fator para a emergência de movimentos contemporâneos de renovação política, ressaltando práticas e discursos que fizeram parte da etnografia realizada junto a um coletivo de ocupação política[3], a Bancada Ativista, no município de São Paulo. A ocupação da política se dá no prolongamento dos movimentos sociais das décadas anteriores. Nesse sentido, "Já ocupamos as ruas, já estamos nas praças, agora vamos ocupar as Câmaras", afirma uma militante se referindo à ocupação política no ano eleitoral de 2018.

Por fim, na quarta parte do artigo, a ocupação política reivindicada pela Bancada Ativista será considerada como uma "política da experimentação". Para elaborar uma reflexão teórica a esse respeito, propõe-se retomar o exercício de experimentação política introduzido nos anos 1970 por Félix Guattari. Essa luta por protagonismo político, ou

[2] Entendemos os direitos sociais segundo a definição de José Murilo de Carvalho: trata-se da participação na riqueza coletiva, ou seja, na educação, saúde, aposentadoria, salário justo, etc. Ver: Carvalho, Cidadania no Brasil – o longo caminho. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 2008, p. 8-9.

[3] Emprestamos o termo de "ocupação política" do título do evento *Primeiro Encontro Nacional #Ocupa Política, Pé na Porta e Amor pela Democracia*, organizado pela Bancada Ativista, pelas Muitas pela Cidade que Queremos e pela Partida. Esse evento foi realizado em Belo Horizonte, de 07 a 10 de dezembro de 2017, para promover o encontro de centenas de ativistas. Estes vieram de mais de vinte cidades localizadas em dezesseis estados brasileiros, do sul ao norte, assim como da Colômbia, do México e da Espanha, para trocar e compartilhar experiências locais de seus coletivos e bairros, a fim de construir projetos políticos convergentes e estratégias de ocupação da política institucionais por militantes.

experimentação política – à luz de Guattari – rejeita a representação como única forma legítima de democracia e propõe outra concepção para a participação política cidadã.

MECANISMOS DE REPRESENTAÇÃO FORJADA E DE PARTICIPAÇÃO REGULADA: A DEMOCRATIZAÇÃO NO BRASIL

Desde a Primeira República, o sistema político eleitoral no Brasil foi construído por mecanismos de coronelismo e de clientelismo (LEAL, 1976). Mecanismos tais que constituíram a base do processo eleitoral brasileiro (LIMONGI, 2015). Por um lado, “O coronelismo é acima de tudo um compromisso, uma troca entre o poder público, gradualmente consolidado, e a força decadente de influência dos chefes locais, especialmente os latifundiários" (LEAL, 1976:20). O então novo sistema representativo baseado no crescimento do poder federal veio ameaçar o poder local do coronel, que passou a reagir pela troca de favores com as autoridades eleitas – que, por sua vez, precisavam do voto dos trabalhadores do coronel. Assim, tornar-se eleitor, ou seja, detentor do direito ao voto, passou a significar claramente, tornar-se eleitor junto ao coronel para o candidato que viabilizou sua inscrição no colégio eleitoral. Nos anos de democratização, de 1946 a 1964, “Fazer eleitores era alistá-los, isto é, torná-los aptos a tomar parte do processo eleitoral. Políticos faziam eleitores porque sabiam como as criaturas a que davam vida viriam a votar” (LIMONGI, 2015 : 27).

Por outro lado, as relações clientelistas são menos difundidas no sistema coronelista do que no contexto de urbanização brasileira. Ao contrário do coronelismo, elas fazem parte do intercâmbio direto entre os políticos (o Estado) e o eleitor, desprezando a mediação do coronel. "Quando os líderes políticos locais perdem a capacidade de controlar os votos do povo, eles não são mais parceiros úteis no governo, que passa a lidar com eleitores. (...) Deputados trocam votos da população pelos serviços públicos que conseguem colocar em prática graças à sua capacidade de influência no poder executivo" (CARVALHO, 1997). Diante deste cenário, a noção de cidadania está, desde seu nascimento pós-colonial, submetida ao exercício de poder caracterizado pela barganha de “favores”. Nesta lógica, "(...) Os principais partidos políticos sobreviveram graças à sua metamorfose em organizações entrelaçadas com o aparato estatal para realizar a troca típica do sistema clientelista...”, explica Fernando Henrique Cardoso, Presidente da República de 1995 a 2002 (Singer & Brant, 1981: 178).

Assim, conforme diferentes escalas de necessidades e de interesses, o eleitor recebe "presentes" (como, por exemplo, comida, roupas, sapatos, animais, bem como

concreto e luz nas ruas de seu bairro). O então candidato ganha seu voto enquanto o grupo privado que financia o candidato garante seu espaço de voz e de decisão junto ao poder público.

ESPAÇOS DE RESISTÊNCIA E OCUPAÇÃO POLÍTICA

Nesse contexto de democratização, o autor de *Cidadania no Brasil : um longo caminho,* afirma que "A ausência de uma população educada é desde sempre um dos principais obstáculos da construção da cidadania civil e política" (CARVALHO, 2008 : 11). Assim, mecanismos de representação forjada sustentam a prática e a construção epistemológica de uma cidadania regulada pelo Estado (SANTOS, 1979)[4], vide a imposição da institucionalização dos sindicatos durante o governo populista de Getúlio Vargas. Nesse sentido, o exercício da cidadania foi limitado ao processo de legalização das profissões que institucionalmente foram reconhecidas pela lei do trabalho no Brasil. Desde a sua emergência, "Os direitos dos cidadãos são decorrência dos direitos das profissões e as profissões só existem via regulamentação estatal", explica Wanderley Guilherme dos Santos (1979, pg. 69). Essa submissão revela as razões pelas quais o processo de democratização restringiu a participação cidadã ao sistema representativo fortemente corporativista (WEFFORT, 1981).

Trazendo o foco para a cidade de São Paulo, as décadas de 1970 e de 1980 foram marcadas pela emergência de movimentos sociais vinculados à organização de militantes, de representantes religiosos e de trabalhadores que, sob pena de muita violência, enfrentaram a repressão e favoreceram o avanço da luta por direitos sociais e trabalhistas (ver SINGER & BRANT, 1980; SADER, 1988; BOSCHI, 1987). A partir da emergência de movimentos de base – como as associações comunitárias, os clubes de mães, as comunidades eclesiais de base (CEBs), o movimento custo de vida, dentre outros – a ocupação do espaço público passou a ser uma forma de resistência: seja através de manifestações, de ocupações urbanas, de encontros de mulheres, de sociabilidade, de articulação e de greves. O espaço público se tornou palco das lutas sociais.

[4] Citando o autor: "Por cidadania regulada entendo o conceito de cidadania cujas raízes encontram-se, não em um código de valores, mas em um sistema de estratificação ocupacional, e que, ademais, tal sistema de estratificação ocupacional é definido por norma legal. Em outras palavras, são cidadãos todos aqueles membros da comunidade que se encontram em qualquer uma das ocupações *reconhecidas* e *definidas* pela lei". In: Wanderley Guilherme dos Santos, *Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira,* Ed. Campus, 1979, p. 68.

> Esses movimentos recolocam na ordem do dia a representação como fundamento da democracia. Ao mesmo tempo, são herdeiros do isolamento a que foram obrigados: cautelosos em relação à alianças (…) mais amplas (…), tendem a concentrar seus esforços nas lutas imediatas e no confronto direto com os adversários visíveis (SINGER & BRANT, 1980, pg. 26).

Os movimentos de base e alguns movimentos sindicais pretendiam construir um modelo de democracia de “baixo para cima”, fomentando a participação e a politização, fundamentados na representação como sistema democrático. Por sofrerem extrema repressão, esses movimentos se caracterizam pela forma fragmentada como se desenvolveram, pela dificuldade de interlocução entre os demais movimentos e pela organização de forma defensiva. A repressão política se concretizou com a Lei de Segurança Nacional, face ao bloqueio de canais institucionais de representação (congresso, partidos, câmaras, associações, etc.), com o MDB (Movimento Democrático Brasileiro) sendo o único partido de oposição e, durante os dez anos mais violentos da ditadura, de 1968 à 1978, com o AI5.

O assassinato do jornalista Vladmir Herzog, em 1975, representou um marco de importante transição no modo de organização dos movimentos. Ao reunir oito mil pessoas na Catedral da Sé para o ato ecumênico, o isolamento e o temor ganharam formas de solidariedade entre os diferentes movimentos sociais. Estavam nessa ocasião representantes de comunidades religiosas, de associações civis, de sindicatos, do movimento estudantil, artistas e personalidades conhecidas, reunidas para defender a democracia e denunciar os abusos do regime ditatorial.

Dessa forma, os diferentes atos de resistência começaram a ser construídos de forma mais conectada, sob a base de laços diretos de confiança e solidariedade entre militantes. As greves de 1978 e de 1° de maio de 1979 em São Bernardo do Campo (na grande São Paulo), são partes desse processo de extensão da solidariedade entre diferentes movimentos. A articulação destes promoveu o que Eder Sader chama de “nova sociabilidade” no final dos anos 70. E assim, os “novos movimentos sociais” se fortaleceram no cotidiano como forma de resistência e proporcionaram a reelaboração do sentido de participação política.

Pouco mais tarde, nos anos 1990, o sistema político oligárquico baseado na profissionalização da política e nos mecanismos de representação forjada, sofre uma série de intervenções democráticas de participação cidadã, como por exemplo, a constituição de

1988 que legitima a criação de espaços participativos na esfera política, como os conselhos participativos e as audiências públicas. Mesmo que sejam espaços consultivos muitas vezes sem força de deliberação, é à partir da existência deles que a participação cidadã é praticada e reivindicada como direito em um sistema partidário[5] democrático, oferecendo acesso aos espaços e às instituições públicas. Sob o legado desta ressignificação de participação e de construção de subjetividade política, movimentos atuais de ocupação política lutam contra a sub-representação, todavia flagrante de grupos marginalizados no sistema político brasileiro.

A CRISE DA REPRESENTAÇÃO COMO EMPODERAMENTO PARA A RENOVAÇÃO POLÍTICA

Nos anos 2010 a legitimidade da democracia representativa é questionada em diversos países (PLEYERS, 2016). Experiências de inovação democrática e de participação cidadã surgem em movimentos alter-ativistas[6] que reivindicam um sistema mais participativo, horizontal e transparente (ROUDET, 2014). No Brasil, em junho de 2013, centenas de manifestações ocorreram em 483 cidades brasileiras (GOHN, 2014), à priori contra o aumento da tarifa de transporte público e, posteriormente, contra a repressão policial, contra as obras da Copa do Mundo, dentre outras reivindicações[7]. Dois anos depois, manifestações extremamente polarizadas ocuparam as ruas de São Paulo, organizadas, por um lado, por frentes progressistas que denunciavam o golpe parlamentar

[5] Entendemos por sistema partidário: (…) organização de governo, mecanismo para a tomada e a implementação de decisões », Maria do Carmo C. Campello de Souza, Estados e Partidos Políticos no Brasil (1930-1964), Ed. Alfra-Omega, 1990 (3a. edição), p. 27.

[6] Os movimentos alter-ativistas fazem refêrencia aqui à linha de pesquisa do professor Geoffrey Pleyers, da Universidade Católica de Louvain (UCL) e do Collège des Etudes Mondiales de Paris, que os define da seguinte maneira: *"A vontade de implementar as práticas de uma democracia participativa; um compromisso que coloca grande ênfase na subjetividade, criatividade, autotransformação, experiência e experimentação; espaços que são ao mesmo tempo lugares de troca, resistência, expressão e experimentação de uma democracia direta e horizontal; uso criativo de novas tecnologias e conexões de rede; uma capacidade de fazer parte de questões globais, mesmo que permanecendo principalmente ancorado no local*". Geoffrey Pleyers, "Les jeunes alter-activistes : altermondialisme, indignés et transition écologique". In: BECQUET Valérie (dir.) *Jeunesses engagées,* Syllepse, Paris, 2014, p.1.

[7] Sobre as jornadas de junho e uma melhor compreensão deste contexto, sugerimos a leitura de Angela Alonso, « A política das ruas ». In: Novos Estudos Cebrap Especial, jun/2017, p.49-58; Breno Bringel et Geoffrey Pleyers, « Junho 2013…dois anos depois. Polarização, impactos e reconfiguração do ativismo no Brasil » In: Revue Nouva Sociedad, outubro 2015; Maria da G. Gohn, Manifestações de junho de 2013 no Brasil e nas praças dos indignados no mundo. Petrópolis, Vozes, 2014; e André Singer, "Brasil, junho de 2013: clases e ideologias cruzadas". Novos Estudos Cebrap n. 97 São Paulo Nov. 2013.

que se organizava contra a então presidente Dilma Rousseff. Por outro lado, organizações nacionalistas desfilaram com as cores da bandeira brasileira a favor do *impeachment* da presidente. Dilma Rousseff foi destituída em 31 de agosto de 2016, substituída pelo vice-presidente Michel Temer, cuja taxa de popularidade atual é a mais baixa da história, cerca de 5% de aprovação[8].

Ao mesmo tempo, em nível municipal, a sub-representação marca o cenário político: "Eu não me sinto representado pelos vereadores. São Paulo é mais negra, mais jovem, mais mulher, mais LGBT, mais militante", diz um integrante da Bancada Ativista no vídeo coletivo organizado e veiculado pelo movimento. A respeito dos vereadores eleitos para a Câmara Municipal de São Paulo nas eleições de 2016, 96% são brancos (78% homens e 18% mulheres), 2% são homens negros e 2% são mulheres indígenas. Não há mulheres negras. Um terço da Câmara é composto por senhores brancos com mais de 60 anos – perfil que corresponde a 12% da população do município (Censo 2010, IBGE). A respeito da idade elevada dos vereadores, nos diferentes distritos do município de São Paulo, a média da expectativa de vida varia de 25 anos: na Cidade Tiradentes (Zona Leste) a média de vida é de 54 anos, enquanto que em Pinheiros (Zona Oeste) é de 79 anos[9]. Em um país de cultura escravagista, racista e patriarcal, a sub-representação reflete diretamente nas políticas públicas e no funcionamento urbano.

Diante desse cenário, experiências de renovação política surgem como uma demanda por outras formas de participação, que, por sua vez, valorizam as eleições mas não se limitam às urnas eletrônicas como expressão democrática. Nesse sentido, "A democracia é concebida como uma demanda dirigida aos líderes políticos, mas também, e acima de tudo, uma exigência pessoal, um valor que deve ser incorporado em práticas cotidianas e na maneira de se conectar com os outros" (PLEYERS & CAPITAINE, 2014:52). Assim, a reivindicação por outras formas ou outras práticas democráticas que vão além das eleições é também acompanhada por uma reconstrução epistemológica (individual e coletiva) do que se entende como democracia.

Esse artigo é fruto da etnografia que pude realizar em diversas atividades da Bancada Ativista, tais como reuniões, mesas de discussão e uma dezena de atividades organizadas pelo coletivo, de agosto a dezembro de 2017. De maneira muito generosa, o coletivo me integrou em suas redes de discussão e de interação social e virtual. Ao longo

[8] Pesquisa realizada em julho de 2017 pela agência brasileira Ibope: http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2017-07/cniibope-70-desaprovam-governo-de-michel-temer-e-5-aprovam (consultada em 31 de agosto de 2017).

[9] Dados retirados da Revista 32xSP: a notícia do seu território no território da notícia, 2016/17.

desse período, pude conversar com dezenas de ativistas e integrantes da Bancada, assim como, ao participar de suas atividades, observar seus relatos, suas argumentações e a forma tão enfática pela qual defendem a renovação da política brasileira. E então, de que renovação se trata?

A Bancada Ativista é um coletivo que reivindica a expansão da democracia e a ocupação da política por ativistas que defendem causas sociais, econômicas, políticas, ambientais, dentre outras. Trata-se de reunir diversas lutas da cidade de São Paulo num espaço que se constitui como uma bancada dentro do poder legislativo municipal e estadual. A expansão da democracia é alcançada através da problematização da sub-representatividade, da rejeição do personalismo e da renovação da política. Esta é evocada pelo movimento através de novas formas de acessar o poder público (através de campanhas e de mandatos coletivos) e também de novos conteúdos de políticas públicas. Dito isto, o coletivo se identifica como independente (que não recebe financiamento de partidos políticos ou empresas privadas e públicas), suprapartidário e aberto a todos que desejam construí-lo. A diversidade e a pluralidade são meios para oxigenar as instituições políticas tradicionais. Nesse sentido, “Renovar a política significa lidar com os grandes interesses da casta política brasileira, os interesses econômicos, a especulação mobiliária e assim por diante", diz Sâmia Bomfim[10], vereadora eleita em 2016 com o apoio da Bancada Ativista.

No contexto das eleições municipais de São Paulo em 2016, o movimento apoiou oito candidaturas inéditas à Câmara Municipal, dentre as quais, a do Marcio Black (REDE), Adriana Vasconcellos (PSOL) e Douglas Belchior (PSOL), ativistas de movimentos negros, Isa Penna (PSOL), militante de movimentos anticapitalistas, Marina Helou (REDE) e Sâmia Bomfim (PSOL), ativistas feministas, Pedro Markun (candidato independente pela REDE)[11], hackactivista, e Todd Tomorrow (PSOL), militante de movimentos LGBTs.

O grupo reconhece que, em 2016, o objetivo principal foi experimentar uma *forma* de fazer política por meio de práticas sociais, como o Flertaço (campanhas eleitorais coletivas) e a Bancada Escuta (evento que privilegia a sociabilidade nos diferentes espaços públicos da cidade). "Nosso objetivo em 2016 era mais experimentar uma *forma* de participar de eleições do que eleger nossos candidatos. Era difícil acreditar que a eleição

[10] Durante a entrevista realizada no dia 11 de novembro de 2017, na Câmara Municipal de São Paulo.

[11] A candidatura livre no Brasil não é permitida pelo Tribunal Superior Eleitoral, o que obriga os candidatos a ingressar em um partido político, sendo no entanto a REDE um partido que aceita a filiação de um candidato que quer ser independente.

fosse realmente possível", explica um dos ativistas na primeira reunião que participei, em setembro de 2017. O grupo experimentou a criação de um movimento de ativismo político sem se filiar a um partido – o que o distingue, por exemplo, das Muitas pela Cidade que Queremos, movimento de renovação política de Belo Horizonte, que se integrou ao PSOL. Em termos de renovação de conteúdo no poder público, a Bancada Ativista luta contra:

> 1- Toda e qualquer pessoa, estrutura ou movimento que trabalhe para preservar a ordem pura da política e do discurso político como está.
> 2- O personalismo que atribui e delimita a política a um corpo, uma pessoa, um salvador ou salvadora.
> 3- Enfim, o inimigo maior, o adversário estratégico: o fascismo. Eu não estou falando sobre o fascismo histórico de Hitler ou Mussolini (...), mas também o fascismo que está em nossos seres, que perturba nossas mentes e nosso comportamento diário, o fascismo que nos faz amar o poder, desejar essa coisa que nos domina e nos explora"[12].

O coletivo colaborou com apoio pedagógico e estratégico para a campanha eleitoral dos oito candidatos, oferecendo, por exemplo, treinamento sobre o funcionamento do sistema de quociente eleitoral. Para a campanha coletiva das candidaturas foram organizados eventos públicos, como o *Flertaço com os candidatos,* para promover a interação e o diálogo cara-a-cara entre as pessoas e os candidatos. O Flertaço foi realizado em diferentes espaços públicos da região centro-oeste de São Paulo[13] antes das eleições municipais de 2016. Consiste em convidar pessoas que passam pelas ruas a sentar-se diante de um dos candidatos para fazer perguntas em um diálogo a dois. Após alguns minutos, as pessoas são convidadas a trocar de cadeira para sentar-se diante dos outros candidatos presentes. Os integrantes da Bancada organizaram os Flertaços graças às campanhas de financiamento coletivo. A contribuição recebida pelo financiamento coletivo foi compartilhada entre os oito candidatos de forma transparente e horizontal: aqueles que recebiam financiamento de seu partido receberam menos em comparação com outros que contavam apenas com o financiamento coletivo da Bancada para realizar sua campanha.

[12] Citação do texto escrito por Marcio Black, candidato ativista em 2016 pela Bancada Ativista e pela REDE. "Sobre a Política que Queremos: o novo não está no que é dito, mas nos acontecimentos à nossa volta*"*. In: InFame*,* 18 de dezembro de 2017: https://infame.us/2017/12/18/sobre-a-politica-que-queremos-o-novo-nao-esta-no-que-e-dito-mas-nos-acontecimentos-a-nossa-volta/ (consultado em 01/02/2018).

[13] O centro-oeste da cidade representa uma área econômica privilegiada, onde está localizada, por exemplo, a Avenida Paulista, onde se realizaram os Flertaços pelos candidatos. Trata-se de uma importante avenida, aberta todos os domingos apenas para pedestres. Dotada de uma vida cultural e social bastante variada, os eventos aí realizados atraem centenas de pessoas durante todo o final de semana.

Já a Bancada Escuta realizada em agosto de 2017, por exemplo, foi ocasião de debate sobre temas tais como “Qual é o nosso sentimento de cidade?” e “A quem pertence o espaço público quando este também é vivenciado como a casa de pessoas que vivem ali”. Essa Bancada Escuta foi realizada no Largo da Batata[14], com a participação daqueles que por ali passavam, ou que residem no bairro e nas praças ao redor do largo. Márcio, que mora em uma tenda montada em um dos cantos da praça, pediu para falar sobre o que havia acontecido uma semana antes:

> "Não é porque eu sou um morador de rua que eu tenho que estar sempre sujo, eu quero estar limpo, eu quero tomar banho e lavar minhas roupas. Faz uns dias, quando lavamos as roupas, estendemos nos bancos e os moradores do bairro reclamaram e tivemos que tirar as roupas daqui, mas não tenho onde secar. Porque então eles não secam as roupas? Eu moro ali e ali eu faço minha comida, to com feijao e carne de sol para fazer hoje à noite. Se eu não tenho e não preparo comida, ninguém vai me dar. E eu preciso comer".

Flertaço e Bancada Escuta são práticas que promovem uma ideia de política que não se limita à esfera institucional. Por um lado, a ocupação do espaço público aparece como uma prática para tornar visível a rua em sua multiplicidade de problemas e realidades, assim como potencialidades e criatividades. A ocupação desses espaços reforça a necessidade de sociabilidade e de relacionamento no exercício da cidadania, a fim de produzir uma outra perspectiva dos cidadãos sobre os espaços e seus habitantes. Por outro lado, a experimentação do diálogo cara-a-cara com os candidatos ativistas –sem a mediação de um conselheiro, de um secretário ou um porta-voz – reforça a prática de uma política que privilegia o relacionamento, através do olhar, da conversa e da presença, e incorpora os valores e os princípios defendidos pelo coletivo: transparência, horizontalidade, abertura, participação.

[14] A praça é frequentada por centenas de pessoas, principalmente porque está localizada entre uma parada de metrô e um terminal de ônibus e de trem. Além disso, abriga espaços sociais com bancos, pistas de skate, jardim compartilhado e brinquedos para crianças. Localizado em um bairro de classe média paulistana, também atrai dezenas de vendedores ambulantes. No dia da Bancada Escuta, duas crianças acompanhavam sua tia que vendia chocolates e, ao mesmo tempo em que a ajudavam, estavam muito entusiasmadas com as questões que estavam sendo colocadas pelos participantes do evento, respondiam euforicamente que o Largo da Batata pertence a todos que ali estavam. Essas crianças e sua tia costumam ir ao Largo da Batata durante o fim de semana, e para chegar lá, fazem uma viagem de ônibus que dura cerca de uma hora, sem trânsito.

A ÊNFASE NO COTIDIANO E A POLÍTICA DA EXPERIMENTAÇÃO

A possibilidade de outra forma de se fazer política será chamada aqui de política da experimentação. A experimentação refere-se à dimensão empírica da reivindicação. Constitui uma crítica ao "pensamento referencial"[15], questionando suas coordenadas, seus códigos, seus sinais e, mais amplamente, seu sistema normativo. Uma política da experimentação revela a necessidade de "acessar o mundo"[16], o espaço do discernimento, a arena pública para debater a semântica dominante, com o objetivo de reinventar outros espaços de interação e de decisão. É também por isso que a experimentação se opõe à repetição binária de se posicionar pró ou contra projetos políticos preconcebidos. A experimentação política diverge da política da representação na medida em que se trata de:

> (…) um retorno aos lugares onde as coisas estão acontecendo, onde a produção [de decisões] realmente acontece. Ou seja, não tende a propor algo novo, mas sim tomar o poder lá onde se passam, de fato, as coisas importantes (GUATTARI, 1978, pg. 8).

Nesse sentido, a experimentação enfatiza o tempo no presente e no cotidiano, convocando outra disposição temporal para a participação. Ao contrário, explica Guattari, a política da representação se limita aos espaços públicos tradicionais e subtrai o indivíduo do momento da ação e da decisão, sabendo que sua possibilidade de participação é limitada à escolha de um ou outro programa já concebido. Desta forma, o discurso da política da experimentação contrasta com o da política da representação porque evoca a responsabilidade e o poder de ação no presente. "Tem alguém decidindo por nós e não aceitamos que isso continue" afirma uma militante durante o 1° Encontro Nacional #Ocupa Política, Pé na Porta e Amor Pela Democracia, realizado de 7 à 10 de dezembro pela Bancada Ativista e outros movimentos de ocupação política. O processo subjetivo se transfere da busca por representatividade à construção de protagonismo. Nesse mesmo

[15] O sistema de "pensamento referencial", explica Félix Guattari, é fabricado por um conjunto de significados e normas, direciona o processo de subjetivação dos indivíduos, pré-organizando sua visão de mundo e suas categorias sociais. O pensamento referencial baseia-se na repetição de formas já conhecidas como aquelas encontradas na lógica do que Guattari chama de políticas de representação. Sobre o pensamento referencial, ver Félix Guattari « L'an 01 des machines abstraites », In: Revue Chimeres, julho de 1973.

[16] Emprestamos esse conceito de Günther Anders. In: **L'obsolescence de l'homme**, Ivrea Publishing, 2002, p. 135.

sentido, um militante da Bancada Ativista explica “Pessoas comuns fazem política todo dia, nós vamos falar por nós mesmos”, por meio de mandatos coletivos e por espaços colaborativos de participação. Trata-se aqui de mudar o discurso da política da representação que se constrói no futuro indisponível: “Ah ! Se eu estivesse no poder, eu faria isso ou aquilo” (GUATTARI, 1973). Contrariamente a esta posição temporal, Yves Citton, ao interpretar Guattari, explica que:

> Experimentar é constituir um contrapoder dentro mesmo das situações. Experimentar é se tornar uma nova forma de vida e de atividade, de pensamento e de criação. Experimentar é opor aos dispositivos de dominação um poder de autonomia e singularização. Experimentar é variar uma situação para modular as perspectivas (CITTON, 2012, 123).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em que sentido experimentar é um exercício de contrapoder? Em que sentido é um dispositivo de autonomia? As práticas observadas de participação e de sociabilidade realizadas pela Bancada Ativista despertam, impulsionam e celebram outras formas de experimentar a relação com os espaços da cidade e com a política institucional. Nesse sentido, propõem experiências políticas que não se concentram em um único partido nem em único programa que apareceria ao cidadão de forma definida. Ao contrário, promovem a escuta em diferentes territórios para dar luz à multiplicidade das ruas, assim como a construção coletiva de pautas advindas de diferentes lutas sociais, de diferentes militâncias, rejeitando a constituição de um líder ou de um representante que totalize o movimento.

A originalidade da Bancada Ativista está em se inserir na política institucional (apoiando candidaturas coletivas) sem se inscrever, no entanto, na lógica partidária do personalismo e da profissionalização da política. Como movimento suprapartidário, autônomo e autodeterminado, sua escolha de participação política não o afasta da competição eleitoral, pelo contrário, constrói seu espaço nas eleições legislativas, mas ao mesmo tempo, constituí uma rede relacional e social entre participantes, ativistas, voluntários e candidatos emergentes de diferentes ecossistemas urbanos. Este artigo propôs dialogar com a crítica de Félix Guattari sobre a política da representação para enriquecer a reflexão sobre o debate acerca da insuficiência deste modelo político como única forma de participação democrática.

A política da representação existe unicamente diante de duas dimensões: por um lado, pessoas que delegam, e por outro, aqueles que representam seus interesses, seus anseios, suas necessidades. Como abordado anteriormente, a fuga do tempo da ação (o presente) embutida no discurso do futuro indisponível, resulta no esvaziamento da responsabilidade do cidadão, na medida em que a decisão política é identificada no campo de ação do outro (do político eleito). Desta forma, o modelo representativo estimula uma visão limitada por escolhas binárias sobre projetos pré-concebidos, e cuja aplicação se passa em uma dimensão de tomada de decisão alheia ao cidadão e a seu cotidiano.

Por fim, o argumento defendido neste artigo sustenta que o processo de democratização brasileira implicou no engessamento da cidadania entendida como processo de constante construção de participação e de subjetivação política. Por isso, o retorno aos mecanismos de centralização de poder e de controle de participação fez-se necessário para anunciá-los, ulteriormente, como base da política da representação no Brasil, no sentido da crítica proferida por Guattari. Dessa forma, pretendeu-se associar os mecanismos brasileiros de reprodução social à limitação da participação política no sistema de delegação, que promove os vícios já elucidados no interior de uma democracia limitada e de uma cidadania regulada.

REFERÊNCIAS

ABELES Marc. **Penser au-delà de l'état**, Belin Littérature et Revues, 2014.

AGAMBEM G., BADIOU A., BENSAÏD D., BROWN W., NANCY J-L., RANCIERE J., Ross K. & ZIZEK S. **Démocratie dans quel état** *?,* La Fabrique, 2009.

ANDERS Günther. **L'obsolescence de l'homme**, Paris: Éditions Ivrea, 2002.

BLONDIAUX Loïc. La démocratie participative, sous conditions et malgré tout. Un plaidoyer paradoxal en faveur de l'innovation démocratique. In: **Mouvements**, 2/2007 (n° 50), p. 118-129.

BOLTANSKI Luc. **De la critique – précis de sociologie de l'émancipation**, Éditions Gallimard, 2009.

BRINGEL Breno & PLEYERS Geoffrey. Junho 2013…dois anos depois. Polarização, impactos e reconfiguração do ativismo no Brasil. In: **Revue Nouva Sociedad**, outubro 2015.

BRINGEL Breno. Miopias, sentidos e tendências do levante brasileiro de 2013, In: **Revue Insight Inteligência**, Julho, Agosto e Setembro 2013.

CARVALHO José Murilo de. **Cidadania no Brasil - o Longo Caminho**. Civilização Brasileira, 2008 (2001).

_____. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual. **Dados** 40(2), 1997, p. 229–250.

CITTON Yves. **Mythocratie, storytelling et imaginaire de gauche**, Éditions Amsterdam. CITTON Yves. **Renverser l'insoutenable**, Seuil, 2012.

DELEUZE Gilles & GUATTARI Félix. **Mille Plateaux**, Paris: Les Éditions de Minuit, 1980.

GOHN Maria da Gloria & BRINGEL Breno. **Movimentos sociais na era global**, Vozes, 2012.

GOHN Maria da Gloria. **Manifestações de junho de 2013 no Brasil e nas praças dos indignados no mundo**. Petrópolis: Vozes, 2014.

_____. **Teorias dos movimentos sociais : paradigmas clássicos e contemporâneos**, Edicões Loyola, 1997.

_____. **História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros**, Edicoes Loyola, 1995.

GUATTARI Félix & ROLNIK Suely. **Micropolitiques**, Seuil, 2007.

GUATTARI Félix. L'an 01 des machines abstraites. In : **Revue Chimeres**, disponível em: http://www.revue-chimeres.fr/drupal_chimeres/files/23chi03.pdf. Acesso em: 10/05/2015.

HABERMAS Jüngen. **L'espace public - Archéologie de la Publicité comme dimension constitutive de la société bourgeoise**, Paris: Payot, 1978.

HOLSTON James. **Cidadania insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

KOWARICK Lucio & FRUGOLI Heitor. **Pluralidade urbana em São Paulo – Vulnerabilidade, marginalidade, ativismos**, São Paulo: Editora 34, 2016.

LEAL Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto : o município e o regime representativo no Brasil***.* São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1976.

LIMONGI Fernando. Fazendo Eleitores e Eleições: Mobilização Política e Democracia no Brasil Pós-Estado Novo. In: **Revista Dados**, 2015, Vol. 58 no 2.

NEVEU Catherine. « E pur si muove ! », ou comment saisir empiriquement les processus de citoyenneté. **Politix** 103(3), 2013.

PLEYERS Geoffrey. Engagement et relation à soi chez les jeunes alteractivistes, In : **Agora Débat/Jeunesses** n.72, année 2016 [1].

PLEYERS Geoffrey & BRIEG Capitaine. **Introduction: Alteractivisme : comprendre l'engagement des jeunes***,* Agora débats/jeunesses, 2016, Volume 73, Numéro 2.

PLEYERS Geoffrey. Les jeunes alter-activistes : altermondialisme, indignés et transition écologique, In: BECQUET Valérie dir. **Jeunesses engagées***,* Paris: Syllepse, 2014.

RANCIERE J. **Aux bords du politique***,* Paris: La Fabrique, 1998.

ROUDET B. La démocratie est-elle un idéal commun aux jeunes Européens ?, ***Agora débats/jeunesses***, nº 67, 2014/2, p. 79-96.

SANTOS Wanderley Guilherme dos. **Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira***,* Ed. Campus, 1979.

SADER Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**, 1988.

SINGER Paul & BRANT Vinícius C. (org.). **São Paulo: O povo em movimento**, Editora Vozes, 1980.

SINGER André. Brasil, junho de 2013: clases e ideologias cruzadas*.* **Novos Estudos Cebrap** n.97 São Paulo: Nov. 2013.

SOUZA Maria do Carmo Carvalho Campello de. **Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964)**. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

WEFFORT Francisco Correa, Lamounier Bolivar & Benevides Maria Victoria (orgs). **Direito, Cidadania e participação**. Editora Tae, 1981.

WIEVIORKA, M. **La violence. Voix et regards**. Paris: Balland, 2004.

QUANDO AS PALAVRAS NÃO SÃO VAZIAS, NEM AS AÇÕES VIOLENTAS

Marcelo Rubin de Lima[1]

RESUMO: Este artigo investiga o diálogo profícuo entre conceitos de Hannah Arendt e Jürgen Habermas, especificamente é apresentado a discussão que Habermas trabalha a partir dos conceitos de liberdade política e livre-arbítrio de Arendt. Na obra “Direito e Democracia entre facticidade e validade” Habermas desenvolve sua teoria do direito e da justiça a partir dos conceitos de liberdade de Arendt que separa poder e violência. A distinção entre ação normatizada pela moral e pelo direito de Habermas coloca o direito como um *médium* capaz de influenciar os sistemas autônomos via as discussões de argumentos no mundo da vida. Desta forma, é possível avaliar a legitimidade de um poder a partir da harmonia que se estabelece entre o uso das palavras e a ação, e isso só é possível quando as palavras não são vazias, nem as ações violentas.

PALAVRAS-CHAVE: Liberdade, ação, moral e poder.

ABSTRACT: This article investigates the fruitful dialogue between concepts of Hannah Arendt and Jürgen Habermas, specifically the discussion that Habermas works from Arendt's concepts of political freedom and *liberum arbitrium*. In the book "Between Facts and Norms:Contributions to a Discourse Theory of Law and Democracy" Habermas develops his theory of law and justice from the concepts of freedom of Arendt that separates power and violence. Habermas propose the distinction between moral action and law functioning as a medium capable of influencing autonomous systems via arguments in the world of life. In this way, it is possible to evaluate the legitimacy of a power from the harmony that is established between the use of words and action, and this is only possible when words are not empty, nor violent actions.

KEYWORDS: Freedom, action, moral and power.

INTRODUÇÃO

Este artigo busca apresentar os conceitos de liberdade, poder e ação, orientados pela moral e pelo direito a partir da discussão que Habermas faz com Arendt em sua obra *Direito e Democracia, entre Facticidade e Validade* (1997). A obra de Hannah Arendt e Jürgen Habermas possue aproximações que, por vezes, não são devidamente destacadas e isso obscurece o entrelaçamento de conceitos entre os dois pensadores.

[1] Sociólogo com mestrado em Ciências Sociais na PUC-RS e doutorado em Sociologia na UFRGS. Este texto foi escrito durante o período sanduíche na Université Libre de Bruxelles - ULB, no Centro de Direito Público (CDP) e contou com apoio de uma bolsa da CAPES.

O diálogo teórico de Habermas com Arendt é profícuo. A obra de Arendt é um importante elemento na construção da teoria da sociedade civil de Cohen e Arato (2000), que é desenvolvida a partir de elementos do pensamento habermasiano, em especial, da ética do discurso (HABERMAS, 2013). O próprio Habermas, em “Direito e Democracia” (1997), sustenta alguns de seus conceitos a partir da discussão com o pensamento de Arendt e isso é possível, porque os autores compartilham uma epistemologia fenomenológica. Além disso, ligam-se a Sócrates, a Erasmo e entre outros pensadores que trabalham com a premissa de que o conhecimento e o pensamento são eminentemente sociais e intersubjetivos.

Consideramos, neste artigo, como ponto de partida que, tanto Habermas quanto Arendt, se dedicam a pensar os conceitos de liberdade e do novo radical em suas obras. Com Arendt, em seus trabalhos sobre as revoluções e sobre o totalitarismo, dois movimentos políticos inteiramente novos na História; e, com Habermas, no prefácio de “Direito e Democracia” (1997), busca-se demonstrar que sua teoria do agir comunicativo não é cega para a realidade das instituições. Contudo, o pensador concorda que “qualquer potencial de liberdades comunicativas traz em seu bojo certos germes anárquicos” (HABERMAS, 1997a, p. 11).

Em “Direito e Democracia” (1997), Habermas descreve que o direito positivo fundado na ética do discurso, a discussão livre na sociedade, tem a capacidade de conduzir as ações para resolver problemas de difícil avaliação que atingem as sociedades plurais. As sociedades democráticas e plurais são aquelas em que a força, o medo e a violência não regem a ação política e individual. Segundo Habermas, nestas sociedades, o direito representa uma ligação entre as discussões das esferas públicas e das esferas sistêmicas autônomas, o que permite que o direito estabilize a liberdade e o surgimento da novidade no seio social.

O pensador de Frankfurt pondera que, em uma sociedade complexa, com diferentes histórias de vida e com diversas convicções compartilhadas pelos cidadãos, a integração social não consegue se sustentar exclusivamente pela tradição ou pelos costumes. Habermas (1997a, p. 45), seguindo Durkheim, também não acredita que a estabilização social se dará apenas pela influência recíproca de atores orientados pelo sucesso, atores que perseguem um objetivo de vida particular. Além disso, Habermas identifica que as sociedades modernas possuem muitas discordâncias e não contam com instituições agregadoras e identificadoras incontestes. O artigo está dividido em duas partes, na primeira serão apresentados os elementos das noções de liberdade em Arendt. Na

segunda parte, são apresentadas as insuficiências que Habermas identifica nas concepções de Arendt e sua proposta para superar esses problemas. Para Habermas, o direito é um coordenador de ações complexas nas sociedades plurais.

A LIBERDADE POLÍTICA E O LIVRE-ARBÍTRIO SEGUNDO HANNAH ARENDT

Arendt destaca que “ser livre e agir são a mesma coisa” (2011, p. 199), assim, para a pensadora, a liberdade e a política são a própria ação. Arendt comenta que a política e a ação são inconcebíveis sem o conceito de liberdade. Afinal, para o homem exercer sua liberdade, ele deve se inserir em uma comunidade por suas próprias palavras e feitos. Para os gregos, a liberdade só pode ocorrer diante de outras pessoas livres e isso implica a existência prévia de um espaço em que possamos agir e exercer nossa liberdade.

A “liberdade política”, no pensamento arendtiano, também é ligada à faculdade humana de iniciar algo novo no mundo, o ato fundador de uma nova tradição, em sentido kantiano, isto é, como a condição de fazer algo que inicie uma nova série de eventos e que consiga proporcionar uma nova série de consequências. Este é o conceito arendtiano de *natalité*, o nascimento. A *natalité* se refere à seguinte consideração: os que nascem, além de receberem as tradições do passado, também trazem consigo o dom de introduzir a novidade sobre a terra.

Essa novidade que todo o nascimento propicia não é apenas a soma das circunstâncias do presente, é mais que isso, é o inteiramente novo, o impensável, aquilo que nem sequer é imaginado. Para exemplificar todo o potencial do conceito de *natalité*, Arendt destaca a frase dos evangelhos que diz: Uma criança nasceu entre nós. Lefebve (2014) comenta que este conceito também é ancorado no pensamento do filósofo Henri Bergson, que pensa a novidade de forma radical, como algo totalmente imprevisível. Desta forma, a ação que será inteiramente nova é totalmente livre se não preexistir, de nenhum modo, à sua realização. Esta ação não pode preexistir nem mesmo sob a forma de uma mera possibilidade. Seus realizadores não podem ter a menor ideia de que essa ação seja possível. Apenas sob essas condições é que uma ação poderá ser considerada totalmente livre. Arendt se refere, neste caso, a eventos que são imprevisíveis e impredizíveis. Eventos que quando acontecem “nos causam comoção e surpresa” (ARENDT, 2011, p. 216). Este imprevisível é como um evento miraculoso que ocorre devido a noção de liberdade que, do conceito da *natalité*, possui a faculdade da pura capacidade de começar. E isso representa

uma quebra nos processos automáticos de causalidade que são provocados pelo homem ou pelas forças da natureza.

Já o conceito de liberdade como "livre-arbítrio" encontra-se nos limites do pensamento arendtiano, ou seja, tanto em sua raiz, no seu início, quanto em seu final. Em seu último trabalho intelectual, Arendt visava ligar a ação ao pensamento buscando superar a tradicional separação entre o atuar politicamente e o pensar filosoficamente. O conceito de liberdade como livre-arbítrio, *liberum arbitrium*, também está ligado aos textos e aos conceitos mais controversos da pensadora, como é o conceito de "banalidade do mal", em que o mal é apresentado não como algo radical, profundo, mas, sim como algo que não tem raízes e está na superfície da vida social. Para construir o conceito de liberdade como livre-arbítrio, Arendt buscou em Sócrates as bases de sua reflexão, isso porque o filósofo de Atenas usou o livre pensar como forma de vida.

No entanto, Arendt (2000) comenta que o pensamento livre de Sócrates nada tinha a ensinar aos atenienses, pois é um pensamento que dá voltas. Sentado na praça, Sócrates fazia perguntas aos cidadãos às quais ele próprio não sabia a resposta e, quando as afirmações iniciais voltavam ao ponto de partida, alegremente convocava uma nova rodada de investigações intelectuais sobre o que é a justiça, a piedade e a coragem. Contudo, mesmo com um pensamento que dá voltas, como sabemos, Sócrates foi condenado à morte sob a acusação de corromper os jovens de Atenas.

Isso leva a pensadora alemã à conclusão de que "não há pensamentos perigosos, o próprio pensamento é perigoso" (ARENDT, 2000, p. 132). Para Arendt, "o pensamento é igualmente perigoso para todos os credos e, por si mesmo, não dá origem a nenhum novo credo" (2000, p. 133). É por isso que se não pensarmos em uma regra e apenas a seguirmos, isso será reconfortante porque eliminaremos o problema de pensar um caso particular para determinar uma ação qualquer. Por outro lado, esta postura também permite que não analisemos o conteúdo da regra em si, o que, para Arendt, nos levaria à perplexidade. Na base desta constatação de Arendt (2000, p. 131), está a noção socrática de que o pensamento lida com invisíveis em sua investigação, com palavras que estão em nosso cotidiano e quando vamos discutir os seus significados, estas palavras se tornam escorregadias, com sentido incerto. Sócrates usava a metáfora do vento para explicar o pensamento, pois "os ventos são eles mesmos invisíveis, mas o que eles fazem mostra-se a nós e, de certa maneira, sentimos quando eles se aproximam" (ARENDT, 2000, p. 131). Este é o vento do pensamento socrático, um pensamento que tudo varre.

Por isso, o vento do pensamento, quando surge, descongela o que a linguagem comum congelou e, assim, desfaz todos os significados anteriores do conceito que havíamos congelado em nosso cotidiano, isto é, as definições anteriores dos nossos conceitos cotidianos desaparecem quando exercitamos o ato de pensar. Neste sentido, foi o vento do pensamento que fez com que Newton, Galileu e Darwin, que eram religiosos, formulassem suas teorias mesmo que estas atentassem contra os principais dogmas da fé católica. Desta forma, a consequência do ato de pensar é que o pensamento "tem inevitavelmente um efeito destrutivo e corrosivo sobre todos os critérios estabelecidos, valores, padrões para o bem e para o mal, em suma, sobre todos os costumes e regras de conduta com que lidamos em moral e ética" (ARENDT, 2000, p. 131). Foi justamente este o efeito do vento do pensamento de Sócrates na sociedade de Atenas, um efeito de paralisia e despertar. Para Sócrates, o pensar é o maior bem concedido à cidade de Atenas.

O que queremos destacar é que a força do conceito de liberdade segundo o livre-arbítrio está na forma como Arendt descreve o pensamento. Para ela, quando exercemos o ato de pensar, de examinar conceitos e ações, estamos indo ao encontro da lei maior da terra que é a lei da pluralidade. Na teoria arendtiana, a natureza fenomênica do mundo e a questão da pluralidade são descritas da seguinte forma:

> Os homens nasceram em um mundo que contém muitas coisas, naturais e artificiais, vivas e mortas, transitórias e sempiternas. E o que há de comum entre elas é que aparecem e, portanto, são próprias para serem vistas, ouvidas, tocadas, provadas e cheiradas, para serem percebidas por criaturas sensíveis, dotadas de órgãos sensoriais apropriados. Nada poderia aparecer – a palavra "aparência" não faria sentido – se não existissem receptores de aparências: criaturas vivas capazes de conhecer, reconhecer e reagir – em imaginação ou desejo, aprovação ou reprovação, culpa ou prazer – não apenas ao que está aí, mas ao que para elas aparece e que é destinado à sua percepção. Neste mundo em que chegamos e aparecemos, vindos de lugar nenhum, e do qual desaparecemos em lugar nenhum, Ser e Aparecer coincidem. A matéria morta, natural e artificial, mutável e imutável, depende em seu ser, isto é, em sua qualidade de aparecer, da presença de criaturas vivas. Nada e ninguém existe neste mundo cujo próprio ser não pressuponha um espectador. Em outras palavras, nada do que é, à medida que aparece, existe no singular; tudo que é, é próprio para ser percebido por alguém. Não o Homem, mas os homens é que habitam este planeta. A pluralidade é a lei da Terra (ARENDT, 2000, p. 17).

Para Arendt, o próprio pensamento só se produz a partir da conversa que estabelecemos com a nossa consciência, e, neste sentido, o pensamento é plural porque ocorre no diálogo entre dois. Arendt identifica, em Sócrates, a origem do pensar, como exemplo, usa a célebre passagem do "Górgias" na afirmação de Sócrates, que diz:

> Eu preferiria que minha lira ou um coro por mim dirigido desafinasse e produzisse ruído desarmônico, e preferiria que multidões de homens discordassem de mim do que eu, sendo um, viesse a entrar em desacordo comigo mesmo e a contradizer-me (ARENDT, 2000, p. 136).

Nesta passagem, vemos que o ato de pensar é plural porque quando pensamos estabelecemos um diálogo com nossa consciência e, desta forma, justamente por ser um diálogo, mesmo que interno, temos uma pluralidade, este é o dois em um socrático. Em Sócrates, o ser Um é não estar em desacordo consigo mesmo reforça a noção de que para pensarmos dialogamos com nossa consciência. Isso indica que o pensamento se comporta como se fosse uma música e sempre devemos contar com dois tons para produzir um som harmonioso.

Decorre desta característica do pensamento o diálogo silencioso que estabelecemos com nós mesmos, a constatação de que, na maior parte das vezes, a liberdade como livre-arbítrio não traz benefício algum para a sociedade, pois não se liga diretamente às ações, ao contrário, o nosso pensar e agir está, na maior parte das vezes, em sintonia com as normas de conduta que são reconhecidas pelas multidões. Segundo o pensamento arendtiano, "a consideração de que eu tenho que poder conviver comigo mesmo não tem um aspecto político, exceto em situações-limite" (ARENDT, 2000, p. 144).

Essa exceção é importante destacar, pois estas "situações-limite" ocorrem no momento em que todos estão se deixando levar, impensadamente, pelo que os outros fazem e por aquilo em que os outros creem. Neste exato momento, quem pensa e está em conformidade consigo mesmo é obrigado a mostrar-se e, assim, essa pessoa deve assumir uma posição mesmo que essa posição fique em desacordo com a dos outros e é aqui que a recusa em aderir à maioria fica evidente, de modo que temos um tipo de ação guiada pelo diálogo do pensamento, uma ação que é de desacordo. Deste modo, em tais circunstâncias, o pensamento é eminentemente ação ligada ao político.

Para Arendt, o pensamento é o pré-requisito fundamental para o julgamento. O pensamento que tudo varre traz à superfície a faculdade do juízo, que Arendt considera a mais política das capacidades espirituais humanas. O juízo produzido, a partir do nosso diálogo interno, torna manifesto o pensamento no mundo da vida e isso ocorre mesmo quando nosso pensamento encontra-se em desacordo com o das multidões. O juízo é, assim, a faculdade que julga particulares sem subsumi-los à regra geral. Moraes descreve que, para Arendt, "o juízo é a faculdade que possibilita que nos pronunciemos sobre coisas ou situações particulares" (2000, p. xii). Neste sentido, a faculdade do juízo é a nossa habilidade espiritual que liga o pensamento à ação, pois é após o pensamento, a reflexão

de um caso particular, que podemos dizer: isto é errado, isso é belo. Para Benhabib (1988), a abordagem de Arendt permite trabalhar as inter-relações entre pensar e julgar como faculdades morais, assim, poderíamos manter um ponto de vista moral e universalista combinado com o reconhecimento do papel do juízo contextual nos assuntos humanos.

O DIREITO COMO COORDENADOR DE AÇÕES COMPLEXAS EM HABERMAS

Habermas (1997 b, p. 270) considera que Arendt conseguiu esboçar normativamente a produção comunicativa do poder legítimo na esfera pública, mas a posição da pensadora alemã ainda apresenta insuficiências para detectar como se dá a organização e a estabilização do poder e da liberdade em sociedades democráticas e plurais. Para Habermas, a posição de Arendt sobre o livre-arbítrio, a liberdade de pensamento e a liberdade política como ação apresenta insuficiência sociológica ao não esclarecer devidamente como os cidadãos que agem livremente fundam o direito legítimo, as leis, e como asseguram juridicamente a prática de sua autonomia política. Habermas identifica que o conceito de livre arbítrio de Arendt possui uma ligação muito tênue com a ação e não se manifesta com frequência, esse conceito só se manifestaria em situação limite, como nas revoluções.

Quanto ao conceito de liberdade política, Habermas considera que a ligação entre liberdade e política igualaria ação política à prática, o que eliminaria aspectos importantes da política que são valorizados pela tradição da Escola de Frankfurt. Este é o caso das ações estratégicas ligadas a política que também são geradoras de poder, ou ainda, da violência e da dominação estrutural na esfera pública. A equivalência entre liberdade e ação política produziria uma sociedade civil integralmente preenchida pela política e não haveria, assim, espaço para outras dimensões importantes da sociedade, como são as questões econômicas, por exemplo. Estes dois pontos serão apresentados a seguir: a) primeiro será apresentado os principais pontos da crítica de Habermas em *Direito e Democracia* (1997) da noção de liberade como ação política; b) serão apresentadas as dificuldades que Habermas identifica na ligação arendtiana entre a liberdade como livre arbítrio e a ação nas sociedades democráticas e plurais.

a) O problema da igualdade entre política, ação e liberdade:

Habermas compartilha com Arendt diversos conceitos como as noções de "formação de consensos", "espaço público", "intersubjetividade", "comunicação sem constrangimento", entre outros. Desse arsenal conceitual, Habermas se interessa pelo conceito de poder desenvolvido pela teoria arendtiana, "para Hannah Arendt, o fenômeno básico do poder não é, como para Max Weber, a chance de impor, no âmbito de uma relação social, a sua própria vontade contra vontades opostas" (HABERMAS, 1997 a, p. 187). Habermas retém da obra de Arendt a noção de que o poder político é ligado à ação livre e consciente de uma comunidade e que sempre se rebelará contra qualquer força que tente limitar a sua liberdade.

Desta forma, Habermas segue Arendt e pensa na ação política como uma força autorizadora que gera o direito legítimo. Nesse sentido, o poder nasce quando grupos se aglutinam em torno de um ideal que consideram justo, além disso, o poder desaparece logo que estes mesmos grupos se dispersam. Esta distinção estabelece que o poder sempre se manifesta em oposição às repressões e às violências que ameaçam a liberdade política. Arendt, para chegar a essa concepção teórica, buscou inspiração nos exemplos greco-romanos, na distinção autoridade e violência. Outra fonte de inspiração para essa concepção teórica foi as revoluções americana (1776) e francesa (1789) que, para Habermas, foram "atos instauradores de liberdade" (1997a, p. 187), pois foram os momentos em que os cidadãos se aglutinaram nas ruas para defender a sua liberdade. Assim, Habermas comenta que o poder surge do modo mais puro:

> [...] nos instantes em que revolucionários assumem o poder que está na rua; quando as pessoas decididas à resistência passiva opõem-se aos tanques estrangeiros, tendo como armas apenas as mãos; quando minorias convencidas não aceitam a legitimidade das leis existentes e se decidem a desobediência civil; quando, em meio aos movimentos de protesto, irrompe o puro prazer de agir (HABERMAS, 1997a, p. 188).

Para produzir seu modelo normativo político, Arendt buscou inpiração na Revolução Americana, de 1776, em que a ação dos revolucionários transformou as antigas colônias da coroa inglesa em corpos civis políticos autoconstituídos, dotados de uma lei pública que funda, estabiliza e limita uma nova estrutura política a partir da sociedade civil. Temos, assim, uma típica *res publica*. A revolução foi o ato fundador de algo inteiramente novo na

organização política até então conhecida. Desse ato que instituiu a liberdade, decorre a autoridade da constituição que será interpretada por um corpo político sem poder, a suprema corte. A interpretação constitucional que a corte faz da constituição cria uma nova tradição que determina e estabiliza a estrutura de poder do Estado.

Habermas critica a inspiração republicana de Arendt, porque, neste modelo, temos uma constante tensão entre a liberdade pública e privada limitadas pela autoridade de leis fundadas em uma constituição considerada sagrada. Para Cohen e Arato, “Arendt é totalmente consciente da dificuldade ou inclusive da contradição inerente a um projeto cuja finalidade é a incorporação do espírito revolucionário em instituições que perdurem” (2000, p. 229). Habermas, quando descreve o modelo republicano de Arendt, comenta que “a sociedade é por si mesma sociedade política, pois na prática de autodeterminação política dos sujeitos privados, a comunidade como que toma consciência de si mesma, produzindo efeitos sobre si mesma, através da vontade coletiva dos sujeitos privados” (HABERMAS, 1997 b, p. 20). Esta descrição coloca a perspectiva de que a sociedade se reapropria da burocracia do Estado, produzindo uma auto-administração descentralizada, e “isso pode transformar a sociedade numa totalidade política”.

Habermas descreve que, no modelo republicano arendtiano, a esfera pública política e a sociedade civil possuem um sentido estratégico que deve garantir o entendimento, a integração e a autonomia. Esta descrição indica que “civis livres e iguais se entendem sobre quais normas e fins estão no interesse comum de todos. Com isso, exige-se do cidadão republicano muito mais do que a simples orientação pelo próprio interesse” (HABERMAS, 1997 a, p. 335). Dessa forma, a escolha de Arendt em seguir como inspiração para seu modelo normativo político o exemplo republicano greco-romano coloca o agente diante de uma atividade política constante, exigente, que domina todas as dimensões da vida.

Para superar esse problema e para responder às exigências de integração das sociedades complexas, Habermas desenvolve sua análise do direito fundado comunicativamente com uma dupla base epistemológica. Ele combina uma epistemologia sistêmica, responsável pela ação nos sistemas complexos responsáveis pela reprodução cultural e material da sociedade, como são os sistemas econômico, político e o sistema do direito entre outros sistemas, em face a uma epistemologia fenomenológica, responsável por coordenar as ações no mundo da vida, a esfera de integração social em que os atores orientam suas ações pela razão comunicativa. Habermas utiliza esta dupla base epistemológica para descrever a interação dos indivíduos em sociedades complexas, pois:

> Sociedades modernas são integradas não somente através de valores, normas e processos de entendimento, mas também, sistemicamente, através de mercados e do poder administrativo. Dinheiro e poder administrativo constituem mecanismos da integração social, formadores de sistema, que coordenam as ações de forma objetiva, como que por trás das costas dos participantes da interação, portanto não necessariamente através da sua consciência intencional ou comunicativa. A "mão invisível" do mercado constitui, desde a época de Adam Smith, o exemplo clássico para esse tipo de regulamentação. Ambos os meios ancoram-se nas ordens do mundo da vida, integrados na sociedade através do agir comunicativo, seguindo o caminho da institucionalização do direito (HABERMAS, 1997a, p. 61).

O direito assume, na teoria habermasiana, o papel de um *medium* social, como o de um transformador que possibilita a ligação de diferentes mensagens normativas para os sistemas e o mundo fenomenológico. Isso ocorre, porque a base de validade do direito moderno é racional, tanto na esfera sistêmica autoproduzida, quanto no mundo da vida, orientado pela ação racional comunicativa sob os princípios da ética do discurso. Por isso, o direito consegue estabilizar uma ordem social descentralizada, com estilos de vida estruturalmente diferenciados e sistemas complexos com funcionamento autônomo, como é o sistema econômico.

b) A liberdade, como livre arbítrio, e a distinção entre moral e direito:

Como vimos, Arendt considera a liberdade como livre-arbítrio, como um pré-requisito fundamental para os julgamentos que o cidadão deve fazer em sua vida cotidiana. Isso ocorre, porque o pensamento descongela os conceitos do cotidiano e nos permite utilizar a faculdade do juízo. O juízo, ao conduzir nossa ação para contornar problemas, torna manifesto o pensamento no mundo dos fenômenos que é compartilhado por todos. Para Habermas, o que Arendt considera o pensamento, o livre-arbítrio, é descrito como a moral da razão.

Habermas critica a “moral da razão”, ou o livre-arbítrio arendtiano, por este sobrecarregar a capacidade analítica dos indivíduos quando são obrigados a avaliarem questões complexas ou quando um conflito ultrapassa o contexto das interações cotidianas dos cidadãos, ou seja, nos momentos em que devemos tomar uma decisão sobre uma ação que não está no horizonte de uma comunidade determinada. Este é um problema que se refere à questão de como aplicar uma norma e de como motivar os cidadãos para a ação.

Para Habermas, a moral da razão no pensamento arendtiano não indica como os cidadãos devem coordenar seus esforços para realizar uma norma de caráter universal, como é:

> O dever inequívoco, por exemplo, de impedir que o próximo anônimo morra de fome, contrasta gritantemente com o fato de que milhões de habitantes do Primeiro Mundo deixam perecer milhares de pessoas nas regiões pobres do Terceiro Mundo. A própria ajuda caritativa somente funciona através da organização; o desvio de mantimentos e medicamentos, de roupas e infraestruturas, ultrapassa em muito as iniciativas e o espaço de ação dos indivíduos [...]. Quanto mais a consciência moral se orienta por valores universalistas, tanto maiores se tornam as discrepâncias entre exigências morais inquestionáveis e coerções organizatórias, que constituem obstáculos às transformações. Deste modo, as exigências morais, que têm que ser preenchidas através de cadeias de ação anônimas e realizações organizacionais, só encontram destinatários claros no interior de um sistema de regras autoaplicáveis (HABERMAS, 1997a, p. 152).

Dessa forma, a "moral da razão" faz com que as pessoas que buscam agir amoralmente diante de muitas exigências motivacionais, cognitivas e organizatórias, que, na posição de Habermas, são resolvidas pelo sistema do direito. Isso ocorre no momento em que a tradição e os costumes não conseguem dar respostas satisfatórias aos problemas complexos das sociedades plurais. Quando as disputas são carentes de interpretação normativa, as decisões das instituições jurídicas significam um alívio para o indivíduo.

Para Habermas, a moral e o direito são como dois tipos de normas de ação que agem lado a lado e por vezes se complementam. Desta forma, podemos notar que as normas morais não são as bases das normas jurídicas. O direito não está subordinado à moral. Isso indicaria uma característica pré-moderna do direito, visto que, se o direito é a concretização de uma moral no mundo dos fatos humanos, o direito seria originário de um mundo das ideias que pairam sobre nós e esta é uma noção metafísica que indica um ordenamento ideal fixado à revelia da ação e da razão humana fundada na liberdade.

No pensamento habermasiano, as normas morais se dirigem a todos os indivíduos, pois são universais e as normas do direito se dirigem apenas aos membros de uma determinada comunidade jurídica delimitada. Dessa forma, as normas morais atuam somente no mundo da vida, enquanto as normas do direito não se limitam ao mundo da vida, também atingem a esfera dos sistemas, como são os sistemas orientados pelo poder e pelo dinheiro. Nesse sentido, para Habermas (1997a, p. 140), o direito se parece como uma ponte que localiza a moral em uma determinada comunidade de sujeitos imputáveis e em um determinado tempo histórico.

No mundo da vida habermasiano, há diferenças entre a ação normatizada moralmente e a ação normatizada a partir do direito. Quando escolhemos realizar uma ação moralmente motivada, no sentido kantiano, fazemos isso porque pensamos que esta ação é correta e generalizável, afinal, um princípio moral deontológico não pode ser usado com relação a algum fim específico ou como uma maneira para conseguir um bem, mesmo que este bem seja um bem comum. Ao contrário, no direito sustentado pela razão comunicativa, os fins e os bens coletivos que uma norma visa são um componente importante na aceitação social desta norma. Disso decorre que uma norma moral possui um nível de abstração maior que uma norma do direito. A norma moral deve ser universal, visto que se refere e revela um interesse comum geral amplo, algo que, de tão amplo, é quase virtual.

Por sua vez, a norma do direito refere-se a uma comunidade jurídica delimitada, e, em geral, está ligada a solução de um problema concreto. Desta forma, a norma do direito persegue a realização de um fim ou a distribuição de um bem comum a todos os membros de uma mesma comunidade política e jurídica, por isso, para Habermas, “a legitimidade do direito não tem o mesmo sentido que a da moralidade” (1997a, p. 196). É certo que normas morais são próximas e, em geral, podem estar em sintonia com as normas jurídicas, porém, a norma do direito apoia sua legitimidade não na descoberta de uma ação generalizável, mas, sim, na construção racional da norma. Esta construção se dá a partir dos processos do agir comunicativo, no debate de argumentos racionais entre os membros de uma determinada comunidade.

Assim, na teoria habermasiana, a moral influencia o mundo da vida sem ser dirigida para um fim específico. A moral é mais abstrata e universal que o direito. Isso significa que um francês e um belga podem compartilhar dos mesmos preceitos morais, fundados na religião cristã, judaica ou islâmica. Contudo, o cidadão francês e o belga não compartilham o mesmo direito, pois pertencem a sistemas políticos jurídicos diferentes. Por outro lado, o direito, embora restrito a uma comunidade jurídica e política específica, tem a capacidade de influenciar as ações dos cidadãos no mundo da vida e na esfera dos sistemas autônomos e complexos a partir da determinação do que é lícito e ilícito.

Desse modo, o código do direito se abre tanto para o mundo da vida quanto para a esfera dos sistemas. Com isso, o direito se torna a linguagem que consegue atingir toda a amplidão da sociedade. Sendo assim, todos os conflitos sociais do mundo da vida que são traduzidos para a linguagem do direito conseguem influenciar os sistemas políticos e econômicos. E é neste momento que o direito age como um protetor da liberdade, quando um grupo de pessoas forma um consenso comunicativo em torno de uma ideia que

reivindica o reconhecimento de um estilo de vida diferente e inovador, quando há uma dignidade ferida, ou quando uma antiga norma é colocada em questionamento. Nestas situações, o direito deve se abrir para a novidade que os cidadãos compartilham entre si no mundo da vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os conceitos de liberdade, poder, ação e moral trabalhados por Arendt e Habermas apontam para instigantes questões e podem ser usados em pesquisas empíricas que investigam os processos democráticos, a ação nos tribunais ou a conduta dos juízes. A capacidade heurística desses conceitos possibilita novas descrições e narrativas de fatos desconcertantes das sociedades democráticas e plurais, como é a cristalização no debate político de argumentos inovadores que apontam para soluções inéditas que nos causam espanto e surpresa.

Essas questões são pertinentes para o pesquisador que se dedica a estudar como as ações são coordenadas em uma sociedade sem a mobilização da força, violência ou coerção física. Como vimos em *Direito e Democracia* (1997), o pensamento habermasiano coloca que os argumentos do mundo da vida são os motivos para ação, por isso, para Habermas, é possível avaliar a legitimidade de um poder a partir da harmonia que se estabelece entre o uso das palavras e a ação, e isso só é possível quando “as palavras não são vazias, nem as ações violentas” (HABERMAS, 1997a, p. 189). Esta distinção permite situar o poder ao lado do direito, e não ao lado da força, porque ambos, poder e direito, são ligados naturalmente ao agir comunicativo, que tem como seu primeiro pilar, a liberdade.

REFERÊNCIAS

ARATO, A. COHEN, J. **Sociedad civil y teoría política**. México D.F.: Fondo de cultura economica, 2000.

ARENDT, H. **A vida do espírito**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

_____. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

_____. **Origens do totalitarismo: Anti-semitismo, imperialismo, totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. **Condition de l'homme moderne**. Paris: Calmann-Lévy, 1983.

_____. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2011.

_____. **La vie de l'esprit**. Paris: Puf, 2005.

_____. **La crise de la culture**. Paris: Folio Essais, 1995.

_____. **Responsabilité et jugement**. Paris: Payot, 2005.

_____. **Eichmann à Jérusalem. Rapport sur la banalité du mal**. Paris: Gallimard, 1966.

BENHABIB, S. Judment and the moral foundations of politics in Arendt's Thought. **Political Theory**, v. 16, n. 1, p. 29-51, 1988.

HABERMAS, J. **A ética da discussão e a questão da verdade**. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

_____. **Direito e Democracia. Entre facticidade e validade**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997a. V. I.

_____. **Direito e Democracia. Entre facticidade e validade**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997b. V. II.

LEFEBVE, V. **Politiques des limites, limites de la politique. La place du droit dans la pensée de Hannah Arendt**. Thèse de Doctorat, Faculté de Droit et de Criminologie, Université Libre de Bruxelles, ULB, 2014.

MORAES, Eduardo Jardim de. Prefácio à edição brasileira. In: ARENDT, H. **A vida do espírito**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

REDES DE APOYO Y MIGRACIÓN DE PASO:
una perspectiva desde los estudios culturales

Fanny Margot Tudela Poblete [1]

RESUMEN: Las practicas intelectuales que tienen como objetivo explicar el fenómeno migratorio en su mayoría se construyen desde paradigmas económicos, geográficos o políticos, pero no siempre se toma en cuenta que existen causas, lazos e interacciones sociales y culturales, como por ejemplo la tradición de cruzar las fronteras al llegar a la mayoría de edad. En este documento se presenta un esbozo sobre la migración de paso en México, realizada por los centroamericanos sin pasar por controles migratorios y así mismo se presenta a los colectivos de apoyo y protección (como las casas del migrante) que se van a conformar alrededor de estos sujetos, mediante una visión construida desde los estudios culturales. Autores como Hall y Eagleton son recuperados en este texto para hablar sobre las dimensiones culturales, Giménez si bien su enfoque es espacial/territorial ofrece la relación entre cultura y territorio desde lo simbólico. Es importante aclarar que de manera transversal se toma en cuenta el enfoque de Norman Long sobre la agencia de los actores, en este caso las personas que conforman los colectivos.

PALABRAS CLAVES: Estudios culturales, migración de paso, redes, apoyo, colectivos.

INTRODUCCIÓN

La sociedad actual se encuentra inmersa en un sistema económico y político conocido como globalización, este sistema mundial como lo llama Wallerstein (en Beck, 1998: 56) trae consigo discursos ambivalentes sobre el progreso tecnológico para la mejora de la calidad de vida, así como la apertura de fronteras a capital económico o tecnológico, pero por otro lado se presentan nuevas desigualdades sociales como la aplicación de políticas migratorias severas que limitan, discriminan y penalizan a aquellos que no cumplan con los elementos establecidos o los que se opongan al progreso.

El fenómeno migratorio actual se normaliza a escala mundial con la globalización, las personas se trasladan de un lugar a otro por diversas razones principalmente laborales o en busca de una mejor calidad de vida, un ejemplo de ello son los centroamericanos que viajan a Estados Unidos de manera no documentada, es decir aquellos que no cumplen con los requisitos establecidos en las políticas migratorias y cruzan fronteras sin pasar por

[1] Estudiante del Doctorado en Ciencias Sociales de la Universidad Autónoma de Nayarit. margottudela@hotmail.com

los controles migratorios. Es necesario mencionar que este tipo de migrantes se encuentran a su paso con múltiples situaciones que vulneran y afectan su calidad de vida, que van desde la discriminación por ser distintos, hasta la muerte a mano de organizaciones delictivas (sin dejar de lado las condiciones naturales como el sol, la lluvia o el frio).

Los sujetos que migran de manera no documentada, como los centroamericanos buscan formas alternativas de cruzar las fronteras de por lo menos tres países, incluyendo México, que por su ubicación geográfica está en su camino para llegar a Estados Unidos, enfrentándose a situaciones de violencia que vulneran su calidad de vida. A consecuencia (tal vez indirecta) de esto, surgen actores que intervienen para proteger, ayudar o subsanar estas vulnerabilidades en su paso por México.

Para comprender este fenómeno no es suficiente con la visión económica o política, para lograr una visión más completa es importante tomar en cuenta dimensiones como la social y la cultural para entender no solo la migración, sino también la conformación de redes de apoyo o protección que se llegan a formar entre los migrantes, colectivos de protección e instituciones nacionales o internacionales.

Por ello el presente texto construye un dialogo entre los estudios culturales, las teorías centradas en el actor y la realidad. El texto está dividido en dos secciones: la primera presenta una contextualización del contexto migratorio y las vulnerabilidades a las que se enfrentan los migrantes centroamericanos; en la segunda sección se presenta una caracterización de los colectivos de apoyo y las redes formadas en este tipo de migración, sin dejar de lado la transversalidad de los estudios culturales.

MIGRACIÓN Y LA SOCIEDAD GLOBALIZADA

A decir de Hall (2010) los estudios culturales comienzan realmente cuando se tratan de analizar los cambios significativos de la sociedad, como podría ser el disparo de migrantes que no viajan por motivos económicos, sino por tradición, estos elementos no se les podía dar explicación con las teorías existentes ya que toma en cuenta elementos que otros paradigmas no tocaban como la identidad, la influencia del mercado en las relaciones sociales, la globalización y los sentimientos, así como la identificación de problemas y soluciones en comunidades que están separadas territorialmente o que ni siquiera se conocen.

Un ejemplo de ello son los migrantes a nivel mundial, si bien es cierto desde principios de la humanidad, ya se migraba en busca de comida o agua, hasta la exploración

de climas y territorios diversos, en los últimos años la migración ha crecido, según la Organización Internacional para las Migraciones (OIM), esto se volvió fundamental desde principios del siglo XXI, llegando al 2014 a un aproximado de 214 millones de migrantes, de los cuales el 54% se encuentra de manera ilegal o no documentada en el país al que migran (OIM, 2015).

La migración en su mayoría se encuentra influenciada por contextos de pobreza extrema, movimientos sociales y protestas a un sistema económico y político desmedido y de despojo. En México, el fenómeno migratorio principalmente se da de dos maneras, aquellos mexicanos que viajan a Estados Unidos y los centroamericanos que transitan por el país con el mismo objetivo, ambas migraciones tienen como principal motivo la búsqueda de una mejora económica, pero al mismo tiempo como algo "común" en una época globalizada.

La globalización lleva a los sujetos a migrar para mejorar sus condiciones de vida, incluso si corren peligro, Melvin un migrante hondureño narra como las construcciones culturales en su lugar de origen llevan a los sujetos a migrar y se van pasando información y diversos valores como él le llama;

> Se podrán romper nuestros zapatos, pero jamás los sueños que nos mantienen en este viaje (…) En "La Bestia"[2], las personas se tienen que turnar para vigilar el sueño de los otros y advertir los peligros que pudieran observar en el camino. (Hinojo, 2013).

Tomando en cuenta que para Long (2007:48) la agencia de las personas surge de la capacidad de procesar la experiencia social y diseñar estrategias para enfrentarse a la vida, aunque se encuentren en formas extremas de coerción como lo es no tener dinero o ser menor de edad, si bien es cierto que muchos de los que cruzan fronteras de manera legal o ilegal lo hacen por maneras económicas y en busca de una mejor vida, también hay otros que lo realizan porque no tienen más opciones.

También existen aquellos que son influenciados por la "tradición" social para migrar en un tiempo o a un lugar determinado, por ejemplo, comunidades en México como Tejupilco (en el Estado de México) en donde el migrar a Estados Unidos es parte del ritual de los niños para convertirse en hombres, "antes las mujeres lloraban cuando sus esposos se iban al Norte, ahora lloran cuando no se van" (Alarcón, 2016: 33)

[2] Mote que se le da a los trenes en los que viajan los centroamericanos ya que cruzan todo el país, debido a las muertes que han ocurrido en ellos, son vagones de carga que no están adaptados para el transporte de pasajeros.

Para Wallerstein y Rosenau (en Beck, 1998) la globalización es resultado de un conjunto de condiciones políticas a nivel internacional y que los Estados- Nación negocian o permiten la conformación de redes y dependencias entre ellos, “la globalización presupone, por así decir, el permiso tácito para la globalización por parte del Estado nacional” (Beck, 1998: 63). En otras palabras, con la globalización se apertura las fronteras establecidas por los Estados para el libre intercambio de elementos económicos, políticos sociales e incluso culturales.

La migración no documentada por parte de los latinoamericanos, algunas veces se hace parte de la sociedad que se habita, es decir, muchos de los que deciden migrar lo hacen por ser vistos de alguna manera por su comunidad o tener un estatus diferente, convirtiéndose esto en tradición. Esto tiene relación directa con el paradigma de los estudios culturales ya que estas normas sociales se internalizan por medio de la interacción cultural.

Estas normas o tradiciones asociadas a las necesidades básicas (Kellner en Castro-Gómez, 2000: 5), que, construidas por una cultura hegemónica en un mundo globalizado trastocan a los sujetos principalmente por la media y la producción de consumo, no teniendo todos los sujetos la misma posibilidad de cubrir sus necesidades.

> En las comunidades donde la migración internacional está totalmente integrada a la cultura, los hombres jóvenes, al convertirse en adultos, no consideran otras opciones; asumen que deben migrar como preparación para el matrimonio y que se irán al extranjero frecuentemente, acorde con las necesidades de su familia y el cambio en sus circunstancias personales. (Cohen en Tapia, 2017:110)

Los Estudios Culturales, pueden analizar un fenómeno social por medio de instrumentos como la cultura medial, las industrias culturales o la cultura visual entre otros. Castro- Gómez (2000), refiere estos elementos como necesarios para observar la ideología dominante en una cultura, como Althusser lo menciona, está se va intercalando con valores, normas morales o el pensamiento de los sujetos, es decir, estos se ven *seducidos* por la ideología y la cultura hegemónica en un contexto social determinado, que, en el proceso globalizador actual, se observaría como relación de ideologías múltiples.

La Red de Documentación de las Organizaciones Defensoras de Migrantes (REDODEM) registró en el 2014 un aproximado de 31,894 deportaciones, por otro lado, el Instituto Nacional de Migración (INM) declara que en el 2016 se deportaron un total de 35 mil personas de origen centroamericano que estaban en México de manera irregular o no documentada.

Con estas cifras no solo se brida un panorama de la magnitud del fenómeno migratorio de paso, sino que se pone en evidencia el constante intercambio cultural entre mexicanos y centroamericanos, para efectos de este texto se entiende por cultura “aquellos patrones de organización, aquellas formas características de la energía humana que se pueden detectar revelándose en todas las prácticas sociales.” (Hall, 2010: 32)

Con relación a lo mencionado por Hall, el intercambio de culturas es intrínseco en México, si se toma en cuenta que entre 150 y 400 mil sujetos entran por la frontera sur (principalmente Chiapas y Tabasco) para cruzar un aproximado de 1,138 kilómetros por el territorio mexicano para llegar a Estados Unidos, en su paso por México se encuentran con múltiples situaciones violentas y relaciones de poder que los posiciona en un lugar menor al mexicano.

La “cultura es el verdadero mecanismo de lo que más tarde se llamará “Hegemonía” algo que conforma a los sujetos humanos a las necesidades de un nuevo tipo de gobierno” (Eagleton, 2001: p. 21) en este orden de ideas la cultura y sus prácticas legitimarían los discursos de odio de Donald Trump contra los migrantes latinoamericanos (legales o no) , bajo el esquema de diferenciación, es decir, al marcar esto que los separa de la cultura hegemónica estadounidense estaría marcando desigualdades que pueden ser sociales, laborales, políticas e incluso violentas.

En este caso la cultura tiene como resultado un primer nivel de vulnerabilidades como lo es la discriminación por “ser centroamericano” ya que por este hecho:

> Son forzados a trabajar en la industria, el campo o los servicios, a cambio de un pago muy bajo, llegando a sufrir daños físicos y emocionales, entre otro tipo de violaciones a sus derechos humanos, todo ello por parte de la sociedad, gobierno, sus propios compañeros y de los llamados "polleros", estos datos de acuerdo con el Informe del Relator Especial sobre los Derechos Humanos de los Migrantes, en su misión a México (Bustamante en Fuentes-Reyes & Ortiz-Ramírez, 2012: 166)

En relación con este tipo de discriminación el intercambio cultural trae consigo poder político, pero al mismo tiempo solidaridad y comunidad para los estudios culturales, es decir, la discriminación cultural y social de los mexicanos hacia los centroamericanos tiene que ver con las diferencias sociales construidas por diferentes medios (comunicación, tradiciones, etc.) y las relaciones desiguales se van a desarrollar en las pautas culturales en determinados espacios y temporalidades, tal como lo menciona Gramsci al presentar las relaciones de dependencia y desigualdad que se vivían en Italia, pero que se manifestaban en legitimaciones sociales o institucionales.

Algunos otros actos violentos en contra de los migrantes se han mediatizado en como la masacre de 72 migrantes en el año 2010, que fueron secuestrados, torturados y asesinados al igual que "en abril de 2011: el hallazgo de ciento noventa y tres (193) cuerpos en fosas clandestinas, igualmente, en el municipio de San Fernando, Tamaulipas. En mayo de 2012: el caso de los cuarenta y nueve (49) torsos abandonados en el municipio de Cadereyta, Nuevo León (REDODEM, 2015: 10).

Otro tipo de violencia hacia los que cruzan la frontera mexicana hacia Estados Unidos es la ejercida en o causada por la infraestructura ferroviaria conocida como *la bestia*, está conformada por trenes de carga que atraviesan todo el territorio mexicano, muchos de los migrantes centroamericanos viajan en sus vagones ya sea porque no les genera ningún costo, les evita caminar mucho o como ritual de madurez.

En estos vagones se corre el riesgo de caer y ser mutilado por el tren ya que no están adaptados para el transporte de personas, o al montarlos en movimiento, pero también son arrojados por personas de grupos del crimen organizado al no pagar *las cuotas*[3] o no dar los *códigos*[4]. La infraestructura ferroviaria muchas veces conforma la periferia de las ciudades, otras veces cruza localidades. No se sabe a ciencia cierta cuáles son las rutas por las que migran los centroamericanos, pero existe consenso por dos rutas principales, ambas comienzan en la frontera sur, Chiapas: la *Ruta del golfo* y la *Ruta del pacífico*.

Estos son solo unos ejemplos de los actos violentos ante los que se enfrentan los migrantes centroamericanos en su paso por México, pero que tienen relación directa con las construcciones sociales y culturales no solo en este país, sino en el mundo, actualmente los discursos del presidente de Estados Unidos, Donald Tremp, vienen acompañados de políticas migratorias severas y en ocasiones llenas de racismo y xenofobia.

Con relación a esto Eagleton (2001) refiere que la cultura, tienen directa interrelación con la violencia ya que es una relación de construcción/producción constante con el sujeto y que tiene representaciones que no siempre ayudan a las personas, este autor recupera a Gramsci para hablar del referir el racismo expresado de una manera violenta, como fue en la época fascista en Italia y actualmente en México y Estados Unidos.

La cultura si bien es el conjunto de valores y tradiciones, también ayuda a legitimar una dominación sobre cierto sector como en este caso son los centroamericanos en su

[3] Cantidad que cobran a los centroamericanos los grupos delictivos o algunas personas de instituciones mexicanas para dejar subir al tren o pasar determinados lugares

[4] Números telefónicos de su país de origen, los grupos delictivos los piden para extorsionar a los familiares.

paso por México, al mismo tiempo legitima la coerción o la violencia sobre estos, la cultura no solo es observada como características de sociedades específicas, por el contrario, es vista como aquella que está presente entre dimensiones como la política y que puede legitimar o no actos institucionales, sociales e incluso económicos.

Si bien es cierto la cultura tiene un gran peso en la dominación, tomando en cuenta lo mencionado por Long (2007: 50) también puede servir para que los actores, en este caso los migrantes centroamericanos, establezcan redes y realicen actos como contrapeso a su dominación, como por ejemplo el que se conformen colectividades alrededor de los migrantes de paso para darles de comer o un lugar donde dormir, porque han sido "criados".

REDES DE PROTECCIÓN ALREDEDOR DEL MIGRANTE DE PASO

Hall (2010) refiere a la cultura como medio de transporte para ideas radicales o contraculturales, que van a tratar de modificar su realidad social, a decir de este autor la cultura también puede traer una acción o movilización de los sujetos en colectivo para resistir a esta dominación, es decir, existe una constante tensión entre la producción de cultura y la desigualdad, como en este caso los albergues y demás colectivos que apoyan y protegen a los migrantes centroamericanos en su paso por México.

Los migrantes centroamericanos en su paso por México no interactúan únicamente en *la bestia* o entre sí; en su tránsito hacia Estados Unidos van encontrando puntos en donde se relacionan con las personas que habitan el territorio nacional, ya sean retenes aduanales o algunos otros en donde para el tren y se bajan a descansar, también existen otros puntos como los albergues y las casas del migrante. ¿De dónde surgen estos colectivos?

Retomando la idea de Hall de que la cultura es un elemento importante en la construcción de actos colectivos de resistencia, protección o transformación de la realidad social, entonces la cultura tiene un papel fundamental en la construcción de albergues o la conformación de colectividades que protegen al migrante en su paso por México.

Para Giménez (2005), la cultura se encuentra reflejada en la construcción de identidades y tiene su origen en formas culturales y la relación de los actores (en este caso los colectivos) con su entorno material, como por ejemplo el territorio por donde pasan los migrantes, así como su entorno social, marcando lo que denomina *fronteras* entre las otredades por medio de rasgos distintivos o elementos que diferencian y contrastan; relaciona a la identidad con la cultura por medio de los comportamientos, las prácticas y los

significados compartidos, en otras palabras, la identidad no puede construirse lejos de la cultura.

En México existen varias colectividades que apoyan y protegen al migrante centroamericano, hasta el 2012 se tenía registro de 29 lugares donde los migrantes podían descansar, alimentarse o recibir apoyo médico en caso de que lo necesitaran (ONU, 2015), estos lugares eran administrados por instituciones gubernamentales, religiosas, organizaciones civiles o particulares, en la actualidad no todos siguen existiendo y han surgido nuevos.

Estos lugares tienen como objetivo apoyar a los migrantes de paso en México y reducir el impacto de la violencia, las lesiones o muertes causadas por la situación en la que se encuentran o a causa de organizaciones delictivas o gubernamentales. Varios de los albergues o casas del migrante se conforman en un principio por motivos religiosos (Casa del Migrante Scalabrini, La 72, Hermanos en el camino, Casa esperanza, etc.) y/o como respuesta a una indicación organizacional de la iglesia católica. Algunos de ellos, al paso del tiempo, se van a organizar de manera diferente y preponderan voluntarios de la sociedad civil.

Para Giménez (2005) los elementos compartidos de los sujetos pueden aportar una fuerza motivacional que lleve a los individuos a actuar de alguna manera, asociando los símbolos y sus significados, en el caso de las colectividades alrededor de los migrantes, la mayoría están conformados en puntos determinados que tienen relación directa con la migración, por ejemplo en territorios cerca del paso de la bestia (Las Patronas) o en puntos fronterizos (La 72), en ambos casos el territorio es un símbolo cultural que conlleva a la acción.

> La cultura no debe entenderse nunca como un repertorio homogéneo, estático e inmodificable de significados. Por el contrario, puede tener a la vez “zonas de estabilidad y persistencia” y “zonas de movilidad” y cambio. (Giménez, 2005: 3)

En este tenor, la cultura y la creación y el intercambio de símbolos entre sujetos llevan a una movilidad y una apertura de ideas, según datos del Colegio de la Frontera Norte (COLEF), entre el 2010 y el 2014 los migrantes centroamericanos que llegaron a Estados Unidos mencionaron haber recibido algún tipo de ayuda, principalmente por las casas de migrante y los albergues temporales (Ley & Peña, 2016: 37).

La mayoría de estas colectividades son conformadas por sujetos que observan o viven las consecuencias de la implantación de políticas migratorias severas, ya sea por

tener algún familiar o conocido que está en situación de vulnerabilidad o por cercanía del fenómeno, el presente texto tiene como objetivo el presentar lo concerniente a la creación de colectividades, formación de redes o intercambios de recursos que lleven a los actores (sujetos activos) a subsanar situaciones que el Estado no realiza como protección de los migrantes no documentados, para de este modo presentar las acciones colectivas de resistencia y protección que estos llevan a cabo.

La cotidianidad va afianzando la construcción de colectivos alrededor del migrante por medio de elementos culturales, un ejemplo de ello son los elementos que llevan a *Las patronas* a alimentar a los migrantes que pasan por su comunidad:

> Norma Romero Vázquez y un grupo de mujeres de su familia cocinan diariamente, en una cacerola de casi un metro de diámetro, el arroz que más tarde reparten en bolsas de plástico a migrantes centroamericanos que viajan en tren rumbo a Estados Unidos (CNN, 2013).

Otro ejemplo de las acciones en torno a los migrantes es la construcción de albergues en donde los migrantes pueden descansar o curar los daños causados por la bestia o por caminar muchos kilómetros;

> La Casa del Migrante Scalabrini, Albergue Belén, empieza su servicio en la Diaconía del Camino el 1 de enero de 1997, por iniciativa de la Diócesis de Tapachula y bajo la dirección de un sacerdote español, el P. Juan José, que había seguido a miles de personas refugiadas guatemaltecas que buscaban protección en esta parte de la frontera. En 1998 la Congregación Scalabriniana asume la dirección de la Casa del Migrante de Tapachula bajo la dirección del P. Flor María Rigoni, quien da un impulso nuevo a la acogida y a los servicios en general (OIM, 2015: 4).

La mayoría de estos albergues tienen en común a la religión, pero no todos los que pertenecen o trabajan en ellos comparten el mismo credo, pero esto habla de que se comparten elementos en común que no siempre vienen de la misma cultura, como la participación de voluntarios extranjeros en *La 72* de Tenosique, que muchas veces no hablan español o no conocen la comida del país, pero que van a interactuar e intercambiar elementos culturales mediante una acción.

Muchos de estos colectivos, podría decirse que todos, están conformados por personas que tienen recursos limitados (dinero, educación, idioma), pero que actúan por la identificación y la empatía con el otro además de contar con elementos como los mencionados por Long: “la vida social nunca es tan unitaria para ser construida en un solo tipo de discurso, aunque restringidos en sus opciones, los actores siempre encuentran

algunas maneras alternativas de formulación de sus objetivos." (2007: 52). En otras palabras, los elementos culturales pueden ayudar a la construcción de la agencia.

Entonces, Los actores se conforman en colectivos en un territorio determinado y construyen redes para llevar a cabo sus acciones, se organizan y toman decisiones para resolver situaciones que tal vez no les impactan de manera directa, pero que surgen en un contexto particular como lo podría ser la cercanía a un paso de tren o vivir en un estado fronterizo.

Esta multiplicidad de factores en la migración de paso por México se encuentra a múltiples niveles, teniendo como base la interacción social y cultural, ya que sin ella los migrantes centroamericanos, en su mayoría no sabrían porque ruta pasar, que albergues se pueden visitar e incluso quien les puede dar atención en caso de emergencias. Esta información si bien en algunos lados está escrita como en el portal de Hermanos en el camino o en mujermigrante.com, generalmente se pasa de "boca a boca", son conocimientos que se transmiten por tradición o norma.

La interacción a la que se hace referencia también toca a los colectivos, ya que ellos tienen redes de comunicación ya sea por ubicación territorial (cerca de la frontera o en la ruta migratoria), línea de acción, incluso creencia religiosa. Al mismo tiempo algunos de los colectivos son conformados o se encuentran comunicados por voluntarios, amigos, familiares e incluso vecinos, estas redes tienen impacto en su acción, al mismo tiempo en la comunidad y en la sociedad mexica, por ello la importancia de mirar este fenómeno desde el paradigma de los estudios culturales.

CONCLUSIONES

La migración es un fenómeno complejo y multicausal, tiene relación directa con los estudios culturales, las políticas económicas actuales y la identidad global que se pretende formar a partir de ciertos discursos, por ello muchos de los sujetos que lo hacen (de manera legal o ilegal) no se desprenden de su contexto y cargan con ellos elementos culturales q influyen en su consumo o su ahorro, pero existen otros que por estos mismos elementos se despegan de todo elemento que los diferencie de la cultura receptora.

En esta línea de ideas la migración de paso, la identidad se contextualiza en la cultura de la que provienen, los rasgos simbólicos de la comunidad a la que pertenecen van a ir acompañando al migrante, aunque el salga de este lugar y puede llegar a reconocer en su paso por México algún otro que comparta estos símbolos. Esta identidad sufre una

mezcla entre el reconocimiento del otro y el observar las necesidades de uno propio, es decir, los actores llevan a cabo sus quehaceres colectivos a partir de darse cuenta de que ellos tienen dónde comer, donde dormir o a sus seres queridos.

A pesar de que la globalización trae de manera intrínseca la idea de movilidad de personas o recursos, los discursos violentos y racistas existen dentro de las diversas culturas, principalmente para aquellos que migran de manera no documentada y cuentan con pocos recursos para movilizarse, esto se legitima por medio de estructuras culturales hegemónicas de potencias económicas o de aquellos que tienen más capital o más poder.

Aun así, la cultura sirve como herramienta para llevar a cabo acciones de protección y apoyo a personas en estado de vulnerabilidad como los migrantes centroamericanos en su paso por México que traen consigo una carga legal discriminatoria por ser "ilegal" la manera en la que entran al país, pero también social. Las colectividades conformadas con el objetivo de proteger o apoyar a los sujetos en estas condiciones buscan concientizar a la población de la situación de peligro en la que están los migrantes, principalmente mediante actos referentes a la cultura, como expresiones culturales o inserción de productos como café en la sociedad en general.

En este sentido el eje articulador del texto (tal vez de manera indirecta) tiene relación con la importancia de los Estudios Culturales en la ciencia, pero también en la sociedad, es decir se pueden rescatar elementos que explican no solo porque los sujetos/actores se unen para conformar de manera colectiva un albergue o un comedor para migrantes que no tienen siquiera la misma nacionalidad, sino también como la cultura influye en la conformación de agencia y la contraposición a la hegemonía de las políticas migratorias y los discursos de miedo o sospecha hacia los migrantes, que no podrían ser implantados en la sociedad si no tuviera una legitimación cultural como el ver con recelo a aquel diferente a nosotros.

La sociedad mexicana se encuentra bombardeado por elementos culturales de un mundo globalizado, como los productos estadounidenses o las mercancías chinas, pero que a pesar de ello o adaptando estos elementos conforman múltiples aristas de la cultura o culturas mexicanas que pueden verse reflejadas en la sospecha del extraño, como ya se mencionó o en la idea de protección y apoyo al desprotegido que podría encontrarse en la conformación de colectivos que pretenden alimentar o dar alojo a una persona sin tener relación sanguínea o de vecindad.

La existencia de colectivos como La 72 y Las Patronas tienen elementos que no solo hablan de la conformación de una agencia individual, sino que al mismo tiempo ponen

en relieve la construcción de agencias colectivas que surgen de la identificación, la vecindad, las creencias religiosas o los sentimientos que tal vez desde otros paradigmas podrían ocultarse o negarse por no ser totalmente “objetivos”.

BIBLIOGRAFIA

ALARCÓN, R.. El sentido y el significado de la migración. **Migración y Cultura***.* Colegio de la Frontera Norte, México, D.F. UNESCO, 2016.

BECK, U., Moreno, B.; BORRÁS, M. R. **¿Qué es la globalización?** Barcelona: Paidós, 1998.

CASTRO-GÓMEZ, S. Althusser, los estudios culturales y el concepto de ideología. **Revista Iberoamericana**, *66*(193), 737-751, 2000.

CNN.. **Noticias CNN**. (20 de Noviembre de 2013) Recuperado en Abril de 2015, de http://mexico.cnn.com/nacional/2013/11/20/las-patronas-que-alimentan-a-migrantes-premio-de-derechos-humanos-2013

EAGLETON, T.. **La idea de cultura. Una mirada política sobre los conflictos culturales**. Buenos Aires: Paidós, 2001.https://books.google.com.mx/books?id=XXP*fIESp1NYC&pg=PA9&hl=es&source=gbs_selected_pages&cad=2#v=onepage&q&f=false*

GIMÉNEZ, G. La cultura como identidad y la identidad como cultura. **Consejo Nacional de la Cultura y las Artes.** México, 2005.

FUENTES-REYES & ORTIZ-RAMÍREZ (2012). El migrante centroamericano de paso por México: una revisión a su condición social desde la perspectiva de los derechos humanos. **Convergencia**, *19*(58), 157-182. Recuperado en 17 de febrero de 2017, de http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1405-14352012000100007&lng=es&tlng=es

HALL, S. **Sin garantías: Trayectorias y problemáticas en estudios culturales**. Eduardo Restrepo, Catherine Walsh y Víctor Vich, 2010.

HINOJO, N. Migrantes en su paso por México. **Spleen Journal**. 2013. Recuperado 21 de Febrero de 2016 de https://www.vice.com/es_mx/article/migrantes-en-su-paso-por-mexico

LEY, C. M.; PEÑA, M. **20 Temas Actuales y Relevantes sobre la migración en México***.* Tijuana: El colegio de la Frontera Norte, 2016.

LONG,. **Sociología del desarrollo**. CIESAS.cas, 2007.

MATO, Daniel. “Estudios y otras prácticas latinoamericanas en cultura y poder”. En: D. Mato (ed.) **Estudios y otras prácticas latinoamericanas en cultura y poder**. CLACSO pp. 1-37, 2002.

OIM, O. I. **Hechos y Cifras 2014**. 2015. Recuperado el 8 de Enero de 2016, de http://oim.org.mx/hechos-y-cifras-2

ONU. Directorio de Albergues para personas migrantes. **Programa Conjunto para migrantes en tránsito**, Organización Internacional para las Migraciones, Ciudad de México, 2015.

REDODEM. **Migrantes invisibles, violencia tangible**. México, 2015.

TAPIA, C. Las migraciones michoacanas: tradiciones y prácticas migratorias. 91-120. **El Impacto Sociocultural del Fenómeno Migratorio en Michoacán**, Edition: 1a, Chapter: 3°, CREFAL, 2017.

CONSCIÊNCIA COLETIVA EM DURKHEIM COMO FATO SOCIAL DE REPRESENTATIVIDADE POLÍTICA:

interfaces com a legitimidade política em Maquiavel, representação em Hobbes e sistema político em Mosca, Pareto, Dahl e Bobbio.

Alysson Hubner[1]

RESUMO: A noção de consciência coletiva é extremamente heterogênea nos seus usos nas ciências sociais. O presente artigo procura analisar o conceito de consciência coletiva em Durkheim, mostrando como a representação política em Maquiavel e Hobbes pode estar inserida em sua esfera, garantindo coesão social. Quando o contrário é observado, a inobservância da representação política na consciência coletiva, a sociedade a partir do que Mosca denomina de *fórmula política,* entra em estado do que Durkheim denomina de *anomia.* Isto gera uma crise política, que permite, por sua vez, a emergência de um novo *modus operandi* de representação de democracia que Bobbio analisa, que passa a se estabelecer novamente na consciência coletiva, em um movimento que se transforma, mas, ao mesmo tempo, se reproduz como fato social. Faz-se uso da metodologia de revisão bibliográfica. Uma das inferências do artigo é que elites políticas cumprem uma determinada função e são um fato social não antagônico a democracia, mas, pelo contrário, garantindo que a consciência coletiva ganhe coesão, representando demandas da sociedade civil que, ao se transformar, estabelece uma rotatividade das elites no poder.

PALAVRAS-CHAVE: consciência coletiva; elites; autor; ator e legitimidade.

ABSTRACT: The notion of collective consciousness is extremely heterogeneous in its uses in the social sciences. The present article seeks to analyze the concept of collective consciousness in Durkheim, showing how political representation in Machiavelli and Hobbes can be inserted in its sphere, guaranteeing social cohesion. When the contrary is observed, the nonobservance of political representation in the collective consciousness, society from what Mosca calls the political formula, enters into a state of what Durkheim calls anomie. This generates a political crisis that in turn allows the emergence of a new modus operandi of representation of democracy that Bobbio analyzes that begins to establish itself again in the collective consciousness, in a movement that transforms, but at the same time reproduces itself as fact Social. The bibliographic review methodology is used. One of the inferences of the article is that political elites fulfill a certain function and are a social fact, not antagonistic to democracy, but on the contrary, ensuring that the collective consciousness gains cohesion, representing demands of the civil society that, when transforming, establishes a rotation of the elites not in power.

KEYWORDS: collective consciousness; elites; author; actor and legitimacy.

[1] Possui graduação em Ciências Políticas e Sociais pelo Centro Universitário Católico do Sudoeste do Paraná (2004) e mestrado em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina, atuando principalmente no seguinte tema: globalização, construção social e percepção.

INTRODUÇÃO

Este artigo procura estabelecer conexão entre a consciência coletiva e as diferentes noções e conceitos das ciências sociais. Os diferentes conceitos e noções cunhados pelos autores, que estão incluídos na esfera do que Durkheim (1995) denomina de “consciência coletiva”. Assim, o artigo analisa a consciência coletiva nas noções de representação de Autor e Ator, de Thomas Hobbes, da legitimidade, em Nicolau Maquiavel, da teoria das elites, em Gaetano Mosca, e, da democracia, em Norberto Bobbio e Robert Dahl. Podemos inferir que é impossível observar as elites políticas, desconexas da consciência coletiva presentes na sociedade. Pelo contrário, mudanças sociais políticas constituem-se como uma rotatividade de elites enquanto um fato social, pois a sociedade coage determinadas elites para determinadas demandas. Como pode ser observado: “... aristocracias não duram, mas se renovam continuamente. Temos assim um fenômeno que se poderia chamar de circulação das elites” (Pareto, 1984, p.71). Sua perpetuação mais extensa no tempo e no espaço pode ser vista em parte como não sendo odiadas, conforme Maquiavel (2008) observa, assim como os Autores se enxergando nos Atores de acordo com Hobbes (2001). Estas exigências seguem em uma sociedade democrática de acordo com Dahl (2009), permite a sua contestação, mas, ao mesmo, tempo exige a pluralidade de elites, pois, de acordo com Bobbio (2009), a existência de várias elites garante o estatuto de democracia a uma determinada sociedade, já que, se existe somente uma elite, inexiste democracia, sendo duas elites a condição mínima para observação de um mínimo de democracia (idem).

CONSCIÊNCIA COLETIVA ABARCANDO REPRESENTAÇÃO E LEGITIMIDADE POLÍTICA

Conforme Durkheim (1995), a divisão social do trabalho na solidariedade orgânica gera um aumento da interdependência entre os indivíduos, permitindo que a consciência individual passe a ganhar um maior espaço que outrora. Esta característica da modernidade não dissipa a consciência coletiva, pelo contrário, é por meio dela que os indivíduos passam a estabelecer conexão e inteligibilidade. É por isso que o autor afirma que podemos separar consciência individual e coletiva somente em termos teóricos, pois, na prática, estão juntas. A consciência coletiva é o conjunto de sentimentos e crenças comuns aos membros de uma mesma sociedade (Durkheim, 1995), enquanto que a consciência individual é o lado

peculiar dos indivíduos que marca a sua subjetividade de maneira específica, no sentido da singularidade que marca. Neste conjunto de sentimentos e crenças comuns aos membros de uma mesma sociedade, estão presentes e inseridos representações políticas, que podemos denominar como inerentes aos sistemas sociais modernos, aos quais a representação em Hobbes e o estabelecimento da legitimidade em Maquiavel estão presentes.

Para Maquiavel (2008), a política se caracteriza pela conquista e manutenção do poder político, existindo uma correlação entre virtude e fortuna, sendo considerados meios para se atingir o poder, e, quando o Príncipe se utiliza da virtude, existe uma maior facilidade em se manter no poder, pois a virtude consiste nos méritos próprios, enquanto que a fortuna é a sorte, que, quando utilizada para se chegar ao poder, existe uma maior dificuldade em manter-se do poder. *"Machiavelli is not actively representing the world; he is creating representations of the world. He is not speaking; the facts are speaking through him"* [2](Brown, 2009, p.27). Assim, Maquiavel descreve leis, que, como os fatos sociais que Dukheim (2001) trata, estão sedimentados nas consciências coletivas, pois são exteriores aos sujeitos, uma vez que os indivíduos nascem, vivem e morrem, mas a sociedade permanece. Transcendendo os indivíduos, a virtude e a fortuna podem ser considerados elementos que explicam a estabilidade ou instabilidade política em sua legitimidade. São fatos sociais também porque são gerais, pois Maquiavel demonstra a sua aplicação em contextos diversos, também podendo ser considerado coercitivo (terceira característica dos fatos sociais), pois os Príncipes para se manterem no poder, não possuem outra opção, pois a virtude se impõem às consciências individuais.

Para Hobbes (2002), os Autores e Atores estabelecem um Contrato Social, em que a Pessoa Natural, cujas palavras pertencem a ela, podem ser entendidos como a sociedade civil. Já os Atores que representam os Autores consistem nos políticos como pessoas fictícias, criadas pelos Autores com o intuito de sair do Estado de natureza. A consciência coletiva de Durkheim, como um contrato social em Hobbes, pode ser compreendida como uma consonância entre Ator e Autor, pois os Atores se percebem representados nos Atores. *"Hobbes offers a powerfull formulatioin of the juridical view of representation central to liberal theories of representative government."* (Brown:2009, p.122). A representatividade política a qual se refere Hobbes só é suscetível em uma consciência coletiva partilhada de maneira coesa. Uma crise política pode ser vista como o enfraquecimento dos elementos comuns

[2] Tradução própria: Maquiavel não está representando ativamente o mundo; ele está criando representações do mundo. Ele não está explicando, os fatos estão explicando através dele.

aos membros de uma mesma sociedade (consciência coletiva), pois quando não são mais comuns, o sistema se dissipa e emerge outro capaz de garantir a coesão. A legitimidade do poder para Maquiavel também está presente na consciência coletiva dos indivíduos, uma vez que conquistar e se manter no poder torna-se suscetível somente quando compartilhado em termos de legitimidade - elemento chave para coesão política sedimentada nas consciências dos indivíduos.

Nesta mesma consciência coletiva a que Durkheim se refere, está presente o que Mosca (1975) denomina de *fórmula política,* que consiste na "fidelidade tradicional a uma dinastia ou a confiança num indivíduo dotado, em aparência ou na realidade, de qualidades extraordinárias". (Mosca, 1975, p.308). Estas qualidades extraordinárias também se referem ao que Weber (2003) classifica como *dominação carismática,* que são atributos excepcionais que os séquitos e a sociedade civil atribuem ao outro. Neste caso, a quem detém o poder político. A modificação política ocorre na maturidade política de cada consciência coletiva, que, neste caso, "...quando uma fórmula política acha-se de qualquer maneira ultrapassada... está aí o sinal que indica a iminência de sérias transformações na classe política dirigente." (Mosca, 1975, p.308). Assim, o dinamismo da fórmula política contido na consciência coletiva leva a uma transformação e a um estabelecimento de um novo sistema político pautado na legitimidade. Isto ocorre na passagem da solidariedade mecânica para a orgânica (Durkheim, 1995), que consiste na passagem de um sistema tradicional para um sistema moderno. Neste sistema moderno, prevalece a dominação racional-legal (Weber,2003), que está baseado e legitimado na impessoalidade vinculado à burocracia. Isto está relacionado à fórmula política que tem como sistema específico o sistema burocrático, cuja "soberania é confiado a um corpo especial de funcionários que recebem as diretrizes do poder central" (Mosca, 1975, p.310). Tanto Weber, quanto Mosca observam a emergência de um novo sistema que se transforma sistematicamente, sedimentado na consciência coletiva dos indivíduos. Podemos estabelecer, portanto, uma interface entre consciência coletiva, em Durkheim, e fórmula política, em Mosca.

Também é possível conectar uma funcionalidade neste sistema: "dominação mais pura dentro do quadro administrativo: do 'funcionalismo', ou seja, da 'burocracia'"(Weber:2003, p.143). Assim, a sociologia compreensiva de Max Weber observa, na burocracia, um sistema *funcionalista*. Durkheim (2001) está observando a sociedade a partir da perspectiva do funcionalismo: "A estrutura política de uma sociedade não é mais o modo pelo qual os diferentes segmentos que a compõem tomaram o hábito de viver uns com os outros" (Durkheim, 2001, p.10). Assim, a forma pela qual as instituições

estão vinculadas, a partir de um sistema político, cuja burocracia prevalece nas sociedades modernas, portanto, na solidariedade orgânica (Durkheim,1995), explica como as partes estão articuladas entre si, de tal modo que a coesão social do sistema político garante uma determinada forma de existir de se estabelecer na sociedade.

Podemos observar como a exacerbação da consciência individual, como um estado de anomia. A anomia surge conforme Durkheim (1995; 2000), quando o corpo social adoece, quando a sociedade encontra-se em uma disfunção, pois as regras já não estabelecem solidariedade, uma vez que estão ausentes. A ausência de regras na concepção de Durkheim pode ser vista como similar ao Estado de natureza em Hobbes. Apenas similar porque já existe um sistema político operando nos indivíduos em suas consciências, mas os momentos históricos de passagens revolucionárias, como o caso da solidariedade mecânica para orgânica (que é a passagem das sociedade tradicionais para as sociedades modernas), torna os indivíduos mais suscetíveis ao suicídio anômico.

O suicídio egoísta está relacionado ao extremo individualismo no sentido de que qualquer regra social para o indivíduo não faz sentido para produzir relação social (Durkheim, 2000). A consciência coletiva (Durkheim, 1995), sob este aspecto, pode ser observada como sendo extremamente fraca ao contrário da consciência individual, que ganha poder nesta desconexão do indivíduo com a sociedade. Podemos estabelecer uma analogia com Hobbes (2002), no sentido que se aproxima de uma espécie de Estado de Natureza, na medida em que os indivíduos não possuem mais uma referência social. No caso do suicídio anômico (Durkheim, 2000), os indivíduos estão em uma fase transitória, onde muito não suportam e acabam cometendo um ato de morte voluntária, cuja sociedade está predisposta a oferecer. A analogia do suicídio egoísta para com o Estado de Natureza de Hobbes, também possui sentido, por estabelecer o valor da vida como algo inalcançável, pois, conforme Hobbes (2002), inexiste a possibilidade de o sujeito viver o quanto poderia, pois se atacam mutuamente, sendo um estado de guerra de todos contra todos. A emergência do Estado, tanto em Durkheim como em Hobbes, procura resolver este problema, inserindo a vida como valor supremo a ser resguardado pela representação política. Assim, existe Estado em ambos autores para garantir a vida.

O suicídio altruísta (Durkheim, 2000) pode ser visto como uma representação política exacerbada, em que o Autor no sentido de Hobbes (2002), praticamente não possui subjetividade, sendo completamente aniquilado pelo Ator, em uma inversão do contrato social, pois o Ator atua completamente no Autor. O indivíduo, conforme Durkheim (2000), não se pertence, mas a sociedade está atuando de maneira completa no indivíduo,

podendo ser considerado a exacerbação da consciência coletiva, praticamente inexistindo a consciência individual. Praticamente, o aniquilamento da consciência individual, com a consciência coletiva ocupando quase que toda consciência do indivíduo, possui como consequência a sociedade tomar o indivíduo por completo, sendo ele apenas um instrumento a serviço da sociedade, cujo elemento da vida, pode chegar a estar a segundo plano, pois o indivíduo se suicida pela sociedade.

A legitimidade política em Maquiavel (2008) também está atrelada a situação de ser amado ou temido. Como são preferíveis as duas coisas ao mesmo tempo, mas sendo muito difícil que isso ocorra, quando for para escolher, o Príncipe escolhe ser temido, pois os homens traem com maior facilidade àqueles que amam. O suicídio altruísta pode ser visto em uma representação política do medo no sentido de Maquiavel, pois não atuar de modo a não retirar a própria vida em determinadas sociedades leva os indivíduos a penas severas do Príncipe, sendo possível que o medo de atuar de outro modo, bem como as sanções políticas, levam a um modo específico de suicídio altruísta. Assim: "o Estado também tem funções importantes a cumprir. Só ele pode opor o particularismo de cada corporação o sentimento da utilidade geral e as necessidades do equilíbrio orgânico". (Durkheim, 2000, p.503). Neste sentido, o autor desenvolve os remédios necessários para combater o suicídio, cujas funções podem ser desempenhadas pelo Estado, que procura cumprir a função de reestabelecer as conexões de interdependência de maneira harmônica e coesa.

Para Maquiavel (2008), o Príncipe precisa evitar a qualquer custo ser odiado. Este valor sedimentado na consciência coletiva da sociedade (Durkheim, 1995) leva a desestabilização política, emergindo como consequência, uma nova forma política, uma vez que a legitimidade é o que garante o exercício do poder. Se existe um conjunto de sentimentos de ódio, partilhados entre os indivíduos da sociedade civil, manter-se no poder é extremamente difícil, cuja função social é destituir o poder político, instituindo uma nova forma de exercício da política representativa. Dessa maneira, um novo pacto social passa a ser estabelecido. Isso significa que há uma reciprocidade na relação política: *"Hobbes explains that the sovereign is leable to certain 'Natural Punishments'".* (Brown, 2009, p.123). Esta situação não leva a representação política a um sistema arbitrário, pois o Soberano possui obrigações para com os Súditos, dentre os quais, podemos citar novamente a questão da vida, que migra para o núcleo mais central da representação política, sendo partilhado como uma consciência coletiva que coaduna sociedade civil e Estado.

Estas conexões de obrigações mútuas criam um sistema liberal que opera da base ao vértice: "A principal característica do sistema liberal consiste no fato de que a

transmissão dos poderes é feita de baixo para cima". (Mosca, 1975, p.312). O valor liberal incutido na consciência coletiva, nas sociedades modernas, a que Durkheim denomina de solidariedade orgânica, está mais suscetível à participação política social mais ampla, dentro de um paradoxo apontado por Bobbio (2009). As democracias, visto que falamos de democracia quando falamos de liberalismo aqui, estão associadas (Bobbio, 1997) e partem do pressuposto que todos podem participar. Assim, como poucos tomam a decisão (na medida em que os problemas políticos contemporâneos são de alta complexidade, emergindo os tecnocratas como classe social nesta conjuntura), isto cria um choque entre sistema vertical e horizontal de pensamento (Bobbio, 2009), pois, na democracia, que é o sistema horizontal de conhecimento, todos podem falar, já, na tecnocracia, sistema vertical de conhecimento, poucos podem falar. A questão é saber se isso é baseado na especificidade da complexidade da democracia ou se sempre existiu, como podemos observar na teoria das elites. Assim: ... "elite existe em todas as sociedades e as governa, mesmo quando o regime é, em aparência, aquele mais próximo a democracia." (Pareto, 1984,p.71). A resposta pode residir na existência das elites como inerentes às sociedades, bem como no seu poder aumentando, a partir da complexificação das relações sociais, na emergência de especialistas e nos sistemas peritos que sejam capazes de sanar os problemas sociais existentes.

A teoria das elites, conforme Bobbio (1997), consiste em observar que em todas sociedades sempre existiram elites comandando a sociedade. A premissa consiste: "é ponto de partida fundamental para a teoria das elites: a constatação de uma lei histórica inescapável que divide os homens em governantes e governados" (Perissinotto, 2009, p.25). Esta divisão é observada no decorrer de toda história política. Como Bobbio (2009) observa, não é a ausência de elites que caracteriza uma democracia real, mas o contrário, a presença de muitas, o que equivale a dizer que tanto mais elites o eleitor tiver como possibilidade de escolha, mais democrática a sociedade. Este é também um método aplicado como verificação que passa " a concentrar a atenção dos pensadores sobre a formação e a organização da classe dirigente a que chamamos geralmente na Itália *classe política dirigente* (classe política)" (Mosca, 1975, p.307). Esta classe de dirigentes constitui uma elite política, que sempre esteve e está presente sistematicamente na consciência coletiva política dos indivíduos, criando um sistema de interdependência mútuo, em que os soberanos exercem poder sobre os súditos, na medida em que há uma legitimidade social que permite este exercício. Entendendo e partindo da premissa do funcionalismo de Durkheim (2001), cabe observar que a função das elites é uma, que consiste em: "...a elite

aristocrática se outorga a função de proteger os valores sociais e também de produzir novos valores que preservem a identidade das elites" (Martinez:1997, p.11). Reprodução e produção de valores políticos vinculados à consciência coletiva (Durkheim, 1995) podem ser compreendidos como uma das funções que as elites políticas desempenham nas sociedades modernas, nas quais imperam vínculos heterogêneos próprios da solidariedade orgânica.

O próprio teórico da democracia contemporânea comenta que: "Alguém, por exemplo, poderia compartilhar a opinião daqueles que argumentam, como Gaetano Mosca, que no fim das contas todo regime é dominado por uma minoria governante." (Dahl, 2015, p.39). Nesta perspectiva, a clássica formulação das tipologias de governo passa a ser revista, ressignificadas em um modelo relativamente diferente. As oligarquias e as aristocracias (como minorias no poder político) são mais adequadas para perceber o sistema político real, em contraponto com o sistema ideal. No que Bobbio (2009) denomina de democracia ideal, que é formulada pelos filósofos políticos, as elites estão fora da democracia, enquanto que, na democracia real, jamais estiveram ausentes, sendo mais adequando observar uma rotatividade do poder político entre as elites. A eliminação de elites como proposta da democracia se constitui em uma utopia, pois a democracia real observa uma minoria na governabilidade democrática, sendo fundamentais o seu exercício na efetiva política substantiva, em contraponto com a democracia formal.

A minoria é autorizada pela maioria: "A classe política, é, portanto, uma *minoria organizada*, termo frequentemente utilizado por Mosca" (Perissinotto, 2009, p.26). Somente uma coesão social sedimentada na consciência coletiva de determinada sociedade (Durkheim, 1995, 200, 2001,) pode conceder legitimidade a uma minoria organizada. Esta última constitui o que podemos denominar de elites. Assim, a sociedade sempre está vinculada funcionalmente a elites políticas, que sejam capazes de atender a determinadas demandas, que sempre estão variando de acordo com o tempo e com o espaço no qual estão inseridos. A classe política é vista como uma subespécie de poder, pois "Mosca caracterizou a classe política como uma subespécie da classe dirigente, à qual pertenciam também os dirigente econômicos, sociais, religiosos, militares, etc." (Martinez, 1997, p.11). Essa inferência correlaciona de que modo as diferentes formas de poder, passam a estar associadas, pois os dirigentes econômicos, sociais, religiosos e militares, conforme observados como elites, estão justapostos nestes campos de poder. Se Bourdieu (2014) analisa o Estado como uma visão de um grupo que detém o monopólio legítimo da violência simbólica, pois os campos possuem uma relativa autonomia, nesta perspectiva da teoria

das elites, os diferentes campos estão em conexão na prática, já que as elites estão em situação intercambiáveis.

A continuidade das elites no poder está relacionada à sua responsividade democrática: “democracia é a contínua responsividade do governo às preferências de seus cidadãos, considerados como politicamente iguais.” (Dahl, 2015, p.25). Esses elementos contidos nas elites somente são legitimados se atenderem a responsividade, que consiste em formular preferências, por meio de ação individual ou coletiva, observando a equidade sem discriminação no seu conteúdo (Idem). A responsividade pode ser vista como fato social, que está intimamente vinculado a uma consciência coletiva democrática, que por sua vez é o que Hobbes (2001), de acordo com Brown (2009) denomina de “punições naturais”. Caso essas demandas não sejam atendidas, existem consequências. Em sociedades democráticas, podemos denominar de poliarquia, pois “poliarquias são regimes que foram substancialmente popularizados e liberalizados, isto é, inclusivos e amplamente abertos à contestação pública” (Dahl, 2015, p.31). O sistema estar aberto à contestação pública garante a caracterização de democracia neste sistema proposto pelo autor. É exatamente o conteúdo relativo à contestação pública, que está inserido na consciência coletiva de determinada sociedade, que permite observar continuidade ou descontinuidade das elites no poder político. As poliarquias são sistemas políticos que estão vinculados a uma tipificação, no sentido que Weber (2003) denomina de tipo ideal, pois é uma construção teórica que dificilmente é encontrada em seu tipo puro na realidade, na sua plenitude, servindo como modelo teórico, para estabelecer o quanto a esfera empírica se coaduna a ela. Existe uma série de outras dimensões na sua caracterização, dentre as quais podemos destacar “liberdade de expressão” que está contida na oportunidade de “I. Formular preferências, II. Exprimir preferências e III. Ter preferências igualmente consideradas na condita do governo (Dahl, 2015). A contestação e a liberdade de expressão podem ser consideradas praticamente como sinônimos ou uma sendo condição para a outra.

Uma minoria (Mosca, 1975) como Autor (Hobbes, 2001) pode explicar a atitude de um soldado, pois: “O soldado que corre ao encontro de uma morte certa para salvar seu regimento não quer morrer, no entanto não é ele autor da própria morte...” (Durkheim, 2000, p.13). Este modelo de altruísmo exacerbado implica em condições que são explicadas, tanto pelas elites, como pela sociedade civil, pois não podem ser vistas como separadas. Neste caso, também as elites podem ser observadas como fatos sociais. Os fatos sociais são gerais, externos e coercitivos (Durkheim, 2000) (como visto anteriormente na interface com Maquiavel). São gerais, porque, como mostra Mosca (1975), todas as sociedades

possuíram elites políticas. São externos, porque, conforme Perissinotto (2009), transcende aos indivíduos, estando presente em diferentes gerações, pois, quando os sujeitos não estão mais vivos, o sistema político elitista continua se perpetuando. São externos também, porque mesmo nas trocas de governos, a sociedade coage as elites a representar determinadas regras impostas pela sociedade. Podemos inferir que as elites cumprem uma função na sociedade, analisando segundo as ideias de Durkheim. A função de representar os Autores (Hobbes, 2001), de ter legitimidade não oprimindo demasiadamente à sociedade para não "odiar" o soberano (Maquiavel, 2008), e, exigindo a presença de mais de uma elite, pois, o mínimo de democracia exige fundamentalmente duas elites para escolha (Bobbio, 2009). Isto também está presente na teoria das elites que considera elite como:..."conjunto de qualidades que favorecem a prosperidade e a dominação de uma classe na sociedade, temos o que chamaremos simplesmente de elites" (Pareto, 1984, p.71). A inferência funcionalista da perspectiva de Pareto consiste em observar as elites como elemento de prosperidade social, garantindo maior solidariedade entre as diferentes partes que compões as relações de interdependências, bem como uma coesão social que garanta estabilidade no funcionamento salutar da sociedade.

CONCLUSÃO

Podemos concluir que é possível observar os diferentes conceitos e noções das ciências sociais, inseridos na consciência coletiva. A estabilidade de um poder político sempre está baseada no conteúdo específico de cada consciência coletiva, em cada contexto localizado no tempo e no espaço. Se os Autores não se enxergam nos Atores (Hobbes, 2001), inexiste representação e o sistema entra em colapso. Caso o Príncipe seja odiado, o sistema também perece. Mesmo havendo elites no poder (Mosca, 1995), não são completamente autônomas, pelo contrário, pois dependem da legitimidade social, que confere a estabilidade de determinada elite no poder. Entretanto, quando a consciência coletiva ganha novas características, as elites passam a ser alteradas, pois é impossível separar o poder político da sociedade civil, ou seja, a consciência coletiva está relacionada a diferentes modelos de política em cada sociedade. Esta é uma coerção social explicada por Durkheim (2001), que exige neste caso, uma nova classe política que Mosca (1975) observa, estando mais suscetível às poliarquias mencionadas por Dahl (2009).

REFERENCIAL TEÓRICO

BOBBIO, Norberto. **O Futuro da Democracia**. Paz e Terra: São Paulo, 2009.

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política**. Editora UNB: Brasília, 1997.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre o Estado.** Companhia das Letras: São Paulo, 2014.

BROWN, Mark. **Science in Democracy**. Expertise, Institutions, and Representations. MIT Press: Cambridge, Massachusetts, 2009.

DAHL, Robert **A. Poliarquia.** Edusp: São Paulo, 2009.

DURKHEIM, Emile. **Da Divisão Social do Trabalho**. Martins Fontes: São Paulo, 1995.

DURKHEIM, Emile. **As Regras do Método Sociológico**. Editora Nacional: São Paulo, 2001.

DURKHEIM, **O Suicídio**. Martins Fontes: São Paulo, 2000.

HOBBES, Thomas. **O Leviatã.** Martin Claret: São Paulo, 2002.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe.** Agir: Rio de Janeiro, 2008.

MARTINEZ, Paulo. **A Teoria das Elites**. Editora Scipione: São Paulo,1997.

MOSCA, Gaetano; BOUTHOUL, Gaston. **História das Doutrinas Políticas**. Zahar: Rio de Janeiro, 1975.

PARETO, Vilfredo. **Manual de Economia Política**. Volume 1. Editora Abril cultural: São Paulo, 1986.

PERISSINOTO, Renato. **As Elites Políticas:** questões de teoria e método. IBPEX: Curitiba, 2009.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. Unb: Brasília, 2003.

UM ESTUDO SOBRE PRAZER E SOFRIMENTO DE TRABALHADORES NA INDÚSTRIA METALÚRGICA

Aline Andrea Arpini[1]

Alvaro Roberto Crespo Merlo[2]

RESUMO: Este trabalho se propõe investigar a dinâmica de prazer e sofrimento de trabalhadores que sofreram demissão em massa, num total de 390 trabalhadores, e que seguem com os seus direitos rescisórios atrasados. O objeto de estudo concentra-se em uma empresa do ramo metal mecânico no município de Erechim – RS. Fundamenta-se a importância de pesquisar saúde e doença no trabalho para estes trabalhadores, considerando que mesmo demitidos, encontram-se vinculados à empresa devido ao atraso salarial. Utilizou-se o método qualitativo, realizando entrevistas semiestruturadas com trabalhadores demitidos e analisadas à luz da Psicodinâmica do Trabalho. Com relação às fontes de prazer e sofrimento os estudos apontaram que as vivências de prazer podem estar ligadas ao recebimento da parcela do valor rescisório e as fontes de sofrimento, relacionadas à forma como os trabalhadores foram demitidos e à falta de cumprimento com o acordo gerando atrasos salariais.
PALAVRAS-CHAVE: Psicodinâmica do Trabalho. Indústria Metal Mecânica. Desemprego.

INTRODUÇÃO

O processo mental da minha escrita inaugurou-se num dia em que eu estava muito atrasada e perdi o ônibus. Um acidente sinalizado, com poucos segundos de antecipação, e mesmo assim, inevitável, por conta da velocidade normal dos acontecimentos na atualidade. Mal nos damos conta da banal velocidade da vida, até que algum mau encontro venha revelar a sua face mortífera. E quando falo mortífera, não se trata apenas contra a vida do corpo, mas sobre a fragilidade da vida psíquica. Neste dia, atormentada pelas vozes das pessoas que estavam ao meu redor, pude ainda ver ao longe o ônibus que havia partido.

Pode-se dizer que o ônibus deixou de existir no meu campo perceptivo, assim como poderia ter sido definitivamente forcluído do registro da minha experiência. Poucos minutos após o ocorrido, ainda na parada de ônibus, esbocei em pensamento um texto a respeito da brutalidade da relação dos sujeitos contemporâneos com o tempo, me instigando a

[1] Psicóloga no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) no município de Paulo Bento/RS. Mestra em Psicologia Social e Institucional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Email: alinearpini@hotmail.com

[2] Professor Titular na empresa Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Doutor em Sociologia pela Universitté Paris VII (Denis Diderot). Líder do Laboratório de Psicodinâmica e Clínica do Trabalho. Email: merlo@ufrgs.com.br

refletir sobre a experiência do tempo, que na contemporaneidade praticamente se resume à experiência da velocidade.

O presente trabalho se propõe investigar prazer e sofrimento no trabalho para um grupo de trabalhadores que foram demitidos de uma empresa da área metal mecânica no município de Erechim e estão com os pagamentos dos direitos rescisórios atrasados. Cabe ressaltar que estes trabalhadores passaram por alguns processos: a) atrasos salariais; b) demissão em massa; c) ação coletiva dos trabalhadores junto ao sindicato dos metalúrgicos; d) readmissão dos trabalhadores na empresa, e por fim; e) demissão definitiva sem receber os direitos rescisórios.

O que denominamos nesta pesquisa como Indústria Metalmecânica encontra-se no banco de dados da RAIS[3] dividido em três indústrias diferentes: a Indústria Metalúrgica, a Indústria Mecânica e Materiais de Transporte.

Cabe salientar, pensando na questão do tempo e na forma como a velocidade dos acontecimentos atropelam os sujeitos contemporâneos, que este episódio envolvendo os trabalhadores com a empresa, o sindicato dos metalúrgicos e a justiça, aconteceu num curto período de tempo e consideramos a questão da temporalidade fundamental para pensar as transformações dos processos de trabalho.

Diante desta conjuntura, indicamos alguns questionamentos elaborados, indispensáveis para nortear os objetivos específicos do presente estudo: elencar as fontes de prazer e sofrimento para os trabalhadores demitidos, bem como, descrever o significado de trabalho para eles. Mas especialmente, o que consideramos diferencial nessa pesquisa, verificar as diferenças entre prazer-sofrimento no trabalho entre o período que antecede as demissões e posterior às demissões, pois entendemos que devido ao episódio, os trabalhadores podem apresentar um sofrimento decorrente desta realidade por eles vivenciada.

Inferindo o trabalho como forma de sobrevivência, podemos então nos questionar qual a influência do prazer-sofrimento na vida laboral e pessoal do trabalhador? Por fim, os trabalhadores com tempos diferentes de empresa, são capazes de identificar diferenças significativas na percepção prazer-sofrimento no trabalho?

[3] “Segundo o Ministério do Trabalho e Emprego, “originalmente a RAIS foi criada para conter informações destinadas ao controle de entrada da mão de obra estrangeira no Brasil, e os registros relativos para o FGTS, para subsidiar o controle de arrecadação e concessão de benefícios pelo Ministério da Previdência Social e para servir de base de cálculo do PIS/PASEP. Atualmente, em observância a dispositivo constitucional, viabiliza a concessão de pagamento do abono salarial e se constitui no único instrumento de governo para este fim.” (SILVA, 2011).

Visando atingir os objetivos propostos neste estudo, buscamos realizar uma pesquisa de cunho qualitativo, viabilizada por meio de entrevistas semiestruturadas e analisada à luz da Psicodinâmica do Trabalho, que correlaciona equilíbrio mental e trabalho, na compreensão de que esta metodologia é um importante produtor de subjetividade e estruturante psíquico. A escolha pela Psicodinâmica do Trabalho se deu, baseado na compreensão de que esta analisa o sofrimento com um olhar atento para a normalidade e não somente nos processos patológicos e reconhecendo a importância do trabalho como estruturante psíquico, essencial quando se fala em saúde mental do trabalhador. Buscou-se, a partir desta pesquisa-intervenção, auxiliar os trabalhadores a refletirem sobre o seu trabalho, reforçando os pontos de sanidade/normalidade.

RUPTURAS E CONTINUIDADES NO MUNDO TRABALHO

Em razão das Transformações do Mundo do Trabalho ocorridas, especialmente, nas três últimas décadas do século XX, tem-se em rumo uma nova morfologia social dos processos de trabalho, implicando em alterações na forma de viver, adoecer e morrer da classe trabalhadora, uma vez que o desempenho do trabalho pode ser simultaneamente fonte de emancipação humana e de desgastes, de sofrimentos e de doenças. Apuração essa, comprobatória de que as pressões emanadas da lógica produtiva são determinantes para o processo saúde-doença dos trabalhadores (DEJOURS, 2011).

As transformações da escala produtiva nortearam para uma intensificação da precarização que distancia o trabalho de sua perspectiva emancipatória. As configurações precárias do trabalho carregam consigo uma possibilidade imanente de aumento de acidentes e doenças ocupacionais. Ademais, a precarização do trabalho está intimamente ligada à possibilidade de atos discriminatórios e atos que impliquem em assédio moral dos trabalhadores.

A mundialização de políticas neoliberais mostrou-se como pilar de sustentação econômica e política ancorada na ficção do dinheiro-gera-dinheiro, resultando numa acumulação capitalista predominantemente financeira (LUKÁCS, 1979). Falar em mundialização, é falar do capitalismo como Marx já apontava em 1848, “a formação de um mercado mundial” (MARX; ENGELS, 1998), prevalecente a partir do século XX como esfera financeira. Pode-se dizer que a expansão do capitalismo através da revolução de seus meios de produção, trouxe consigo uma transformação das relações de produção, transformando as formas de trabalho para torná-las adequadas à expansão. A cada instante

do desenvolvimento das forças produtivas, as relações de trabalho condizentes criam e recriam o campo de batalha dos detentores dos meios de produção e dos vendedores da força de trabalho, se utilizando de novas formas de opressão e resistência.

Houve uma recusa com a lógica industrial predominante no início do século XX, onde a diminuição dos custos de produção ocorria via redução de investimento do capital variável. Pode-se dizer, que o modelo fordista, veio a universalizar ao lado dos métodos de racionalização de Taylor e do Estado regulador de Keynes – *Welfare State* – após a segunda guerra, onde a tendência de equilíbrio do mercado apontava para sinais de extremo esgotamento, criando um novo momento para o capitalismo.

De acordo com Dejours (1992) mesmo existindo uma violência da organização do trabalho taylorista-fordista sobre a saúde mental dos trabalhadores, os compromissos de regulação social após a 2ª Guerra Mundial e a política keynesiana emergiram o Estado de Bem-Estar Social (viabilizando proteção social). Essa proteção social, acabou propiciando a aceitabilidade das condições de trabalho, de forma que o "taylorismo-fordismo" se fortaleceu aliado ao novo papel do Estado proposto pelo keynesianismo. (MENDES, 2003, p. 25). O modelo fordista de produção em massa foi universalizado e combinado com as técnicas de administração científicas de Taylor, ampliando diversos direitos sociais, suavizando temporariamente o conflito ligado à relação capital – trabalho, até a crise de seu padrão de acumulação. (BRAGA, 1995, p.96).

Cabia ao Estado arrecadar os impostos e assegurar os direitos trabalhistas, e ao patronato, o compromisso de pagamento com altos salários inspirados no modelo produtivo de Ford. Aos trabalhadores, cabia suportar as formas fordistas-tayloristas de exploração do trabalho.

As transformações no mundo do trabalho em curso, onde estratégias tayloristas-fordistas convivem com estratégias toyotistas não podem ser resumidas a impactos negativos sobre a saúde do trabalhador. Seria realizar uma análise focalizada e tendenciosa. Os impactos sobre a saúde do trabalhador precisam ser analisados de acordo com os reflexos produzidos pelas novas formas de organizar o trabalho.

Ainda que não se faça generalizações, é inegável que o processo de reestruturação produtiva trouxe muito mais agravamentos do que prazer ao trabalho. Trata-se, como afirma Castell (1998), de efeitos negativos expressos principalmente em decorrência da precarização e flexibilização do trabalho.

PSICODINÂMICA DO TRABALHO: FUNDAMENTOS TEÓRICOS E PRESSUPOSTOS CONCEITUAIS

Discutir a importância da subjetividade hoje e o modo como apreendê-la nas organizações do trabalho a partir da Psicodinâmica do Trabalho, significa privilegiar uma determinada ótica, aquela que articula sofrimento e saúde no trabalho.

Quando o taylorismo propôs a Organização Científica do Trabalho (OCT), aparentemente buscou eliminar a subjetividade do trabalho por meio do controle dos corpos dos trabalhadores cindidos em suas mentes. Porém, se observarmos sua concepção de organização, ele reafirma a importância da subjetividade: a direção, para produzir e impor as diretrizes da empresa, suas estratégias e objetivos, necessitam pensar, planejar e avaliar. (LANCMAN; UCHIDA, 2003).

Para Dejours e Abdoucheli (1994) numa organização hierarquizada do tipo piramidal quanto mais se sobe na estrutura da empresa, mais possibilidades de expansão e imposição de desejos de quem ocupa os postos de chefia se abrem. Logo, quanto mais desce na hierarquia da empresa, menor vai ser a possibilidade de expressão de seus pensamentos e desejos na condução das atividades.

Partindo deste pressuposto, a subjetividade dos trabalhadores é vista com desconfiança, enquanto a dos dirigentes é valorizada. Não se trata de questionar se a subjetividade é fundamental ou não nos dias de hoje, uma vez que ela está sempre presente, mas cabe investigar qual o lugar que ocupa e que importância tem no contexto atual.

De acordo com Sennett (2003) a instabilidade criada pela nova forma de capital – denominada de capital “impaciente” – está corroendo o caráter das pessoas. Para Dejours (2011) a competição hoje, tem como principal característica a destruição do competidor. Falar em precarização do trabalho nos dias atuais, implica conviver em um mundo onde se perdeu uma série de garantias trabalhistas, direitos adquiridos, conquistas que protegiam o indivíduo socialmente e psiquicamente.

A Psicodinâmica do Trabalho inaugura, quando Dejours (1993) através de trabalhos de campo e estudando situações concretas de trabalho, não observa pessoas descompensadas psiquicamente, e sim, o que ele denominou como estando em “um estranho silêncio”. Não encontrava ruídos da loucura, mas um estado de normalidade.

Se de um lado a normalidade pode refletir equilíbrio saudável entre as pessoas, por outro, pode ser um sintoma de um estado patológico, ou seja, o estabelecimento de um

precário equilíbrio entre as forças desestabilizadoras dos sujeitos e o esforço destes e dos grupos no sentido de se manterem produtivos e atuantes à custa de sofrimento e que se estenderá na vida fora do trabalho (LANCMAN; UCHIDA, 2003).

O sofrimento não se manifesta porque os sujeitos buscam ativamente se proteger e se defender, lançando mão de mecanismos de defesa (quando trabalham só e isolados) ou de estratégias de defesa (quando o trabalho é em equipes e grupos). A patologia vem à tona, quando o equilíbrio é rompido e o sofrimento não é mais contornável.

Para a compreensão das angústias vividas no contexto de trabalho, Dejours, inspirado na psicanálise, propõe uma escuta atenta a fala dos trabalhadores. Não só a fala individual, mas também a coletiva. Dejours (2011) tem uma posição muito clara sobre o coletivo no trabalho: “O essencial para a saúde mental individual, nas relações com o trabalho, é a ação sobre o funcionamento do coletivo. O coletivo não é apenas um grupo. O que define é a construção comum de regras e ofícios (...) é muito difícil construir um coletivo”. Em outra passagem o autor vai chamar de atividade deôntica de construir acordos, normas e valores que se estabilizam sob a forma de regras (LANCMAN; UCHIDA, 2003).

Para a Psicodinâmica do Trabalho, se o sofrimento é de ordem singular, a sua solução é coletiva. É essencial que se crie um espaço público de discussão, de circulação da palavra coletiva. É na escuta do que é expresso que se cria possibilidades para o sofrimento emergir e sua solução ser pensada por todos. A construção deste espaço público pelo coletivo do trabalho passa pela aprendizagem da escuta e da fala. É um processo complexo, nutrido por conflitos, discussões, confrontos, deliberações e arbitragem entre os diversos participantes.

DISTRITO INDUSTRIAL DA CIDADE DE ERECHIM[4]

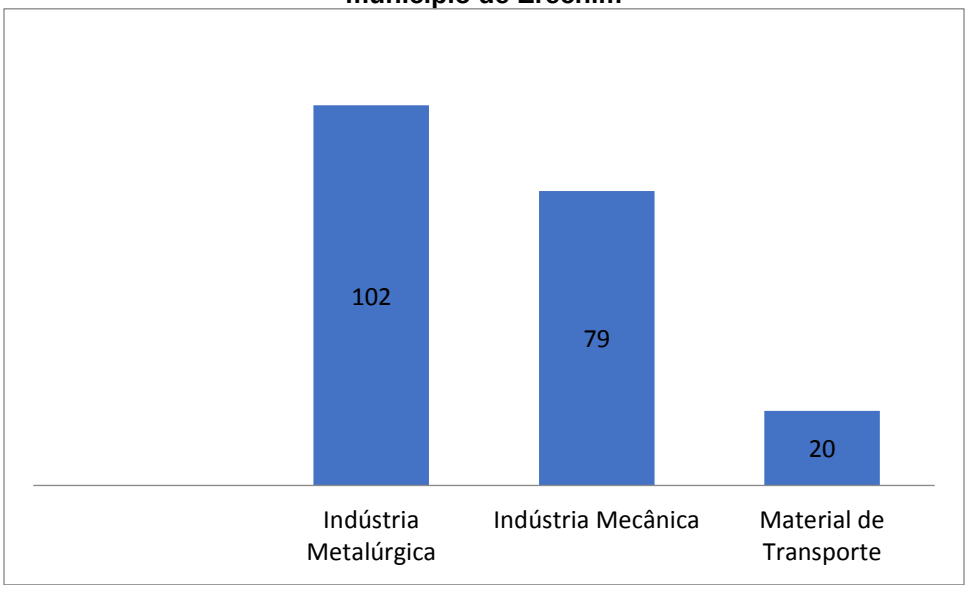
A atividade industrial em Erechim é a grande geradora de empregos diretos e indiretos com alto nível de especialização, fabricando centenas de produtos comercializados no Brasil e exterior. Destaca-se máquinas e equipamentos pesados para diversos setores, metalurgia e plásticos, carrocerias de ônibus, furgões e equipamentos rodoviários, impressoras e equipamentos rodoviários, equipamentos para computadores,

[4] Dados retirados do Arquivo Histórico Municipal da cidade de Erechim - RS.

sistemas completos de cartões magnéticos, refrigeração hospitalares, produtos cerâmicos, balas, erva mate, entre outros.

Desde a década de 50 a prefeitura municipal de Erechim tem adotado uma série de dispositivos legais, visando atrair indústrias para o município. O exemplo desde critério se verifica através da lei nº 196, de 17 de novembro de 1952, que sucede a isenção de impostos municipais a novas indústrias. Os dispositivos legais municipais demonstram a preocupação dos representantes do poder público municipal com o crescimento da economia da cidade de Erechim. O Distrito Industrial da cidade de Erechim, no que tange à área Metal Mecânica, nosso objeto de estudo, conta com as seguintes empresas:

Gráfico 1 - Empresas pertencentes à área Metal Mecânica situadas no Distrito Industrial do município de Erechim



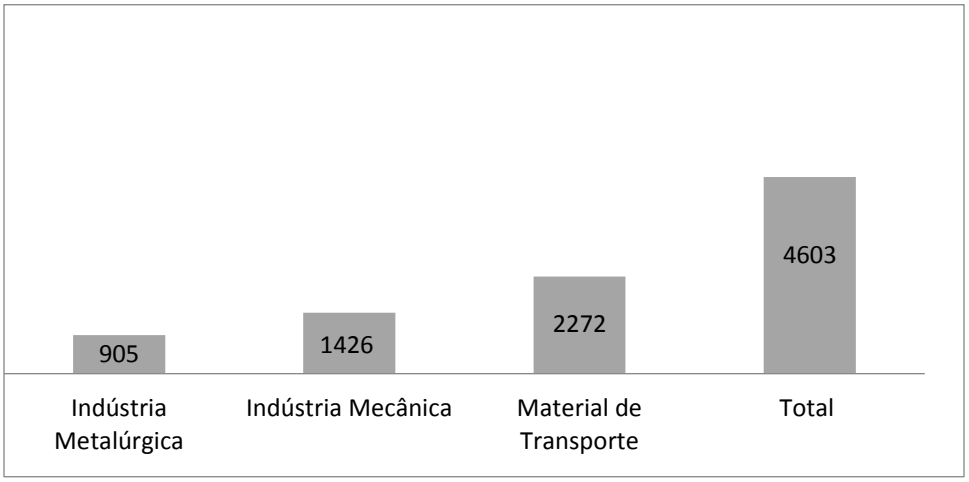
Fonte: RAIS/MTE. Elaboração própria.

De acordo com a RAIS fazem parte da área Metal Mecânica: a Indústria Metalúrgica, a Indústria Mecânica e a Indústria de Material de Transportes. Os dados acima mencionados, dizem respeito ao período de dezembro de 2015, já que os dados referentes ao ano de 2016 ainda não foram disponibilizados.

Observando o gráfico, podemos visualizar, analisando do maior número para o menor, que a Indústria Metalúrgica concentra a maior parte das empresas, com 102 empresas. Em segundo lugar, a Indústria Mecânica com 79 empresas e, por fim, a Indústria de Material de Transportes com 20 empresas. Estas empresas dizem respeito a uma total de 201 empresas pertencentes ao nosso objeto de estudos, uma empresa da área metal

mecânica. Buscando conhecer o total de trabalhadores vinculados na área metal mecânica, os dados registrados na RAIS até dezembro de 2015 apresentavam o seguinte:

Gráfico 2 - Trabalhadores com vínculo empregatício dez/2015



Fonte: RAIS/MTE. Elaboração própria.

A Indústria de Material de Transporte apresenta o maior número de trabalhadores com vínculo empregatício, 2272. Em segundo lugar, a Indústria Mecânica apresenta 1426 e, a Indústria Metalúrgica 905, totalizando 4603 trabalhadores vinculados à área metal mecânica. Considerando as demissões realizadas no período de 2016, não apenas na lMetalúrgica[5], mas em outras empresas situadas na área metal mecânica, atualmente esta realidade tende a estar modificada.

METODOLOGIA

Utilizamos como pressupostos metodológicos a Psicodinâmica do Trabalho (PdT). Os sujeitos participantes da pesquisa são trabalhadores que atualmente se encontram em processo de demissão.

Compreendendo a impossibilidade de quantificar fontes de prazer e sofrimento, levando em conta seu caráter subjetivo, entendemos a coerência de utilizar a pesquisa qualitativa, como ferramenta de trabalho, pois, a pesquisa qualitativa preocupa-se com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais. Para Minayo (2001), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes,

[5] Os nomes das empresas citadas neste trabalho são fictícias a fim de manter a identidade das mesmas.

o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Entendemos que o método escolhido, encontra-se intimamente relacionado ao objeto de estudo, pois como afirma Cruz (2009, p. 27) a pesquisa qualitativa consente estudar a complexidade e efetuar o aprofundamento dos motivos pelos quais determinado fenômeno acontece. Seu ponto de partida são as narrativas, "sua matéria prima é a palavra, [...] a qual para processamento deve ser transformada em texto".

De acordo com a proposta, ressaltamos, ao que diz respeito à Psicodinâmica do Trabalho, que o material a ser analisado é a fala ou o "comentário verbal" (LANCMAN; SZNELMAR, 2011). Nosso interesse, não diz respeito à objetividade dos fatos, mas, a versão dos trabalhadores sobre estes, do que é construído coletivamente, sejam eles consensuais ou até mesmo, objetos de discussões contraditórios entre este grupo de trabalhadores. Destacamos, que a psicodinâmica não realiza modificações ou recomendações sobre o local de trabalho após o levantamento de dados, mas objetiva que os trabalhadores intervenham, situação descrita por Dejours (2004) como modelo de pesquisa-ação, onde a reflexão ocasionada pelo coletivo de trabalhadores provoca mudanças. Sugere-se a construção coletiva, obrigatoriamente validada pelos mesmos.

A pesquisa inicial foi realizada a partir de levantamento bibliográfico sobre o tema - objeto deste estudo. Observamos que inúmeros estudos sobre as transformações no mundo do trabalho no setor metal mecânico foram realizados, porém, era necessário buscar um diferencial teórico focalizado para esta pesquisa. Para esse fim, buscamos artigos e livros que versassem sobre o tema, e encontramos poucos estudos voltados a realidade de trabalhadores da área metal mecânica em processo de demissão. Em seguida, realizamos a pesquisa de campo com as devidas adaptações a PdT.

A pesquisa em Psicodinâmica do Trabalho compreende: a pré-pesquisa, a pesquisa propriamente dita, o tratamento do material produzido e a validação (DEJOURS, 2004). Conforme Merlo e Mendes (2009), a utilização da PdT enquanto método, não se restringe à reprodução de passos técnicos, a fim de coletar dados, mas potencializar seus pressupostos, visando a compreensão dos efeitos da escuta do sofrimento nos processos de subjetivação, bem como, na saúde mental dos trabalhadores.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

Ressaltamos a preocupação ética na construção deste material. Os temas aqui apresentados, foram validados pelos trabalhadores no momento da entrevista. A escolha por este modo de formatação justifica-se pelos objetivos da pesquisa apresentados no quadro abaixo:

QUADRO 1: Relação dos Objetivos da Pesquisa com os Comentários Verbais/ Apontamentos dos Trabalhadores

OBJETIVO GERAL	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	EIXOS TEMÁTICOS
● Como se dá a dinâmica prazer e sofrimento em trabalhadores do setor metal mecânico após o episódio de demissão em massa.	● Conhecer a realidade dos trabalhadores frente ao trabalho; ● Identificar as fontes de prazer e sofrimento oriundas do trabalho; ● Descrever o significado do trabalho para estes trabalhadores;	O TRABALHADOR DA ÁREA METAL MECÂNICA ● A escolha ● Centralidade no Trabalho ●"[…] Dignidade, maturidade e o pão de cada dia." ● Motivação e Identidade.
	● Identificar diferenças significativas na percepção prazer-sofrimento no trabalho no período que antecede e posterior às demissões; ● Investigar a existência de doenças mentais/lesões decorrente dos processos de trabalho.	SOFRIMENTO E PRAZER ● […] Tinha horário para entrar na empresa, e nunca para sair. ● Distorção comunicacional ● "[…] Sempre alerta" ● Relação com os colegas ● Adoecimento.

Fonte: Elaborado pelos autores

Objetivando expor o que foi trazido pelos trabalhadores nas entrevistas realizadas para esta pesquisa, optou-se por dividir as falas em dois grandes grupos. O primeiro aponta para a realidade do trabalhador da área metal mecânica, sujeitos da pesquisa. O segundo fala de prazer e sofrimento desses trabalhadores para dar conta da saúde frente à realidade ao qual estão inseridos. O conceito de prazer e sofrimento, fala de concepções sobre prazer e sofrimento; associações ideacionais e afetivas com o conceito.

Pensar que desemprego e exclusão resultam de uma injustiça, e em contrapartida, que são frutos de uma crise pela qual ninguém é responsável, não depende de uma percepção, e sim, de um sentimento ou de uma intuição, diferente do caso do sofrimento (DEJOURS, 2007). Para pensarmos esta questão, consentimos com a afirmativa de Christophe Dejours quando se refere ao trabalhador em processo de desemprego, sujeitos da nossa pesquisa:

> […] quem perdeu o emprego, quem não consegue empregar-se (desempregado primário) ou reempregar-se (desempregado crônico) e passa pelo processo de dessocialização progressivo, sofre. Compreendemos que este processo leva à saúde mental ou física, por atingir diretamente os alicerces da identidade (DEJOURS, 2007, p. 19).

Quando questionados sobre “A Escolha” por trabalhar na área metal mecânica, os participantes desta pesquisa relataram que ingressaram através de um processo seletivo realizado pelo setor de Recursos Humanos. Dos 7 trabalhadores entrevistados, apenas 3 ressaltaram que o trabalho na área metal mecânica e especificamente nesta empresa foi uma escolha.

A Centralidade no Trabalho é percebida na construção da identidade, na relação de si mesmo e da saúde mental. O trabalho é um importante gerador de saúde, ou em contrapartida, um constrangedor patogênico. De acordo com (LANCMAN; SZNELWAR, 2011) “o trabalho jamais é neutro”. É interessante observar o que aparece expresso na fala dos trabalhadores, pois demonstra que eles sentiam o local de trabalho como uma família, possibilitando repensar fontes de prazer e sofrimento no trabalho.

De acordo com a metodologia em Psicodinâmica do Trabalho, o reconhecimento é crucial para a manutenção dos trabalhadores no convívio da empresa, e este pode ser definidos de duas formas: 1) Julgamento da beleza, que é a percepção que os seus pares tem sobre este trabalhador e; 2) Julgamento de utilidade, que diz respeito aos resultados e à sua hierarquia.

O vazio deixado pela crise ética do trabalho foi preenchido de maneiras distintas, porém incompletas. A primeira que podemos mencionar é o consumo, em que o trabalho deixa de ser um fim em si mesmo, tornando-se um meio para a aquisição de mercadorias. Trabalha-se para consumir, nem que seja a própria identidade (GAULEJAC, 2007, p. 16).

Em diversos momentos os trabalhadores demonstram estar em estado de alerta para os acontecimentos relacionados à empresa. Os mesmos, relatam dançar conforme a

música da empresa e da justiça, na incerteza do pagamento e do futuro profissional que lhes espera.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ficou evidente a existência de adoecimento osteomuscular e lesão por esforços repetitivos, devido aos movimentos realizados por estes trabalhadores no manuseio das máquinas. Pode-se observar também, episódios depressivos após o início deste processo de incertezas.

Ao mesmo tempo em que os trabalhadores sentiam prazer em trabalhar, considerando o trabalho um fator constituinte importante para a estrutura da personalidade e da identidade, apresentavam um sofrimento relacionado ao mal-estar instaurado na empresa.

Os trabalhadores participantes desta pesquisa, afirmam que esta empresa era muito boa para trabalhar, alguns inclusive a relacionam como uma grande família e uma grande escola. De acordo com eles, começou a ficar ruim a partir do momento em que os salários começaram a atrasar e eles não tinham mais certezas sobre o dia seguinte. Cabe ressaltar também, que com os atrasos salariais e o vínculo ainda ativo com esta empresa, os trabalhadores estão desempregados e ao mesmo tempo não estão, pois estes ainda recebem os salários por esta empresa mesmo que atrasado.

Conclui-se este estudo com estes apontamentos, levando em consideração que um estudo nunca é concluído, sempre abrindo portas para pensar outras questões que são suscitadas no decorrer da pesquisa. Pode-se pensar futuramente um estudo sobre como a temporalidade atravessa o cotidiano e a saúde dos trabalhadores, bem como, apontado neste estudo, os trabalhadores percebem a “riqueza” de seus patrões como mérito; e a necessidade de políticas públicas voltadas para os processos de saúde e doença dos trabalhadores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRAGA, Ruy. **Luta de classes, reestruturação produtiva e hegemonia.** In: Novas Tecnologias. Crítica da atual reestruturação produtiva. São Paulo: Xamã, 1995.

CASTEL, Manuel. (1999). **A Era da Informação:** economia, sociedade e cultura, vol. 3. São Paulo: Paz e terra.

Cruz, V. A. G. da. (2009). Metodologia da Pesquisa Científica: Administração VI. São Paulo: Pearson Prentice Hall.

DEJOURS, C. **A Banalização da Injustiça Social.** Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 2011.

_____, Christophe. **A Loucura do Trabalho.** 5 ed. São Paulo: Cortez-Oboré, 1992.

_____, Christophe. **Subjetividade, trabalho e ação.** [online]. Prod., São Paulo, v. 14, n. 3, Dec. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65132004000300004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 16 de julho de 2017. http://dx.doi.org/10.1590/S0103-65132004000300004.

_____, Christophe; ABDOUCHELI, Elisabeth. Itinerário teótico em psicopatologia do trabalho. 1990 In: DEJOURS, Christophe; ABDOUCHELI, Elisabeth; JAYET, Christian. (Orgs). **Psicodinâmica do Trabalho: contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho**. 1ªed. – 10ª reimpr. – São Paulo: Atlas, p. 119-145, 2009.

GAULEJAC, V. De. **Gestão como Doença Social:** Ideologia, poder gerencialista e fragmentação social. Aparecida: Ideias & Letras, 2015.

LANCMAN, Selma; UCHIDA, Seiji. Trabalho e subjetividade: o olhar da psicodinâmica do trabalho. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, Brasil, v. 6, p. 79-90, dec. 2003. ISSN 1981-0490. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/cpst/article/view/25852>. Acesso em: 03 aug. 2016. doi: http://dx.doi.org/10.11606/issn.1981-0490.v6i0p79-90.

LUKÁCS, George. **Ontologia do ser social.** Os princípios ontológicos fundamentais de Marx. Trad. Carlos Nelson Coutinho. São paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich (1998). **Manifesto Comunista**, São Paulo. Editora Boitempo.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política.** São Paulo, Editora Martins Fontes. (1983)

MENDES, Jussara Maria Rosa. O Verso e o Anverso de uma História: o Acidente e a Morte no Trabalho. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social:** teoria, método e criatividade. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

SENNET, Richard. **A corrosão do caráter:** consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo.

SILVA, Luís Fernando Santos Corrêa da. **Percursos Desiguais:** Trajetórias ocupacionais dos trabalhadores no setor de telecomunicações no período pós-privatização. 2011. 241 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-graduação em Sociologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

CAUSAS DA EVASÃO DISCENTE NO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO À DISTÂNCIA EM ENSINO DE SOCIOLOGIA/IFCH/UFRGS

Alinny Luiza Ricco Ávila[1]

RESUMO: A evasão é um dos maiores obstáculos do ensino a distância, segundo o Censo EAD Brasil 2013. Este estudo objetiva verificar quais os principais fatores que contribuíram para a evasão de alunos no Curso de Especialização a Distância em Sociologia para Professores do Ensino Médio, realizado pelo Departamento de Sociologia do IFCH da UFRGS, em parceria com a Rede Nacional de Formação Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica Pública (RENAFOR), com 300 alunos inicialmente matriculados. O referencial teórico adotado apreende o mundo social por meio da teoria bourdieusana da dominação masculina. O tratamento dos dados foi realizado através da análise de conteúdo, visando buscar possíveis causas para a evasão dos alunos no curso, validando-se ou não, em última análise, os elementos colhidos na revisão bibliográfica.

PALAVRAS-CHAVE: Evasão. Educação à Distância. Sociologia.

INTRODUÇÃO

A educação a distância caracteriza-se, basicamente, pela separação física entre aluno e docente. Não se trata, porém, de uma modalidade recente de ensino: os primeiros cursos ofertados nessa modalidade foram por correspondência. Ao longo do tempo, os governos de vários países passaram a se interessar pela educação a distância como forma de atendimento a um grande número de alunos, a um custo final menor que o ensino presencial.

Segundo dados apresentados no Censo EAD Brasil 2013, o último divulgado pela Associação Brasileira de Educação a Distância (ABED), a evasão é um dos maiores obstáculos do ensino a distância. A problemática da evasão na educação a distância é um fato crucial que afeta a maioria dos cursos na modalidade à distância, em razão de suas elevadas taxas (MARTINS, 2012).

Inúmeros são os fatores que podem levar o aluno a desistir de concluir um curso superior à distância: a falta de familiaridade com as ferramentas tecnológicas e com os Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA); as dificuldades de adaptação ao novo método de ensino, que exige do aluno maior autonomia no processo de aprendizagem; a

[1] Bacharela e Licenciada em Ciências Sociais pela UFRGS e mestranda do Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFRGS.

desmotivação em razão da menor socialização presencial no ambiente de ensino; a dificuldade de planejamento e a falta de organização individual para os estudos; o não cumprimento de tarefas, entre outros.

Atreladas a esses aspectos mais gerais sobre o processo de evasão e comuns aos cursos superiores à distância estão as especificidades inerentes aos cursos, que incluem a área de conhecimento, o nível (se graduação ou pós), o custo, o tempo de duração, as características do público alvo, entre outros. Nesse sentido, partimos no presente estudo das questões mais gerais acerca das causas da evasão em cursos de nível superior à distância, apontadas pela revisão bibliográfica – Abbad, Zerbini e Souza (2005); Favero (2006); Almeida (2008); Comarella (2009), entre outros – para analisar esse processo no âmbito de uma experiência mais concreta.

Em 2013, foi criado o Curso de Especialização o Ensino da Sociologia para Professores do Ensino Médio, oferecido no âmbito Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica, com objetivo geral de possibilitar a formação continuada dos docentes que ministram Sociologia na rede pública de ensino (federal, estadual e municipal) do Rio Grande do Sul. O público alvo deste curso de especialização compreende professores que ministram a disciplina de Sociologia no Ensino Médio, independentemente de sua formação de origem, licenciados em Ciências Sociais, assim como professores de áreas afins que desejem se qualificar como professores de Sociologia no Ensino Médio.

O referido curso foi oferecido na modalidade à distância, com atividades semipresenciais realizadas em polos de ensino. Todavia, nos seis primeiros meses do curso, dos 300 alunos inicialmente matriculados neste curso de especialização à distância, 31 solicitaram, por escrito, o desligamento do curso, pelas mais diversas razões.

Dados esses fatos e destacadas algumas especificidades do objeto de estudo, o presente trabalho visa responder ao seguinte problema de pesquisa: quais os principais fatores que contribuem para a evasão de alunos em cursos EAD criados para qualificar professores da educação básica e oferecidos de forma gratuita por instituições públicas de ensino?

Para responder a essa pergunta, será tomada como objeto de investigação a experiência recente de evasão de professores de educação básica matriculados na primeira edição do Curso de Especialização em Ensino da Sociologia para Professores do Ensino Médio.

Assim, o objetivo geral dessa pesquisa consiste em verificar quais os principais fatores que contribuíram para a evasão de alunos matriculados neste curso de modalidade

à distância e compreender em que medida a evasão pode estar associada a especificidades do perfil e da realidade socioprofissional do público alvo.

Sem desconsiderar as motivações de ordem mais pessoal que possam estar relacionadas à decisão do aluno evadir de um curso superior à distância, a hipótese geral que orienta o presente estudo é a de que fatores vinculados às condições de trabalho dos professores da educação básica e a inadaptabilidade dos mesmos aos ambientes virtuais de ensino tendem a desencadear o abandono ou desistência de cursos superiores realizados na modalidade EAD.

Convém ressaltar que esse estudo se justifica pela necessidade premente de se pesquisar as causas da evasão em cursos à distância, de modo a reduzi-la. Neste contexto, Abbad (2007, p. 369) aponta que "a produção de pesquisas não tem sido suficiente para produzir conhecimentos sobre a efetividade dos cursos à distância". De fato, as poucas publicações científicas existentes concentram-se nas áreas da pedagogia, da psicologia e da administração; curiosamente, não foi encontrada qualquer publicação sobre esta temática no âmbito das Ciências Sociais.

REFERENCIAL TEÓRICO

O Censo EAD.br 2013 (ABED, 2014) informa que o total de cursos EAD oferecidos no Brasil corresponde a 15.733. A maior parte destes cursos é composta por cursos livres que são oferecidos para o público em geral (36,6%).

Já o total de matrículas informadas é de 4.044.315. O menor número de matrículas ocorre nos cursos credenciados semipresenciais. Em comparação ao ano de 2012, houve um aumento do número de cursos, acompanhado da diminuição do número de disciplinas.

Verificou-se que o número de matrículas diminuiu 29,9% em 2013, ao passo que houve um aumento do número de matrículas em cursos corporativos e diminuição nos cursos autorizados e livres. No que diz respeito ao perfil dos alunos, a maioria é do sexo feminino, com idade entre 21 e 30 anos, à exceção dos alunos de cursos de pós-graduação e corporativos, cuja idade é de 31 a 40 anos.

Quanto aos obstáculos, permanecem os mesmos desde a implantação dos cursos na modalidade a distância, com destaque para a evasão dos educandos. O maior índice de evasão no sistema de ensino brasileiro consta nos cursos regulados totalmente à distância (19,06%). Convém salientar que as principais causas de evasão apontadas no referido

Censo foram: falta de tempo para estudar e participar do curso; acúmulo de atividades de trabalho; falta de adaptação à metodologia.

O EAD, assim como o ensino presencial, enfrenta o problema da evasão discente. Porém, o tema da evasão no EAD assume especial importância, tanto no Brasil como no exterior, em razão das elevadas taxas. Entretanto, ao se analisar as taxas de evasão, é preciso levar em consideração qual o critério adotado pelo autor para a não persistência do aluno no curso.

No Dicionário Aurélio (2010), o termo evasão, do latim *evasione*, é o ato de evadir-se, fuga. Vargas (2004) ressalta que cada autor propõe uma definição para o conceito de evasão. A autora faz uma análise das principais definições de evasão encontradas na literatura, conforme especificado a seguir:

Autor	Definição de evasão	Amplitude do conceito
Utiyama e Borba (2003)	Evasão é entendida como a saída definitiva do aluno de seu curso de origem, sem conclui-lo.	Ampla. Não foi estabelecido nenhum critério de tempo no curso para a saída do aluno.
Maia e Meireles (2005)	Evasão consiste em alunos que não completam cursos ou programas de estudo, podendo ser considerada como evasão aqueles alunos que se matriculam e desistem antes mesmo de iniciar o curso.	Específica que mesmo os alunos que nunca começaram o curso devem ser considerados no cálculo das taxas de evasão.
Abbad, Carvalho e Zerbini (2005)	Evasão refere-se à desistência definitiva do aluno em qualquer etapa do curso.	Não deixa claro se a evasão se aplicaria apenas aos alunos que chegaram a iniciar o curso ou se abrangeria também aqueles que apenas de matricularam e nunca iniciaram o curso.

Quadro 1 – Definição de evasão e amplitude do conceito de EAD
Fonte: Vargas (2004).

Em síntese, trata-se de definições que se diferem em termos de amplitude, mas que se assemelham por tratarem a evasão como uma fuga ao objetivo maior, que seria a conclusão do curso no qual houve matrícula. Ramble apud Almeida (2011), ao analisar os

critérios para se avaliar a evasão nos cursos EAD, concluiu que, em geral, há uma tendência a se considerar as taxas de conclusão ou desistência como medidas de avaliação de sucesso em cursos a distância. Para o autor, a evasão deveria ser analisada com acuidade, em decorrência de uma série de fatores que podem influenciar para mais ou para menos as taxas encontradas.

Vargas (2004), avaliando um curso de Especialização para Agentes e Assistentes Administrativos de uma empresa de energia elétrica, encontrou como causas da evasão: sobrecarga de trabalho; distância entre o local de trabalho e a sala onde estavam os computadores em que o curso era oferecido; falta de equipamentos adequados; problemas de estabilidade da rede e da velocidade da Internet; falta de informações adequadas sobre a importância do curso que estavam realizando; problemas no desempenho do tutor; falta de domínio da tecnologia; desmotivação em permanecer no curso em função de outras prioridades que surgiram ou em decorrência de problemas de saúde pessoais ou familiares.

Entre esses estudos, Coelho (2003), investigou as causas da evasão e os fatores que contribuíram para a permanência dos participantes em curso de formação continuada ofertado para docentes de uma instituição federal de ensino. A pesquisa contabilizou um índice de evasão de aproximadamente cinquenta por cento e identificou, como motivos, os seguintes aspectos: falta de tempo; falta de condições de estudo em casa e no trabalho; falta de organização pessoal; problemas com a tecnologia; falta de atendimento às expectativas pessoais (insatisfação).

Pesquisa realizada apor Abbad, Zerbini e Souza (2005) comparou alunos concluintes e não concluintes de um curso gratuito, a distância, via Internet, oferecido em nível nacional. Os resultados mostraram que os alunos não concluintes eram aqueles que tendiam a não utilizar os recursos eletrônicos para fins de interação (mural de notícias, fóruns, troca de mensagens eletrônicas etc.).

Favero (2006) observou a importância do diálogo entre orientadores e educandos e entre os próprios educandos para a permanência de um aluno em um curso nessa modalidade, oferecido pela Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a professores da Educação Profissional das Escolas Técnicas do Rio Grande do Sul.

Almeida (2008) identificou motivos de origem exógena – falta de apoio acadêmico, problemas com a tecnologia, falta de apoio administrativo e sobrecarga de trabalho. Quanto

aos motivos de origem endógena, sobressaiu-se a desmotivação por conta de situações de ordem pessoal ou familiar ocorridas durante o curso.

Comarella (2009), por sua vez, constatou como fator preponderante para a evasão nos cursos de graduação a distância oferecida pela Universidade Federal de Santa Catarina, a falta de tempo para se dedicar ao curso, o que evidencia a dificuldade do estudante para conciliar suas atividades diárias. Na mesma pesquisa, também foi mencionada a crença de que os cursos à distância requerem menos esforços e as dificuldades em participar das atividades presenciais. Netto, Guidotti e Santos (2012) constataram que os principais motivos para a evasão na educação a distância são financeiros, falta de tempo, não adaptação ao método, acreditar que o método é mais fácil e a obrigatoriedade das provas presenciais.

Abbad, Zerbini e Souza (2010), ao analisarem o panorama das pesquisas em educação a distância no Brasil, no período de 2003 a 2009, constataram que existe um agrupamento dos fenômenos em duas categorias: fatores ligados ao aluno e seu contexto; fatores ligados ao desenho do curso em si. Contudo, entre os fatores que contribuem para a frequente evasão no ensino a distância, encontram-se, prioritariamente, os externos ao curso, ou seja, de cunho pessoal.

De um lado, para a maioria dos autores acima referidos, a evasão é um fenômeno multifatorial, ora relacionado a questões pessoais, ora a elementos que dizem respeito ao desenho e à qualidade do curso. Assim, apenas a última definição reconhece a coexistência de ambas as categorias de análise como causas da evasão, suscitando, portanto, questões subjetivas e objetivas, em busca da compreensão da realidade como um todo indissociável.

Por outro lado, nenhuma das definições acima especificadas atentou para fatores como sexo, idade, classe social, etc., evidenciando-se, dessa forma, a necessidade de realização de novos estudos que aprofundem essas e outras questões, em busca de se averiguar as reais causas da evasão no ensino a distância.

METODOLOGIA

Os dados referentes aos alunos matriculados e evadidos foram obtidos junto à Secretaria do Curso de Especialização em Ensino de Sociologia para Professores do Ensino Médio. Há que se ressaltar que este trabalho levou em consideração apenas os alunos que solicitaram formalmente o desligamento do curso. Não foram computados,

portanto, os alunos que deixaram de realizar as atividades ou que foram reprovados em disciplinas.

A população da presente pesquisa consiste nos alunos evadidos do curso de Especialização em Ensino de Sociologia para Professores do Ensino Médio. Os sujeitos participantes desta pesquisa foram determinados, conforme já referido anteriormente, como sendo os discentes que solicitaram formalmente o desligamento do curso.

As entrevistas foram realizadas via contato telefônico durante os meses de setembro de outubro do ano corrente. No total, 24 dos 31 alunos pesquisados responderam às entrevistas, isto é, aproximadamente 77,5% dos discentes evadidos. Os demais não atenderam ao telefone ou simplesmente se recusaram a participar da pesquisa.

As entrevistas, com perguntas semiestruturadas, foram realizadas no decorrer dos meses de setembro e outubro de 2014, por meio de contato telefônico. Os 24 entrevistados responderam a todas as perguntas, de acordo com o solicitado pelo entrevistador. Apenas 7 dos 31 alunos evadidos não quiseram se manifestar neste sentido.

Nesta abordagem de cunho qualitativo, foi utilizada a técnica da análise de conteúdo dos comentários dos alunos, nos termos propostos por Bardin (1970, p. 26), com o intuito de buscar possíveis causas e justificativas para a evasão dos alunos do curso, validando-se ou não os elementos colhidos na revisão bibliográfica.

> A análise de conteúdo (seria melhor falar análises de conteúdo) é um método muito empírico, dependente do tipo de fala a que se dedica e do tipo de interpretação que se pretende como objetivo. Não existe o pronto a vestir em análise de conteúdo, mas somente algumas regras de base, por vezes dificilmente transponíveis. A técnica de análise de conteúdo adequada ao domínio e ao objetivo pretendidos tem que ser reinventada a cada momento, exceto para usos simples e generalizados, como é o caso do escrutínio próximo da descodificação e de respostas a perguntas abertas de questionários cujo conteúdo é avaliado rapidamente por temas.

Convém salientar que a identidade dos alunos foi preservada. Portanto, a referência a eles, quando necessária, será efetuada através das iniciais de seus nomes, precedidas da palavra entrevistado.

ANÁLISE E DISCUSSÃO

O Curso de Especialização em Ensino da Sociologia para Professores do Ensino Médio foi oferecido no âmbito Plano Nacional de Formação de Professores da Educação

Básica. O objetivo geral do curso consistiu em possibilitar a formação continuada dos docentes que ministram Sociologia na rede pública de ensino (federal, estadual e municipal) do Rio Grande do Sul.

Trata-se de uma proposta de especialização até então inédita no Rio Grande do Sul. Liderada pelo Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, apresentou como parcerias, em nível federal, o Ministério da Educação (MEC) e a Secretaria de Educação Básica (SEB) e, em nível municipal, os polos de apoio presencial do sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), as Secretarias Municipais de Educação e com a União dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME). Verificou-se que, dos 300 alunos inicialmente matriculados, 31 evadiram-se formalmente, sendo que 15 o fizeram principalmente no decorrer dos meses compreendidos entre julho e outubro de 2014, demonstrando ser este o período mais crítico para a decisão da evasão, até então.

Quanto ao gênero e à faixa etária, destacaram-se, majoritariamente, alunos do sexo feminino, com idade entre 35 e 55 anos, à exceção de quatro entrevistados, com idade inferior a 35 anos. Apesar da presença significativa de mulheres nesse curso de especialização *lato sensu*, constata-se também o maior índice de evasão, se comparado ao gênero masculino.

Dito de outro modo, deve-se levar em consideração que o acesso das mulheres à pós-graduação não garante a sua permanência e continuidade, especialmente em se tratando das mulheres casadas, cuja jornada de trabalho costuma se alongar com os afazeres domésticos e o cuidado dos filhos, minimizando, portanto, o tempo de dedicação aos estudos. Essa questão merece destaque, haja vista que pode ocultar um fenômeno muitas vezes latente, porém persistente, em nossa sociedade - a dominação masculina.

> As mudanças visíveis de condições ocultam, de fato, a permanência nas posições relativas: a igualização de oportunidades de acesso e índices de representação não deve mascarar as desigualdades que persistem entre os diferentes níveis escolares e, simultaneamente, entre as carreiras possíveis. [...] Além disso, embora seja verdade que encontramos mulheres em todos os níveis do espaço social, suas oportunidades de acesso (seus índices de representação) decrescem à medida que se atingem posições mais raras e mais elevadas (de modo que o índice real e potencial de feminilização é, sem dúvida, o melhor indício da posição e do valor ainda relativos das diferentes profissões). (BOURDIEU, 2016, p. 126-128)

Vale destacar que apenas cinco alunos (3,1%) do total de 31 evadidos eram representantes do sexo masculino. Mais da metade dos entrevistados (51,61%) são

casados e têm filhos; do total de alunos entrevistados, há apenas sete solteiros e um divorciado.

Iniciais do nome	Sexo	Idade	Estado Civil	Área de formação
A. C.	Masculino	27	Casado	História
A. M. M.	Masculino	43	Casado	História
C. G. S.	Feminino	32	Casado	Pedagogia
E. M. C.	Feminino	50	Casado	História
E. S. L.	Feminino	38	Casado	Pedagogia
F. R.	Feminino	39	Casado	Pedagogia
G. H. N.	Masculino	35	Solteiro	Ciências Sociais
G. O. N.	Feminino	27	Solteiro	Pedagogia
G. S. F.	Feminino	40	Solteiro	História
J. A. B.	Feminino	52	Casado	História
J. D.	Feminino	38	Casado	História
J. S.	Feminino	29	Solteiro	História
K. W. P.	Feminino	49	Casado	Pedagogia
L. A. A.	Feminino	54	Casado	Ciências Sociais
L. C.	Feminino	26	Solteiro	História
L. C. O.	Feminino	44	Casado	Pedagogia
L. H. F. W.	Feminino	48	Casado	História
M. A. D.	Feminino	37	Solteiro	Pedagogia
M. G. S. N.	Feminino	47	Solteiro	Pedagogia
M. M. C.	Feminino	53	Divorciado	Letras
R. B.	Feminino	54	Casado	Pedagogia
R. C.	Feminino	39	Casado	Pedagogia
V. P. C.	Feminino	34	Casado	Letras
Z. L. S.	Feminino	36	Casado	História

Quadro 3 – Perfil dos entrevistados
Fonte: elaboração da autora

Por se tratar de um curso oferecido a professores de escolas públicas, houve um percentual de cerca de 100% na situação ocupacional de estudo e trabalho. A maior parte dos profissionais trabalha 40 horas semanais ou mais (67,74%). Esse dado já sugere que

entre os cursistas evadidos, o tempo disponível para realizar um curso de especialização é reduzido. Apenas três entrevistados afirmaram lecionar trinta horas semanais ou menos.

Quanto à área de formação, apenas dois entrevistados graduaram-se em Ciências Sociais. Todos os demais alunos evadidos que participaram da entrevista (93,55%) são oriundos dos cursos de Pedagogia, História e Letras, respectivamente, oferecidos, em sua grande maioria, por Universidades particulares.

Outro dado importante diz respeito aos alunos que já haviam realizado outros cursos na modalidade a distância, equivalente a 70,83% ou, em números absolutos, 17 dos 24 entrevistados. Esses mesmos números foram encontrados no que diz respeito ao número de alunos evadidos: 17 dos 24 entrevistados (70,83%) acessavam o ambiente virtual de aprendizagem somente a partir de suas residências, ao passo que sete o faziam de sua residência, mas também de seu local de trabalho.

Ao se analisar os polos em que mais se observou a evasão, em números absolutos, destacaram-se Porto Alegre e São Francisco de Paula. Já os menores índices de evasão foram encontrados nos polos de São Lourenço e de São Sepé, respectivamente.

Polo	Número de alunos matriculados	Número de alunos evadidos	Percentual de evasão
Porto Alegre	125	12	9,60%
São Francisco de Paula	57	11	19,29%
Três de Maio	48	5	10,41%
São Sepé	31	2	6,45%
São Lourenço	39	1	2,56%

Quadro 2 – Alunos evadidos por polo
Fonte: Secretaria do Curso de Especialização

Analisando-se os polos que apresentarem as maiores taxas de evasão, em termos percentuais, observa-se que São Francisco de Paula e Três de Maio foram os que obtiveram os índices mais elevados. Os polos de São Lourenço e de São Sepé, respectivamente, permaneceram com as menores taxas de evasão.

Em linhas gerais, somando-se o total de alunos evadidos de todos os polos, o índice de evasão formal do curso atingiu 10,33%. Contudo, este índice é bastante inferior aos índices encontrados na revisão de literatura, que apontam uma média de 19,06% para os cursos

oferecidos, na íntegra, na modalidade à distância (ABED, 2014, p. 32). Para uma melhor compreensão dos resultados obtidos a partir das entrevistas, o quadro a seguir sintetiza as dimensões e as categorias de análise selecionadas de acordo com a revisão de literatura, bem como os indicadores, que consistem nas verbalizações encontradas com frequência na fala dos entrevistados.

Dimensões	Categoria de análise	Indicadores (Verbalizações)
Condições de trabalho	Excesso de atividades	- somente por falta de tempo; - falta de tempo; - total falta de tempo; - pura e simplesmente falta de tempo; - realização de outro curso de formação continuada ao mesmo tempo; - trabalho em dois empregos com jornada tripla;
Inadaptabilidade ao curso (déficit de formação e habilidade tecnológica)	Falta de adaptação	- dificuldades para deslocamento até o polo; - dificuldade em conciliar tarefas; - textos muito difíceis;
	Falta de motivação	- grande abismo entre as atividades propostas e sua aplicação em sala de aula; - decepção com as aulas presenciais; - total perda de tempo;
	Problemas com a tecnologia	- dificuldade de trabalhar com AVA (Moodle); - pouco domínio de informática elementar;
Insatisfação	Falta de suporte tecnológico	- graves problemas de transmissão das aulas nos polos; - necessidade de melhorias na transmissão das teleaulas;
	Falta de apoio acadêmico	- pouca oferta de materiais no ambiente virtual; - compra de livros caros; - falta de comunicação com os tutores; - falta de contato do tutor após trabalhos realizados; - não houve contato para tirar dúvidas;

Questões de ordem pessoal	Surgimento de novas oportunidades	- priorização do curso de mestrado; - aprovação no curso de doutorado; - mudança de área de atuação acompanhada de aumento salarial;
	Problemas de saúde	- estresse e problemas emocionais; - problemas de saúde; - doença da mãe; - doença do filho; - bebê recém-nascido;

Quadro 4 – Identificação das categorias de análise
Fonte: elaboração da autora

Portanto, a partir da análise de conteúdo das entrevistas realizadas com os alunos evadidos do Curso de especialização em Sociologia para Professores do Ensino Médio, verificou-se que as causas da evasão corroboram com aquelas identificadas na revisão bibliográfica, evidenciando que a evasão no ensino a distância apresenta, em linhas gerais, causas externas, isto é, de cunho pessoal, identificadas em outros estudos. Também houve a inclusão de uma nova categoria de análise, não referenciada anteriormente: o surgimento de novas oportunidades profissionais, com melhores condições de trabalho e salários mais atrativos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho se propôs a investigar os principais fatores que contribuíram para a evasão de alunos no curso de especialização em Sociologia para professores do Ensino Médio, modalidade a distância, promovido pelo Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, no âmbito Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica. A hipótese geral que orientou o presente estudo foi comprovada. Fatores vinculados às condições de trabalho dos professores da educação básica e também a inadaptabilidade dos mesmos aos ambientes virtuais de ensino tendem a desencadear o abandono ou desistência de cursos superiores realizados na modalidade EAD. Também foi encontrada uma nova categoria de análise, não referenciada anteriormente: o surgimento de novas oportunidades profissionais, a qual merece estudos mais apurados.

As condições de trabalho ocuparam lugar de destaque entre as causas da evasão, embora nem sempre tenham sido apontadas como as motivações. Analisando-se as respostas dos entrevistados, pode-se inferir que, apesar de os alunos precisarem conciliar

os estudos com os compromissos profissionais, apenas dois (13,33%) afirmaram ter evadido única e exclusivamente pela falta de tempo. Também foi possível inferir que o real motivo que levou a maior parte dos entrevistados a optarem pela evasão não foi a falta de tempo em si; o motivo latente que os levou a evadir do curso parece ter sido a falta de organização de suas atividades. Essa falta de disciplina significa também dificuldade de adaptação ao ensino a distância.

Estudos consultados na revisão bibliográfica também demonstraram que a média brasileira de evasão no ensino a distância fica em torno de 20%. No presente trabalho, foi encontrado um índice de evasão correspondente a 10,33%. Contudo, houve índices maiores quando analisada a evasão dentro dos polos do curso. Índices superiores a 10,33% foram registrados nos polos de Três de Maio e São Francisco de Paula, sendo que este último atingiu o patamar de 19,29%, equiparando-se à média nacional de evasão nesta modalidade de ensino.

A partir da presente pesquisa, almeja-se apresentar resultados que possam servir a práticas de gestão de cursos EAD e que visem reduzir os índices de evasão nessa modalidade de ensino de modo a propiciar o desenvolvimento de ferramentas que possam prevenir os motivos da evasão, visando reduzi-los. Embora pesquisas dessa natureza não possam ter seus resultados generalizados, é possível que, em menor escala, possam contribuir significativamente para o conhecimento do fenômeno em questão. Em última análise, espera-se que os resultados obtidos neste trabalho de conclusão de curso possam fornecer subsídios importantes para nortear as ações educacionais conduzidas pela instituição pesquisada e pela própria coordenação do curso analisado.

REFERÊNCIAS

ABBAD, Gardênia da Silva; ZERBINI, Thaís; SOUZA, Daniela Borges Lima de. **Panorama das pesquisas em educação a distância no Brasil.** Revista Estudos de Psicologia, v.3., p.291-298, set-dez, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-294X2010000300009&script=sci_arttext>. Acesso em: 05 out. 2014.

ALMEIDA, Maria Onília. **Evasão em cursos a distância:** análise dos motivos de desistência. Disponível em: <http://www.abed.org.br/congresso2008/tc/552008112738PM.pdf>. Acesso em: 06 set. 2014.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. 3.ed. Lisboa: Edições 70, 2004. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro.

BOURDIEU, 2016. **A Dominação Masculina**. 3. ed. São Paulo: BestBolso, 2016.

COELHO, Maria de Lourdes. **A formação continuada de professores universitários em ambientes virtuais de aprendizagem:** evasão e permanência. Belo Horizonte: Programa de Pós-Graduação em Educação da FAE/UFMG, 2001. (Dissertação de Mestrado) Disponível em: <http://www.portal.fae.ufmg.br/seer/index.php/trabedu/article/view/1304>. Acesso em: 09 out. 2014.

COMARELLA, Rafaella Lunardi. **Educação superior a distância:** evasão discente. Florianópolis, 2009. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento, UFSC. Disponível em: <http://btd.egc.ufsc.br/?p=414>. Acesso em: 22 out. 2014.

FAVERO, Rute Vera Maria. **Dialogar ou evadir: eis a questão!:** um estudo sobre a permanência a e evasão na educação a distância. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, 2006. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/14846>. Acesso em: 13 nov. 2014.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Mini Aurélio**: o dicionário da língua portuguesa. 8 ed. rev. atual. Curitiba: Positivo, 2010.

MARTINS, Carolina Zadvadzki; SCHEIDE, Tereza de Jesus Ferreira. **As causas da evasão discente na educação a distância.** Encontro de Ensino, Pesquisa e Extensão, Presidente Prudente, 22 a 25 de outubro, 2012. Disponível em: <http://www.unoeste.br/site/enepe/2012/suplementos/area/Humanarum/Ci%C3%AAncias%20Humanas/Educa%C3%A7%C3%A3o/AS%20CAUSAS%20DA%20%20%20%20%20%20EVAS%C3%83O

%20DISCENTE%20NA%20EDUCA%C3%87%C3%83O%20A%20DIST%C3%82NCIA%20%20%20%20%20%20(EAD).pdf>. Acesso em: 15 out. 2014.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Censo da Educação Superior 2013**. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/apresentacao/2014/coletiva_censo_superior_2013.pdf. Acesso em: 30/11/2014.

NETTO, Carla; Guidotti, Viviane; SANTOS, Priscila Kohls. **A evasão na EAD:** investigando causas, propondo estratégias. Disponível em: <http://www.alfaguia.org/www-alfa/images/ponencias/clabesII/LT_1/ponencia_completa_26.pdf>. Acesso em: 05 out. 2014.

PROJETO DE CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO O ENSINO DA SOCIOLOGIA PARA PROFESSORES DO ENSINO MÉDIO: contribuindo para a educação continuada dos professores do Ensino Médio do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS/IFCH, 2013.

VARGAS, M. R. M. **Barreiras à implantação de Programas de Educação e Treinamento a Distância**. Tese (Doutorado em Psicologia). Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2004. Disponível em: < http://www.cnj.jus.br/sesap/EAD/bibliotecadigital/bitstream/123456789/24/1/Monografia_As%20barreiras%20na%20implanta%C3%A7%C3%A3o%20de%20programas%20de%20EAD%20nas%20corpora%C3%A7%C3%B5es.pdf>. Acesso em: 20 set. 2014.